SINTEP-MT
FILIADO A CUT E A CNTE
Livre, democrático e de luta!

Novos Rumos

Edição 7 - Agosto/2009 - distribuição gratuita

XIII Congresso Estadual de Educação SINTEP/MT

REGIME DE COLABORAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SISTEMA ÚNICO DE ENSINO

XIII
Congresso Estadual de
Educação SINTEP/MT
16 a 18 Local: Cuiabá - MT

Educação SINTEP/MT
16 a 18 Local: Cuiabá - MT

Apresentação

O Sintep/MT, mantendo seu protagonismo no debate das Políticas Públicas Educacionais, convocou seu XIII Congresso Estadual com uma tarefa nada fácil: a de debater o Sistema Único de Ensino na perspectiva de apontar rumos de definição de uma política concreta e de concepção de Estado sobre Educação. É um tema que nos desafia enquanto Sindicato, porque consta na legislação nacional, mais especificamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fruto de um movimento reflexivo que contou com grande contribuição de Mato Grosso.

Por consequência, o Sistema Único de Ensino é constitucional no Estado de Mato Grosso, apontando para um desafio ainda a ser enfrentado. É um desafio porque experiências como a Gestão Única e a Gestão Compartilhada passaram longe daquilo que é previsto na Lei Complementar 49/98, que apresenta como condição de adoção do Sistema Único de Ensino em Mato Grosso. Tais experiências foram arremedos do que poderia ter sido uma experiência saudável entre Estado e municípios de gestão educacional, mas acabaram sendo, em função do contexto do Estado mínimo implantado, sobretudo na educação na década de 90, um caminho de desresponsabilização pelo Estado de sua obrigação no atendimento da demanda educacional.

O atual momento é de grande efervescência na educação nacional. A superação do Fundef pelo Fundeb, a exigência do Piso Salarial Nacional, a ampliação da oferta de vagas no ensino superior e profissionalizante e os mais variados programas conveniados pelo Governo Federal diretamente com Estados e municípios apontam para a urgência da regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal que trata do regime de colaboração entre os entes federados.

A conferência Nacional da Educação Básica em 2007 e a Conferência Nacional de Educação em 2010 trataram e tratarão o tema de forma central. As reflexões em nosso XIII Congresso Estadual serão importantes para ajudar nos debates da Conferência Nacional de Educação (Conae), nos municípios e nas regiões. Sobretudo, elas devem nos levar a pensar de forma propositiva na definição e regulamentação do Regime de Colaboração, de forma a corrigir as distorções no atendimento da demanda educacional.

Na certeza de que vamos continuar perseguindo o horizonte de um Sistema Único de Ensino, em que buscaremos superar nossas contradições internas de disputas entre redes de ensino, bem como a superação das desigualdades em todos os níveis, é que apresentamos o resultado do nosso XIII Congresso Estadual de Educação do Sintep/MT.

Direção Estadual do SINTEP/MT

Gente de Luta

"Se muito vale o que já foi feito, mais vale o que será!"

Gestão 2009-2012

Gilmar Soares Ferreira
Presidente
Jocilene Barboza dos Santos
Vice-presidente
Vânia Maria Rodrigues Miranda
Sec. Geral
Silvana Silva de Jesus
1ª Sec.
Orlando Francisco
Sec. Finanças
João Eudes Anunciação
1ª Sec. Finanças
Julio Cesar Martins Viana
Sec. Comunicação
Divanez Alves Correia
Sec. Adj. Comunicação
Edson Evangelista do Nascimento
Sec. Cultura
Alvani Batista de Almeida
Sec. Adj. Cultura
Henrique Lopes do Nascimento
Sec. Políticas Educacionais
Dirceu Blanski
Sec. Adj. Políticas Educacionais
Marli Keller
Sec. Formação Sindical
Paulo Roberto Guimarães
Sec. Adj. Formação Sindical
Maria Luiza Bartmeyer Zanirato
Sec. Articulação Sindical
Carlos Alberto Nunes da Cruz
Sec. Adj. Articulação Sindical
Ferreira da Cruz
Sec. Redes Municipais
Gilberto Pereira de Almeida
Sec. Adj. Redes Municipais
Guelda Cristina de Oliveira Andrade
Sec. Funcionários(as) da Educação
Maria da Piedade Cunha Lima Moraes
Sec. Adj. Funcionários(as) da Educação
João Dias de Moura
Sec. Assuntos Jurídicos e Legislativos
Maria Cirlene Rezende Cunha
Secretaria Adjunta de Assuntos Jurídicos e Legislativos
José do Carmo
Sec. Infraestrutura Sindical
Adauberam Manoel de Freitas
Sec. Adj. Infraestrutura Sindical
Maria Celma de Oliveira
Sec. Políticas Sociais
Edina Martins de Oliveira
Sec. Adj. Políticas Sociais
Luiz Benedito Prina
Sec. Organização Sindical
Ziquidalto de Castro Rodrigues
Sec. Administração Sindical
José Alcides Gil
Sec. Adj. Administração Sindical
Jupé Pereira da Silva
Sec. Seguridade Social

Polos regionais

Oeste I - Regional Baixada Cuiabana Ricardo de Assis
Oeste II - Regional Paraguai – Cabaçal Lúcia de Lourdes Gonçalves
Oeste III - Regional Vale do Guaporé Edna Bernardo da Silva
Nortão I - Regional Alto Teles Pires Fernando Alves da Silva
Polo Sindical Nortão II - Regional Médio Teles Pires Luiz Bezerra Matos
Nortão III - Regional Vale do Teles Pires Antônio Cândido da Silva
Nortão IV - Regional Vale do Arinos Isac Pintor
Noroeste - Regional Vale do Juruena Ailton Oliveira de Amorim-
Médio Norte I - Regional Vale do Paraguai Antônio Márcio P. Ramos
Médio Norte II - Regional Alto Paraguai Miriam Botelho Petrenko
Leste I - Regional Vale do Araguaia Omar Cirino de Souza
Leste II - Regional Médio Araguaia Ana Lúcia Antônia da Silva
Leste III - Regional Baixo Araguaia Marizete Maria do Nascimento
Sul I - Regional Serra da Petrovina Bartolomeu Basili Belmonte
Sul II - Regional Vale do São Lourenço Doralice Vieira de Castro

EXPEDIENTE

Gestão
Gente de Luta "Se muito vale o que já foi feito, mais vale o que será!"

Presidente
Gilmar Soares Ferreira

Jornalista Responsável
Regina Deliberai - DRTE-MT 281

Produção
Pau e Prosa Comunicação
(65) 3664 3300 / 8411 2104
contato@paueprosa.com.br

Rua Mestre João Monge Guimarães, nº 102 - bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT CEP 78010-160
Fone: (65) 3623 4343 / 0800 654343
Fax: (65) 3623 4699
sintep@terra.com.br / comunicacao@sintep.com.br
www.sintep.org.br

Índice

Apresentação 3

Painéis: 7

Regime de colaboração na perspectiva do Sistema Único de Ensino – um resgate histórico 7

Regime de colaboração na perspectiva do Sistema Único de Ensino tendo como base, o financiamento, a gestão democrática do sistema e a valorização profissional 18

Etapas e modalidades da educação básica na perspectiva do Sistema Único 35

Os desafios da formação profissional no contexto do regime de colaboração e na perspectiva do Sistema Único de Ensino. 41

Trabalhos expostos no XIII Congresso: 7

A materialização da gestão democrática: Na escola a prática é outra 59

Projeto – Folclore 59

CME/Alta Floresta: em processo de construção da gestão democrática 60

Reciclando com arte 62

Paisagem humanizada 62

O paradoxo entre estado, educação e gestão democrática 63

Educação emancipadora e a formação do ser autônomo 65

Avaliação dos professores sobre a política do Ideb: limites e desafios na prática pedagógica 66

Projeto saúde e prevenção nas escolas – SPE 67

Resoluções do XIII Congresso Estadual de Educação 68

Siglas 98

Painel: Regime de colaboração na perspectiva do Sistema Único de Ensino – um resgate histórico

Paulo Speller*

Eu queria, inicialmente, agradecer ao convite que me foi feito pelo Sintep/MT para estar presente neste congresso que se inicia no dia de hoje, o XIII Congresso Estadual de Educação, com uma temática que nos é, e a mim particularmente, muito cara, que é o regime de colaboração na perspectiva do Sistema Único de Ensino. Eu me lembro que estive presente em um congresso anterior, em 1993, em São Félix do Araguaia, no Encontro Estadual de Educação, então essa temática na verdade não nos é nova.

Eu quero, ao iniciar minhas palavras, cumprimentar nossos colegas de mesa, companheiros e companheiras, sobretudo o Kiko e o Júlio, que foi nosso aluno em Colíder, numa experiência inovadora da Universidade. Ele foi um dos que mais contribuiu para essa experiência, pois era participativo, crítico e nos trouxe muitas sugestões. A maior prova do nosso êxito é a presença dele aqui conosco. Ajudamos a formar o Júlio, na UFMT, justamente no instituto ao qual pertenço. E o Kiko, que foi aceito no mestrado da UFMT, no instituto de educação, como meu orientando. Não sei se felizmente, ou infelizmente para ele, foi aceito no ano de 2000, justamente quando eu estava assumindo a reitoria da UFMT. Eu tinha três vagas, reduzi para uma, o Kiko foi o escolhido, mas a reitoria não me permitia conciliar as atividades. Felizmente, o Kiko foi brilhantemente orientado pela professora Ártemis. E terminou brilhantemente seu mestrado, cuja banca tive a honra de participar, e hoje, com muito orgulho, é um colega nosso também professor da UFMT.

Eu queria voltar à temática, voltar um pouco a ela, que já foi objeto de uma ampla discussão que foi feita aqui no hotel fazenda. Estou vendo uma porção de caras novas aqui que, com certeza, não conhecem essa história, não estiveram presentes, provavelmente pela juventude, e não eram professores. Esta é uma discussão que vem, na verdade, há muitos anos, em que se discute o que queremos da escola pública brasileira e qual é o modelo, o caminho, que nós queremos

construir para que essa escola pública de qualidade possa efetivamente ser uma realidade para todos e todas. Esse é o debate.

Vejam bem, eu venho de uma geração em que a escola pública, a escola primária, o grupo escolar, como era chamado no interior de Minas Gerais, onde estudei, era uma escola de boa qualidade, o Grupo Escolar de João Monlevade, uma cidade pequenininha. Essa cidade tinha apenas um grupo escolar público, de excelente qualidade. E ninguém colocava em questão, nem as camadas médias da população, ir para uma escola primária particular privada. Porque as escolas públicas eram de boa qualidade, mas eram muito restritas, para pouquíssimas pessoas.

Basta dizer que naquele município, na década de 50, só existia um grupo. Então eram poucos que chegavam lá, mas era de boa qualidade. A pergunta que se faz, se fazia, e continuamos fazendo é qual é o caminho para que esse grupo escolar possa estar acessível a todos com a mesma qualidade. Porque pudemos verificar que neste processo de crescimento, de expansão e até de quase universalização da educação básica e fundamental, e mais ainda no que era a escola primária, nós avançamos e temos quase 100% das crianças com idade correspondente matriculadas. E até no fundamental, com mais de 97%, segundo o último estudo da PNAD do IBGE.

Só que a qualidade não é aquela que eu tive no meu grupo escoar, no interior de Minas, como havia em todas as regiões do país. O que aconteceu? Nós temos a pulverização dos sistemas educacionais, onde cada município possui seu sistema, o Estado possui seu sistema, e o Governo Federal também mantém unidades, inclusive na educação básica, poucas, na verdade, sobretudo no ensino médio. Os Cefets, escolas agro técnicas, o Pedro II, no Rio de Janeiro, os colégios de aplicação das universidades federais e algumas estaduais. Então, a discussão que vem em seguida é essa: Será que o problema está aí? Muitos dizem que não, é isso mesmo, graças às dimensões continentais, nós precisamos ter vários sistemas. Então temos quase 6 mil sistemas e é um Deus nos acuda, com dificuldades de comunicação, de políticas, de padrões, de formação. Aí tivemos a discussão, na conferência, em 1996, e foi uma coisa espetacular. Lamento, inclusive, a ausência do professor Maldonado, então secretário de educação, que conduziu todo o processo, com uma discussão muito importante e caminhamos para uma proposta de criação de um sistema único de educação pública básica aqui no Estado de Mato Grosso.

> "O Brasil inteiro estava de olho em Mato Grosso, porque foi a proposta mais avançada que se fez na unificação de todos os sistemas"

O Brasil inteiro estava de olho em Mato Grosso, porque foi a proposta mais avançada que se fez na unificação de todos os sistemas. Depois de alguns dias, com todos os processos preparatórios e grandes embates que tivemos aqui, nós finalmente chegamos a uma proposta. E, vejam bem, não tenho conhecimento de nenhuma publicação que recupere a memória riquíssima daqueles debates e das propostas que nós construímos aqui, do Sistema Único da Educação pública básica no Estado. E ali, o que nós propusemos, para o nosso país, foi algo revolucionário porque foi a unificação de todos os sistemas municipais de educação no Estado num sistema único, controlado pela sociedade, por meio de um conselho que teria a representação da sociedade.

Foi um sonho. Óbvio que quando isto ameaçou chegar à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, porque teria que se transformar em lei e alterar a constituição do Estado, foi barrado. Aliás, a constituição de Mato Grosso já previa este sistema. É bom o revisitarmos, porque lá está registrado que aqui em Mato Grosso devemos ter um sistema único e não temos. Mas a questão foi política, porque isso rebate nos municípios, afinal qual o prefeito que quer abrir mão 25% da sua arrecadação, que quer perder o sistema mais articulado, que é o sistema de educação nos municípios e entregar isso para um sistema único, controlado pela sociedade mato-grossense. Então, politicamente, não houve como avançar. Mas nós não desistimos da ideia. Então queria fazer até um convite ao Maldonado, porque acho que o Sintep/MT deve fazer uma publicação resgatando aquela discussão e com uma reflexão.

Nós, que não desistimos, trabalhamos, em 2002, na elaboração do programa de governo do então candidato Lula para a educação. Aqui na nossa região este encontro foi realizado em Brasília, na UnB, e, representando a área de educação superior, recuperei esta discussão que estamos fazendo agora, do sistema único, levei essa proposta e fiz um pequeno texto que foi apresentado naquele evento. E isso foi finalmente inserido,

graças também a diversas demandas de outras regiões, incluído na publicação "Uma escola do tamanho do Brasil", que propõe um sistema nacional articulado de educação. Nós hoje estamos vivendo um momento, já no segundo mandato do presidente Lula, em que há uma série de iniciativas que avançam, mas não podemos dizer que temos um sistema nacional articulado de educação como no programa. Nossa obrigação é cobrar que este sistema nacional se torne um compromisso e algumas iniciativas que se colocam com o Plano de Desenvolvimento da Educação que caminham nesta direção, políticas visando estabelecer a remuneração condigna, com condições de trabalho decentes, a perspectiva da carreira em todos os municípios e, agora, uma iniciativa da maior importância que estamos preparando, com uma participação do CNE, que é a criação de um sistema nacional de formação do magistério público no Brasil.

Uma das problemáticas que se coloca é a formação do professor. Nós da UFMT temos uma experiência, que vem desde a década de 1970, e criamos um grupo de trabalho, dentro do Conselho Nacional de Educação para fazer a interlocução com a CAPES que é quem está coordenando por meio da diretoria de educação básica, em articulação com o MEC, esta proposta que hoje está em consulta pública. Há uma proposta que vai ficar em consulta pública durante 45 dias, criando um sistema nacional público de formação do magistério ou de pessoal do magistério. Então, temos aqui uma série de elementos que estão sendo colocados que não se articulam, propriamente, ou pelo menos não enxergamos uma articulação entre as várias propostas: o Piso Salarial Nacional, a obrigatoriedade da Carreira nos municípios e nos Estados e, agora, a formação de docentes, inclusive com recursos para um programa ousado de bolsas e apoios, colocados à disposição dos sistemas públicos de educação. A única coisa que temos na articulação entre os municípios de um Estado, entre os municípios e o sistema estadual e em nível nacional é uma referência muito tênue na Constituição Federal que fala sobre um suposto regime de colaboração entre as esferas. O que é esse regime? É aí penso eu, que está o nó para avançarmos efetivamente nessa perspectiva. Como vai se dar esse regime de colaboração? Será que o modelo é aquele que apontamos em 1996 e até pensar num sistema único nacional? Mas nós temos que ter a clareza de que quando falamos em sistema único, não devemos pensar num sistema único que teria uma pessoa, um órgão central, ditando as regras para todo o país. Nós não estamos no Uruguai, estamos no Brasil. Com uma diversidade social, étnica, religiosa, climática, ambiental e etc. Então este comando único não é possível, até porque, e não podemos perder a perspectiva história e comparativa, quando nós analisamos a experiência de outros países de dimensões continentais, como é o caso do Brasil, vamos ver que estes países não adotaram um sistema centralizado.

Vamos pegar o caso dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália. Nós temos primeiro que, para analisar os sistemas educativos destes países, conhecer a história de colonização dos mesmos. Os Estados Unidos, por exemplo, se organizam em distritos escolares que, geralmente, coincidem com os condados, que são algo equivalente aos nossos municípios, só que isso vem de uma história de colonização em que a comunidade tinha um peso muito importante e evoluiu para esses condados que, inclusive, têm autonomia na gestão do sistema de educação, mas há políticas que unificam a ação dos condados e dos distritos. Aliás, uma coisa que existe quase simbolicamente lá é um Ministério da Educação, porque lá os Estados têm muito mais autonomia que aqui. Se olharmos para o Canadá também veremos que as províncias têm maior autonomia e o Ministério tem pouca ingerência e, também ali, os condados têm autonomia em relação aos sistemas de ensino. Então se poderia dizer que se em dois países com dimensões comparadas à do Brasil não existe, para que queremos um sistema único em nosso país? Mas, vejam bem, aqui na nossa discussão falamos inicialmente em um sistema único em Mato Grosso, mas quando se coloca essa perspectiva, se põe uma possibilidade de alcance nacional. Para encerrar vou colocar algumas questões do nosso debate. O que, em minha opinião, precisamos fazer, estamos fazendo, e o Sintep/MT é um dos sindicatos que mais tem se destacado nessa linha, é trazer essa discussão à tona, levar ao nível nacional e tirar uma proposta como já tivemos e talvez tenhamos novamente para levar a um debate nacional. Porque, se há um compromisso do candidato e hoje presidente Lula, se há uma prática que o ministro Fernando Haddad procura executar por meio do PDE, talvez esteja faltando um empurrão importante, consistente, que nós aqui

> "Nossa obrigação é cobrar que este sistema nacional se torne um compromisso"

de Mato Grosso podemos fazer. É uma responsabilidade muito importante porque, ao mesmo tempo em que temos a experiência e a história, precisamos pensar em como equacionar um sistema único num país da dimensão do Brasil se outros países similares avançam com a descentralização. Mas vamos pegar a Rússia como exemplo, que tem a realidade de um sistema único de ensino. Por quê? Porque sua história é diferente, que propiciou a efetivação de um sistema da mais alta qualidade. Quando estamos falando das experiências falamos em países que aparecem entre os primeiros. Então a Rússia mostra essa qualidade, já que nosso país não segue, rotineiramente, o modelo das ex-colônias inglesas. Eu avanço nessa direção e deixo como um ponto para o debate que deve ser feito que é a exigência que o Sintep/MT tem feito para que as universidades públicas continuem diretamente envolvidas neste processo. A UFMT continuou assim e essa demanda deve ser feita, já que as universidades são públicas, mantidas pelos contribuintes, e devem estar diretamente envolvidas neste processo. Quero desejar muito sucesso à realização deste congresso, e, sobretudo, deste debate. Muito obrigado.

** Professor do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação do Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal de Mato Grosso. É mestre pela Faculdade de Psicologia da Universidade Nacional Autônoma de México e doutor em Ciência Política pela Universidade de Essex, na Inglaterra. Membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação*

Júlio Viana*

Bom dia. Quero dizer da satisfação em ter esta oportunidade de fazer uma reflexão sobre a nossa trajetória muito interessante no contexto mundial da organização da educação em diversos países. Pois mesmo naqueles países de dimensões continentais como o Brasil, ou que se equiparem ao Brasil como os Estados Unidos, o Canadá, que não tem um sistema único educacional, não possuem uma dualidade de escola pública. Há uma única escola pública. Mesmo nos Estados Unidos não é como aqui que, no mesmo contexto, no mesmo território, temos duas escolas tratadas como pública. Em consequência disto, quais são os problemas enfrentados por essa dualidade? O primeiro deles é a redundância nas ações do Estado e do município. Costumo citar o exemplo de Colíder que no mesmo quarteirão tem três escolas públicas, duas estaduais, sendo uma de suplência, e uma municipal. A escola estadual não tem mais alunos, o prédio e o quadro de pessoal estão totalmente ociosos, exatamente por não haver a articulação na instalação daquelas escolas. Uma delas poderia não ter sido construída ali. O recurso aplicado para construir uma escola, que deixou a outra ociosa, poderia ter sido muito mais benéfico para a educação se tivesse sido usado na construção de escolas no espaços onde não há escola ou o quaro de pessoal estivesse alocado onde temos uma real demanda de alunos. Essa redundância de ação feita, em algumas situações, de forma mesquinha, numa concorrência das relações comerciais, é um dos problemas que temos.

Outra questão é a omissão e a desresponsabilização dos entes federativos com a oferta educacional, ou seja, a omissão do Estado ou do município. No final da década de 80, inicio da década de 90, 82% da oferta educacional do Estado era feita pela rede estadual. Naquela ocasião, tínhamos uma omissão do município e, com isso, os recursos que deveriam ser aplicados na educação eram contabilizados, mas não aplicados. Isto gerava uma perda, um desperdício de recursos. A partir de 98 houve uma inversão. Hoje, o Estado é responsável por cerca de 43% da oferta educacional. Ou seja, o Estado passou a se omitir. Tem município que, desde a década de 90, não teve uma escola estadual construída. Em alguns casos, como Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, escolas novas foram construídas, mas para transferir escolas estaduais antigas.

Com as mudanças que tivemos na oferta educacional, de 98 para cá, começamos a ter uma ociosidade de recursos, de estrutura física e pessoal. Temos escolas em muitos

municípios que não são utilizadas no turno vespertino ou noturno. Temos professores remanescentes nestas escolas que ficam, a cada ano, sendo designados para assegurar a continuidade na carreira. E o mesmo ocorre em muitos municípios. Porque, com a oferta educacional que temos hoje, temos uma redução no número de matriculas, principalmente no ensino fundamental. Só para se ter uma idéia, no Censo Escolar de 98 havia

> "Os trabalhadores da educação, (...) naquele evento, conseguiram apresentar o seu projeto de sociedade, para a sociedade e o seu projeto de educação e sistema único"

611 mil alunos matriculados no ensino fundamental em Mato Grosso. Para esse ano foram 532 mil. Por que houve essa redução de matriculas? Pelo processo de progressão automática, a melhor situação do desvio série/idade e é possível que, nos meus cálculos, nos próximos cinco anos, tenhamos matriculado no ensino fundamental algo em torno de 350 mil alunos, que é a população de 6 a 14 anos. Portanto, a tendência de ociosidade de espaço físico e de quadro de pessoal deve estar se aprofundando.

Outra questão é a concentração do atendimento da demanda em uma das redes. Por que buscamos o sistema único de ensino? Primeiro, potencialização e racionalização dos recursos financeiros, estrutura física e do pessoal. Segundo, equalização e isonomia na oferta educacional. O que eu diria disso? Principalmente do ponto de vista da qualidade. Hoje nós temos uma diversidade de qualidade muito grande. Em algumas redes, próximo aos níveis de excelência em outras com uma precariedade que não pode ser aceita. Então, uma das perspectivas é a de equalizar. E, quando eu falo de qualidade na oferta, isso passa pelas condições de trabalho pela infraestrutura e pelo equipamento disponível aos trabalhadores em educação no exercício da sua profissão. Outra questão das vantagens é a carreira, a jornada e o salário equivalentes para todos os trabalhadores da educação. Temos trabalhadores aqui que, a partir de setembro receberão, mesmo que tardiamente, R$ 966,00 para o nível médio. E temos trabalhadores que, desenvolvendo a mesma tarefa em outra escola, em outro município, receberão salários inferiores a 400 reais, inferiores à metade daquilo que está sendo praticado pelo Estado. Temos trabalhadores com nível superior que receberão salário menor do que o salário médio da rede estadual. Então, o que a gente busca também é a equiparação.

E por último, entre as vantagens, é a questão da gestão e atendimento às demandas de forma mais articulada.

Bom, diante disso, dessa defasagem, já em 89 já se fazia uma opção clara. O que diz o artigo 244 da constituição: "O sistema estadual e municipal de ensino passam a integrar o sistema único de ensino". Veja como é afirmativo o texto do artigo. Eu diria que se a gente for olhar é quase que imperativo como o texto está colocado aí. No parágrafo único diz que caberá ao Estado organizar e financiar o sistema de ensino e prestar assistência técnica e financeira aos municípios para gradual integração de um sistema único de ensino na forma da lei. O que significa esse "na forma da lei"? A gente precisa de uma lei que regulamente isso. Precisaria de uma lei, porque nós já temos essa lei e mais na frente eu falarei sobre isso.

Na conferência estadual de educação, tendo em vista a isso que estabelecia o artigo 244 em seu parágrafo único, nós fizemos uma discussão contrapondo a proposta de sistema único descentralizado. Eu nunca vi tanta incoerência no nome, pelo menos na tese colocada ali, porque ele era único por um lado, mas a única coisa que ele tinha de unicidade é a de que ninguém pertenceria a um sistema único. Porque ele era único e descentralizado em que cada unidade seria um sistema naquela proposta apresentada pelo governo do Estado. Os trabalhadores da educação, num branco enfrentamento e com muita determinação, conseguiram obrigar o Estado, naquela ocasião, a realizar aquela conferência e, mais do que isso, naquele evento conseguiu apresentar o seu projeto de sociedade, para a sociedade e o seu projeto de educação e sistema único.

O que ficou definido naquela conferência? Primeiro, a criação de uma fundação pública para a oferta de educação pública em escolas públicas. Pode parecer redundante tanto "pública", mas a intenção é essa, porque onde abunda não falta. Mantida com os recursos institucionais vinculados à educação do Estado e os municípios. Bom, nesse ponto eu diria que demos um passo importante a partir do Fundeb. Já temos a premissa definida que é a de um fundo estadual com os recursos vinculados dos Estados e dos municípios. O problema está na hora da repartição, da gestão

desse fundo. Eu diria que esse era um problema para a ocasião que, de certa forma, está superado hoje.

Um segundo aspecto é que o ingresso dos municípios ao sistema único de ensino será por meio de adesão. Aí muitos perguntam: por que não será obrigado? Porque no sistema federativo do Brasil há uma autonomia entre os entes federativos. Para mudar, e obrigar os municípios, teríamos que romper com o sistema federativo que temos e mudar uma disposição da constituição que está definida como causa pétrea, e, portanto, imutável. Então, se daria por adesão.

Terceiro, a gestão estadual por um conselho curador composto por representantes do poder executivo e legislativo, estadual e municipal, trabalhadores da educação e usuários, pais e mães, alunos e alunas das escolas públicas, sendo o conselho presidido pelo secretário estadual de educação. Existem duas questões aí para reflexão sobre fundações. Há um grande debate hoje sobre as fundações público-privadas. Qual a diferença sobre o que estamos propondo de fundação. Ela é exclusivamente pública, não há conotação de público-privado. Não há aquilo que está por trás das intenções das fundações público-privadas de se criar uma Oscip, ou seja, uma organização social que vem administrar as políticas públicas. Sendo uma fundação pública, como acontece em Brasília. Com o modelo de Brasília é possível se ter essa gestão e garantir que essa fundação seja uma instância do Estado exclusivamente pública. Outra questão é a do secretário de educação presidir o conselho. Nós não queremos desresponsabilizar o governo, e isso acontece porque cobramos e garantimos a presença efetiva de uma representação do governo no contexto da fundação. Porque, senão, ele poderia transferir o problema.

Assegurar essa presidência envolve, compromete e assegura a participação efetiva do governo para que não haja uma desresponsabilização. Do meu ponto de vista, há uma diferença muito grande entre governo e Estado. Estado é de todos nós, somos todos nós. Governo é uma facção da sociedade que, no caso brasileiro, se apropria da estrutura do Estado para tratar dos seus interesses particulares, privados, ao longo destes 500 anos de história.

O quarto aspecto é que essa fundação será gestada dentro do município por meio de uma subsede. Esse nome não é uma mera coincidência e foi proposto, na ocasião, pelos representantes do governo. Então, não nos cabe aqui fazer qualquer comentário sobre um eventual plágio de uma organização que conhecemos bastante. Essa subsede será composta por representantes dos poderes executivo e legislativo municipais, usuários, pais mães, alunos e alunas, sendo esse conselho presidido pelo secretário municipal da educação. Mais uma vez, o secretário estaria presidindo para que garantíssemos o efetivo comprometimento da administração municipal na gestão e na participação.

> "Não queremos desresponsabilizar o governo, e isso acontece porque cobramos e garantimos a presença efetiva (...) no contexto da fundação"

Quinto, ao aderir, os municípios passarão à fundação pública, todos as suas instalações escolares da rede municipal, ou seja, a fundação administraria todo esse patrimônio e com isso teríamos uma única escola publica. Pressupõe-se que o Estado também tenha passado às suas instalações e teríamos tudo como sendo uma escola pública. O quadro de pessoal será composto pelo pessoal da atual rede estadual e das redes municipais que vierem aderir ao sistema único de ensino. Essa é uma grande outra polêmica e alguns companheiros citavam o que vai acontecer com colegas que estão em duas redes. Acontece que apenas cumpriremos a lei. A Constituição estabelece que a jornada de trabalho seja de no máximo 40 horas. Aliás, já buscamos discutir, no congresso nacional, uma jornada de 36 horas. Qualquer um que tenha jornada que exceda isso está com acúmulo de cargo. Além disso, a regulamentação que diz que caso haja compatibilidade de horário, não fala da disponibilidade de horário. Posso dizer que na totalidade dos colegas que tem esse acúmulo, eles não têm compatibilidade de horário, portanto um destes cargos é nulo de direito, pois fere o princípio constitucional.

Bom, isso lá colocado por nós e aprovado era muito tranquilo. Mas uma coisa a gente sabe que é fazer a lei, outra coisa é arrancar a lei do Diário Oficial para o cotidiano. Quais seriam os obstáculos para a criação de uma fundação como essa, para esse modelo de organização? Isso não está nos anais da conferencia, isso já seria, digamos assim, reflexões que pude fazer ao sistematizar as questões colocadas ao longo do tempo.

Os principais obstáculos são: primeiro, os aspectos políticos. Imagine que quem vai presidir essa fundação, hoje, em 2008, vai gerir um orçamento de aproximada-

mente 1,5 bilhões de reais. Só no Estado, isso corresponderia a algo em torno de 35% da arrecadação. Nenhum município do Estado, com certeza, tem um orçamento como esse. Vai ter no seu quadro de pessoal aproximadamente 50 mil trabalhadores em educação. Ora, a soma de todos os trabalhadores do serviço público estadual é em torno de 58 mil. Como ele vai ter das duas redes chegaria a 50 mil. Vai atender as demandas de aproximadamente um terço da população de Mato Grosso. Como essa demanda é formada por crianças, jovens e adolescentes, provavelmente, eu diria, 90% da sociedade do Estado vai ter envolvimento com a fundação. Vocês imaginam o poder político desta pessoa? Então, imagine o governador nomear um secretário da educação. Essa pessoa terá, com certeza, dependendo da sua gestão, capacidade de pleitear no futuro, eleitoralmente, qualquer cargo público. Então você rompe com o critério e hegemonia colocado ali. Com certeza terá mais poder que qualquer prefeito e qualquer deputado, considerando estes aspectos. Então acho esse um dos grandes obstáculos a serem superados.

A cultura administrativa que temos em relação ao patrimônio público, pois os professores, alunos e escoas deixariam de pertencer ao político. Além disso, a cultura de oferta da política pública. A política pública que é da educação, da saúde, que atende a grande maioria da população, sempre foi relegada a um quinto plano dentro do que é prioridade.

Bom, um quarto aspecto que seria importante é a disparidade que temos entre as carreiras nas diversas redes. Esse obstáculo, com a busca que estamos fazendo para a equivalência, de certa forma, está sendo superado, mas ainda é um obstáculo. As diversas formas de organização administrativa e pedagógica são também obstáculos que precisam ser vencidos na perspectiva do sistema único de ensino. Porque também não se pode imaginar um sistema único de ensino com uma diversidade administrativa e principalmente pedagógica que agente tem hoje. O que não quer dizer que se supere isso com a centralização.

> "A carreira não existe se não existir um sistema de ensino, porque a carreira é derivada daquilo"

Mas é preciso que se pense, pelo menos do ponto de vista administrativo, como o processo de atribuição de aulas, ofertas da matrícula, a construção curricular, nessa perspectiva de construir uma unicidade, delegando sempre à escola a responsabilidade com relação a população do seu projeto pedagógico.

Concluindo, diante disso, em 1998, nós demos um grande passo, desde junho de 98, com aquela greve e aquele acampamento que culminou com um processo em que pudemos sistematizar e institucionalizar nossas lutas de décadas como piso salarial profissional, profissionalização, carreira, com todos os trabalhadores da educação.

E temos um capítulo importante que foi a Lei Complementar 49, um pouco esquecida pelos trabalhadores da educação, eu diria bastante esquecida e pouco debatida pelos trabalhadores da educação. Este para mim é um capitulo mais importante. Se você for analisar, mais importante que a Lei Complementar 50, pois é garantindo a Lei Complementar 49 que podemos garantir a carreira. A carreira não existe se não existir um sistema de ensino, porque a carreira é derivada daquilo. Bom, nessa Lei Complementar 49, nós apontamos para um mecanismo de travessia, usando uma expressão de um ex-secretário de educação, Valter Albano, com quem debatemos tudo isso, nós temos que fazer uma travessia, diria ele, entre o que temos hoje e onde queremos chegar.

Para isso, do artigo 10 ao artigo 16 da Lei Complementar 49 está regulamentado a gestão única de educação básica das redes estadual e municipal de ensino. Esse é o regime de colaboração previsto em lei. Esta é a forma da lei. No dia 17 de setembro de 1998, essa lei foi aprovada na Assembléia Legislativa de Mato Grosso. Nós tínhamos caravanas do interior e fomos para aquele velho barracão nosso e alguns companheiros da direção pediram para que eu fizesse uma reflexão sobre aquele momento. Eu fiz uma reflexão que foi uma espécie de balde d'água no povo, porque todos esperavam uma reflexão empolgada e eu disse "companheiros, nós apenas começamos o nosso problema. O primeiro desafio vai ser publicar no Diário Oficial e depois vamos ter um desafio para o resto da vida que é fazer cumprir". Passaram 10 anos e a Lei Complementar 49 não é cumprida. Isso não é um desafio para o governo, é um desafio para a sociedade. E nada nessa sociedade acontecerá, no contexto da educação, sem que passe por nós, sem que sejamos o agente mobilizador, que vai às ruas cobrar isso. E esse não é um desafio só da rede estadual, mas de todos os trabalhadores de todas as redes municipais. Porque o sistema único de ensino não está apenas proposto para a rede estadual, mas para toda a sociedade de Mato Grosso. E eu quero deixar

uma proposta. Que a gente paute a questão do capítulo de gestão única da Lei Complementar 49 como objeto para o nosso debate. E que a gente constitua um fórum estadual com representação dos trabalhadores da educação, das universidades públicas e do governo do Estado. Nós já temos um fórum que infelizmente não tem debatido essas coisas. Mas que a gente componha um fórum social para se discutir a implementação disso aí, e a partir de um fórum a realização de uma conferência estadual de educação. É melhor que ela seja junto com o Estado, para que ele possa definir a implementação definitiva do capitulo que trata da gestão única. Esta não é uma contribuição minha. Eu apenas sou um porta-voz daquilo que tem sido sistematizado pelos trabalhadores da educação. Esta é a posição, eu tenho convicção, do Sintep-MT, e tenho certeza de que tenho o respaldo da direção do sindicato para fazer essas propostas e terei o respaldo dos delegados presentes para se implementar efetivamente isso. Obrigado a todos pela oportunidade de, ao longo de 20 anos, refletir e debater isso.

** Licenciado em pedagogia, professor de escola pública, foi presidente do Sintep/MT por dois mandatos. É Secretário de Comunicação do Sintep/MT e Presidente da CUT-MT*

Odorico Cardoso Neto*

Bom dia a todos e todas, companheiros, companheiras, aos grandes companheiros de mesa, e eu dizia aqui para o Júlio que vamos fazer quase uma "Sessão Nostalgia" para lembrar um pouco da história da luta e do comprometimento. Faço uma saudação especial à companheira Lúcia, componente da mesa, vereadora eleita em Cáceres. E nós sabemos o quanto é difícil construir uma perspectiva dessa natureza e lembrando que nós todos fomos forjados na luta dos trabalhadores na educação o que nos compromete ainda mais. Hoje, me sinto um pouco deslocado, pois, depois de 21 anos como professor do Estado, assumi as minhas novas funções, precisamente no dia 6 de outubro, na UFMT. Me sinto diferente no sentido de que, pela primeira vez, não poderei dizer que sou professor da escola pública estadual e, pelos encargos, não poderei mais ser filiado o Sintep-MT. Mas entendo que o compromisso e a determinação de tudo o que está acontecendo agora se deve a 21 anos de história forjada na luta dos trabalhadores da educação do Sintep/MT. Toda a formação, o trabalho e tudo o que aconteceu neste tempo se deve a nossa luta, nossas conquistas e ao trabalho de formiguinha que exercemos nas nossas subsedes na tentativa de mostrar que dar qualidade na educação é o melhor caminho para tornar o nosso país livre, democrático e de luta. Em nome disso quero saudar a todos vocês e agradecer a oportunidade de estar discutindo o sistema único.

E aí eu falei de uma sessão nostalgia para lembrar que nas décadas de 80 e 90 nós fomos construindo essas perspectivas de sistema único. Eu cheguei a Barra do Garças em 1987, e já neste ano a gente vinha de momentos extremamente difíceis no Estado. Os anos que se estenderam, até 1996 foram mais difíceis ainda. Durante 10 anos, costumávamos ficar seis meses sem receber salários e toda a nossa luta consistia em fazer greve, brigar, apanhar da polícia e lutar por tudo em nome de uma educação de qualidade. Isso faz com que tenhamos o couro meio duro para manter a força e a luta que mantivemos ao longo desta história. E aí tivemos a Constituição de 1989 escrita a muitas mãos que estão aqui, que se diz, em todos os lugares, ser um texto dos mais avançados do Brasil. E esse texto já previa a ideia de um sistema único. Avançamos para os anos 90 enfrentando um monte de dificuldades.

No meio do caminho havia um cara chamado Jayme Campos que nos trouxe enormes dificuldades em tudo o que aconteceu, em termos de gestão democrática, as conquistas, e aí a gente começa a consolidar uma ideia de uma conferência estadual de educação. 1995 é o marco dessa questão, quando o governo Dante assume. E a partir de 1995 a gente começa a construir a perspectiva de uma conferência estadual de educação que pudesse discutir um conceito

de sistema único de educação. A conferência foi o momento maior e que faz para a gente uma passagem importante do que foram nossas lutas nos anos 80, por gestão democrática, e o que os anos 90 significaram nos avanços das nossas lutas ao incorporamos a dimensão de gestão democrática para a idéia de financiamento, autonomia e descentralização. Isso faz com que mudemos um pouco o foco, para que ela continue cada vez mais forte.

Na conferência tivemos pelo menos 10 mil pessoas participando ativamente do processo nas conferências municipais e regionais até chegarmos à conferência estadual com quase 2 mil delegados, envolvendo todos os atores possíveis, as entidades ligadas à educação no Estado na suas várias vertentes. Isso nos deu uma grande qualidade de debate e discussão. Tivemos a capacidade de pegarmos os textos-base e transformá-los, o que gerou quase 500 emendas e, destas, 69 vieram para plenário e quase todas foram aprovadas com o aval dos trabalhadores. Quem mais articulou o processo nas esferas fomos nós, por meio da articulação entre a sede central e as subsedes, na tentativa de nos reunirmos todo o tempo para construirmos essa perspectiva de ensino unificado.

Viemos para a discussão em uma conferência que é um marco nas nossas realizações e que gerou muitos trabalhos. Por exemplo, a professora Jesuína escreveu a sua dissertação de mestrado baseada na conferência. Eu mesmo fiz a dissertação de mestrado baseada na conferência, em que eu tentava entender como os atores deste processo se comportavam, os nossos sindicalistas e o governo do Estado por meio dos secretários que passaram pelo governo neste período das décadas de 80 e 90. E aí a gente tem um apanhado da realidade. É verdade que, infelizmente, acabada a conferência, todo o material que havia na Seduc desapareceu. É verdade também que, para fazer as nossas pesquisas, por exemplo, os únicos lugares que nós tínhamos algum material guardado foram na sede central e na sede de Barra do Garças. A gente construiu um arquivo bem significativo, que nos deu condições, como testemunhas ocular desta história, de dizer o que nos dissemos nas nossas formações em nível de mestrado e doutorado, contando esta história e mostrando como ela aconteceu em todos os seus aspectos.

> "Todas as nossas participações e atitudes do ponto de vista da nossa organização são exitosas e garantem para nós o que conquistamos até agora"

Lembrando a história do sistema único, talvez hoje, 12 anos depois da conferência, nós não tenhamos as mesmas condições, as mesmas possibilidades de discutir o que falamos em 1996. Contudo, todas as marcas dessas discussões devem ser mantidas no sentido de se garantir, não só o discurso, mas a nossa prática do ponto de vista do que pensávamos, pensamos e de como vamos conseguir concretizar algumas realidades que estão postas no documento que gerou a conferência estadual, no documento que deu as diretrizes de qual era o caminhar que teríamos dali para frente.

Lembrando que 1998 é o ano que marca conquistas que são advindas desse acúmulo que fizemos ao longo de muitos anos, como a lei 50/98, 7040/98, 49/98, que depois o Júlio vai tratar mais amiúde destas questões para dizer que aquilo é diretamente a nossa contribuição para o que temos hoje em termos de política pública para a educação e é, sem duvida, a maior contribuição que nós demos para a educação do Estado de Mato Grosso. Em que pese às dificuldades, todas as nossas participações e atitudes do ponto de vista da nossa organização são exitosas e garantem para nós o que conquistamos até agora.

Em termos do que nós temos em outros Estados, nós avançamos muito na formação continuada, garantimos melhor qualidade de vida para as pessoas e melhor qualidade de educação para nossos alunos. Isso não é uma coisa que aconteceu por cima, mas de baixo para cima, a partir do momento em que a gente consegue se organizar enquanto instituição, enquanto a gente consegue, por meio do diálogo, convencer as pessoas da importância de participar, momento a momento do que nós fizemos e como fizemos. Ta tudo ótimo? Não é verdade. Em que nós avançamos e em que não avançamos. O nosso documento aponta algumas questões importantes neste sentido e aponta dizendo para a gente, no financiamento, qual o avanço. Do ponto de vista de sistema único, em quê avançamos? Nós não avançamos, porque nós não conseguimos fazer acontecer a célula de todo o processo de discussão que era a fundação, que a gente tivesse as condições de colocar no mesmo bojo todo o dinheiro da educação tendo um gestor que teria uma participação tripartite, em que toda a sociedade gerenciaria este fundo e

nós teríamos as condições iguais no sentido, por exemplo, de carreira e na questão salarial. Isso garantiria a todos as mesmas condições de trabalho, de carreira, de salário, de formação inicial e continuada, quer dizer, na prática, isso aconteceu? Não. Nós fomos envolvidos por outras possibilidades, que foram as noções de gestões compartilhadas, únicas, que ao invés de aproximar as nossas condições as distanciaram. Porque nós temos realidades de municípios que tem um topo no sentido da carreira e temo outros que mantêm níveis abaixo de qualquer perspectiva no avanço da educação. Junto com isso, temos Fundeb e Fundef que trabalham hoje na direção de que podemos discutir a idéia de sistema único em termos de financiamento com as novas perspectivas que o Fundeb nos oferece em virtude do que o Fundef nos oferecia.

> "O sangue da valentia escorreu pelas veias da nossa luta ao longo de algum tempo"

Bem ou mal, as condições de financiamento, hoje, são superiores àquelas que tivemos entre 96 e 2006. Nós temos hoje um aporte financeiro para que a educação possa avançar de forma muito mais significativa do que tínhamos há 10, 12 anos. Como que a gente avança mais? Como que a gente discute de maneira mais clara o PDE, o Par, e todos os outros projetos colocados aí? A gente não pode, de maneira nenhuma, perder de vista como funciona o financiamento. Sem entender o financiamento a gente não avança nos outros setores, seja da autonomia ou da gestão, de maneira geral. E isso é fundamental como prática do nosso cotidiano para que possamos pensar em melhorar a qualidade da educação.

Um segundo ponto que é colocado para nós é propriamente da gestão. Nós avançamos na gestão, temos um histórico desde 1987. Também fomos pegos por um corte que interrompeu este processo, de 1991 a 1994, mas superamos isso com muita qualificação deste mesmo processo, com os enfrentamentos que fizemos, com eleições que não aconteceram e mesmo assim a gente as realizou, com gente sendo presa e a gente mantendo o esforço para tirar quem tinha problema neste sentido, se escondendo, fazendo qualquer coisa, mas realizando o processo mesmo contra o que a lei estabelecia do ponto de vista jurídico. E isto para a gente marcou a luta muito fortemente. O sangue da valentia escorreu pelas veias da nossa luta ao longo de algum tempo.

Dentro deste contexto, temos ainda que falar sobre a adesão ao sistema único. E aí, a adesão é o sistema mais complexo que existe, porque existe o fator recurso. Como convencer - e devemos sair daqui com uma estratégia a este respeito - os nossos gestores a colocar o dinheiro num fundo em que eles não serão os administradores, mas nós, com este conselho tripartite que vamos administrar, envolvendo todos os agentes da sociedade, governamentais, escolares e da sociedade civil. Talvez o maior nó deste processo todo seja este tipo de convencimento.

E a pergunta que fica é se este é o melhor caminho neste momento histórico. Se é, como vamos trilhar. Se não é, qual é a nossa perspectiva daqui para frente para enfrentar este tipo de discussão. A mesa da tarde tenha melhores condições para discutir o regime e dizer, pontualmente, na questão gestão e financiamento, como isso poderá acontecer. Na verdade, o nosso congresso tem que dar uma resposta, já que estamos retomando as nossas bandeiras, e a nossa bandeira central é a do sistema único de educação, neste momento. E não é uma coisa simples, porque envolve tudo o que trabalhamos ao longo de 30 anos. Tudo o que fizemos e pensamos, as nossas lutas, greves, nossas esperanças e desesperanças estão colocadas na lógica do sistema único de educação.

Feito isso, temos alguns objetivos a serem alcançados como a universalização do ensino. Na prática nós já conseguimos, mas não universalizamos a qualidade do ensino que oferecemos. O nosso desafio é qualificar cada vez mais o nosso processo educacional da nossa parte, como professores, e da parte dos alunos. Eles têm que acompanhar um processo de qualificação muito grande e muitas vezes não é só o recurso financeiro que garante isso. É muito mais, é envolvimento, inspiração, disposição de amar o que fazemos. Não nos adianta apenas dizer que vamos fazer educação de qualidade, temos que ter capacidade de fazer. É muito mais profundo do que simplesmente dizer que estamos fazendo. A melhoria da qualidade de ensino envolvem, da nossa parte, a capacidade de continuarmos articulados entre nós para fazermos o enfrentamento, não o da guerra, mas o de fazer justiça com as próprias mãos. Qual é a justiça? É a de mostrar que nossa articulação, nossa organização, é maior que qualquer impedimento que tenhamos. Isso depende de engajamento e uma capacidade de organização que está acima das nossas condições pessoais. Nós coloca-

mos, muitas vezes, dificuldades e temos que superá-las em nome de algo maior, como o sistema único de educação que, acreditamos, é o melhor caminho para dar realmente as condições para superarmos, em termos ou na sua totalidade, as dificuldades, dúvidas e incertezas que temos, sobre o que nós fazemos e como fazemos.

O sistema único, para nos, não é uma utopia, mas é um processo de tornar realidade o que sonhamos. Nós estamos aqui não apenas porque sonhamos com um sistema único, mas porque sabemos que ele é uma realidade a partir dos nossos muitos momentos de discussão, reflexão e debate, cursos de formação, nas experiências que vivenciamos quando saímos de nossas casas, vamos para as nossas regionais e vamos para as discussões onde elas acontecem. Sem duvida, há quase 20 anos, este assunto está sempre na ordem do dia. Se pegarmos todos os documentos produzidos nos últimos 20 anos, sempre vemos essa idéia. O Júlio já deve ter falado sobre isso mais de 500 mil vezes, mas é a insistência e a nossa capacidade de organização que vai dar conta de garantir isso. Talvez consigamos convencer as esferas educacionais de Mato Grosso, a Seduc e seus dirigentes por meio da nossa capacidade de pensar articular e fazer que nós tenhamos alguma chance neste sentido.

Para fechar, quero dizer que nosso momento é especial no sentido de garantir, se não na sua totalidade, elementos do sistema único que estão há 12, 15 anos atravancados e não avançam em nome de uma política que acha que colocar, em um fundo, dinheiro onde todos possam participar não seja uma questão das mais democráticas. Ou que isso tira das pessoas que acham que têm o dever de fazer o que fazem o poder. E nós temos que responder a isso dizendo que não queremos tirar o poder de ninguém. Queremos fazer juntos e melhor a educação que queremos e a educação que temos. Muito obrigado.

** Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás, mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT - 2002), graduado em Filosofia pelo Instituto Filosófico de Apucarana, em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso. Foi Presidente da subsede do Sintep de Barra do Garças por três mandatos.Hoje eleito vereador pelo Município de Barra do Garças*

Painel: Regime de colaboração na perspectiva do Sistema Único de Ensino tendo como base o financiamento, a gestão democrática do sistema e a valorização profissional

Carlos Augusto Abicalil*

Mato Grosso, e particularmente o Sintep/MT (Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público do Mato Grosso), tem uma discussão muito distinta em torno da organização de um Sistema. Organização de tal sorte que a nossa Constituição Estadual formula o Sistema Único de Educação. Obviamente, isso é de um contexto do período constituinte e pós-constituinte que precisa, a cada passo, ser revisitado. Ao mesmo tempo, tem ganhado materialidade com os acertos e erros das experiências históricas que a gente faz.

Primeira coisa que a gente quer considerar no desafio da construção de um Sistema Nacional. Porque o diálogo em torno do Sistema único de Mato Grosso tem que estar dentro de um contexto da Organização Nacional Brasileira. Portanto, embora nós tenhamos uma distinção da Constituição Estadual, ela não pode se opor à Constituição Federal, sob pena de nós não estarmos trilhando um caminho que não seja legitimado sob o ponto de vista do acordo de organização do estado brasileiro. Esse sistema que nós pensamos, no caso de Mato Grosso, se chama Sistema Único, e hoje vem ganhando pauta nacional particularmente depois da última conferência que acolheu diversas proposições das experiências dos antigos CONEDs, das experiências do Congresso Nacional da Educação. A próxima edição do CONED acontecerá em abril de 2010 com a pauta da construção de um sistema nacional articulado de educação. Eu farei parte da coordenação da conferência como representante do Poder Legislativo.

Fui recentemente nomeado, pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara, como representante da Câmara dos Deputados nesse processo de consolidação. Mas é preciso que a gente enxergue que, nesse percurso que vamos fazer daqui até lá, há muitos frutos que podemos colher nos nossos quintais, mas há outros que nós não conhecemos ainda e, portanto, poderão trazer sabores ou dissabores na sua experiência próxima futura. O que não vale no nosso caso é não arriscar, não agir, não mover e não mudar. O que nós estamos desafiados a fazer

é um processo consecutivo e permanente de mudanças dessas relações. Em primeiro lugar, é retomar a noção de que um Sistema Nacional é uma reivindicação histórica brasileira. Vai comemorar um século de existência do ponto de vista da sua incipiente formulação no movimento dos pioneiros. E este século de existência evidentemente tem uma herança, com erros e acertos ao longo de experiências.

Em segundo lugar, necessariamente ele é um processo de construção histórica e, por isso mesmo, sujeito a mudanças de perfil, ferramentas, instrumentos, relação, há mudanças que tem ingerência do mundo político das correlações de força de quem ganha ou perde espaços de poder na condução das políticas públicas e na sociedade. E há mudanças, inclusive de concepção, sob qual seja o papel do Estado em matéria educacional, quais sejam os correspondentes, aparatos que o Estado deve constituir para que essa política pública ganhe sua finalidade. A cada tempo, portanto, a formulação de um dado ou organização da educação brasileira e de Mato Grosso corresponde a essas relações históricas, a essa capacidade de formular, agir, interpretar e executar que a cada tempo se conforma de uma maneira.

A gente se habituou no movimento, particularmente na política, de chamar a cada tempo um arranjo possível, um consenso possível. Consenso não quer dizer que não haja divergência, que tenha eliminado contradição, mas que naquele momento foi a possibilidade de alcançar maioria para formular a forma de política publica que mantém diversos tensionamentos, diversas disputas subliminares a essa condição presente. Nós vivemos numa República Federativa que, de maneira sui generis, não estabeleceu relação hierárquica entre União, Estados e Municípios. A União é o conjunto da Federação, que tem como entes Federados, 27 Estados e 5.564 municípios. Então, não há uma relação hierárquica de um se sobrepor ao outro. E, em matéria educacional, especialmente na educação obrigatória, isso é, por um lado, um problema e, por outro lado, uma solução do ponto de vista de superação das desigualdades e dos limites de cada ente federado particularmente. Sendo uma relação federativa tão especial que não tem comparativo em outra nação, nós também temos problemas que são específicos. Alguns com repercussão em outras experiências que podemos criticar e outros muito próprios da nossa história, entre eles o fato de a educação básica ter nascido descentralizada. Ainda do tempo das primeiras letras e ensino primário, ainda na legislação do império. Nessas relações, portanto, há limites de intervenção que cabem ao Estado, outros aos municípios, outros a União Federal. Mas há uma base comum que estabelece como convoca esse congresso a uma norma, que não é uma norma da União se sobrepor ao Estado e o Estado ao município. É uma norma de cooperação. E, portanto, nada poderá ser pela via da imposição direta e vertical. Para respeitarmos esse pacto federativo, necessariamente a cooperação tem de ocorrer a partir de uma base dialogal e negocial, evidentemente pautada por ser política pública pelos limites e obrigações da lei, mas, também, sem a característica de ser uma imposição vertical e unilateral de um dos lados.

Recentemente, no Estado de Mato Grosso, houve uma disputa em torno do transporte escolar, uma demanda gravíssima do ponto de vista da educação no campo, especialmente pela herança das chamadas polarizações que nós tivemos na década de 90. Um tema que não adiantava ter um decreto para resolver se não fosse uma pactuação entre as três esferas de Governo. Uma novidade que a União, a partir de 2005, passou a participar, ainda que de maneira menor, da manutenção, apenas para dar um elemento. Mas, por outro lado, a constituição brasileira afirma que é livre à iniciativa privada a oferta educacional, respeitando os limites da lei. Esse "é livre a iniciativa privada" alguns entendem, que a iniciativa privada pode quase tudo. Inclusive se antecipar na venda de certificados antes que os cursos sejam reconhecidos. República Federativa é formada pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal, dos municípios, constitui-se por estado democrático e de direito e tem como fundamento primeiro a soberania. Isso tem a ver com autodeterminação. Mas não tem a ver somente com a soberania. Concorrente com a soberania está a cidadania, portanto, a constituição de direito das pessoas, dos cidadãos e das cidadãs. Em terceiro lugar, e aqui não há uma ordem hierárquica, são concorrentes ao mesmo tempo, a dignidade da pessoa humana e não a dignidade do contribuinte, ou daquele que busca a isenção fiscal, porque tem o contribuinte que paga e aquele que é autorizado a não pagar. Quarto, os valores sociais do tra-

> "O que não vale no nosso caso é não arriscar, não agir, não mover e não mudar"

balho e da livre iniciativa. Trabalho não é a mesma coisa que emprego. Há uma multiplicação importante que precisamos perceber, no seio da nossa sociedade, de iniciativas de economia solidária e de outras iniciativas, locais ou regionais, de determinados setores e categorias de cidadãos e cidadãs que estão dando outra conotação ao mundo do trabalho que não seja apenas a relação capital/trabalho no modelo do capitalismo tradicional e das relações de emprego.

E, por último, e não menos importante, o pluralismo político. Quando a gente trata desse pluralismo conjugado, sobre esses fundamentos, a República tem os seguintes objetivos. Primeiro: constituir uma sociedade sem advérbios de intensidade, não tem ali mais nem menos. Então, está escrito lá, uma sociedade livre, justa e solidária. Essa afirmação demonstra a distância que temos entre o que está afirmado na constituição e aquilo que é a realidade da vida brasileira. Diante da realidade, nós temos que olhar para a constituição e perceber o caminho a ser feito. Encontrar as estratégias para que esse caminho seja percorrido com êxito dentro da liberdade, justiça e solidariedade. Segundo: garantir o desenvolvimento social. Terceiro: erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Quarto: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Esses objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil nos colocam no centro do debate, da formação de opinião, da formação de caráter, de juízo de valor que são tarefas precípuas da educação, notadamente da educação básica.

Não há uma Lei Complementar que fixe as normas para a cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e municípios. Há várias normativas, entre elas algumas leis, como o Fundeb, que entra no viés da organização dessas competências pela linha do financiamento. Mas, não existe um ordenamento geral, uma referência de lei complementar, para identificar as responsabilidades nas diversas áreas, seja de financiamento, de formação, de avaliação, de remuneração de pessoal, de contratação, de compartilhamento de responsabilidade, etc. Há uma norma que só a União pode estabelecer diretrizes nacionais, e toda norma estadual sobre educação está subordinada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, (LDB). Além dessas competências que cabem a União, Estados e ao Distrito Federal, o artigo 9° da Lei de Diretrizes e Bases diz que "a União incumbir-se-á de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas". Portanto, quem tem sistema nessa lógica não é a União, quem tem sistema são os Estados e municípios. Como é uma lei ordinária, ela pode ser modificada, sem uma reforma constitucional. Mas a norma hoje dirige a União para a União não ter Sistema. Quem tem Sistema são Estados e municípios. Inciso 4°: "estabelecer em colaboração com os Estados, Distrito Federal e municípios, competências e diretrizes para os níveis e modalidades da educação". No caso dos Estados e municípios, educação básica. Esse dispositivo não menciona a faculdade dos municípios terem, por exemplo, ensino superior. Embora nós tenhamos a ocorrência, no Estado de Mato Grosso, que municípios tenham conformado instituições de nível superior. E, até hoje, deslumbram situações de risco, inclusive de estrangulamento financeiro para o financiamento da educação própria do município. Diz o artigo 11 da LDB "Os municípios incumbir-se-ão de organizar, manter e desenvolver, os órgãos e instituições oficiais de seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da união e dos estados". Os municípios têm, então, autoridade para conformar o seu Sistema, mas também tem a obrigação de orientar a atividade articulada com os planos estaduais e da União. Se, por um lado, tem a prerrogativa de ter seu próprio Sistema, isso não significa que ele esteja fechado em si mesmo.

> "Concorrente com a soberania está a cidadania, portanto, a constituição de direito das pessoas, dos cidadãos e das cidadãs"

Diz o parágrafo único deste artigo "os municípios poderão optar por se integrar ao sistema estadual ou compor com ele um sistema único". O sujeito continua sendo o município, segundo essa lógica. Portanto, um Sistema Único só é possível a partir da iniciativa dos municípios. Diz a constituição federal, artigo 237, "O Estado e os municípios organizarão seus Sistemas de Ensino de modo articulado e em colaboração, visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana ao seu preparo para o exercício da cidadania com base nos seguintes princípios: Educação escolar pública, de qualidade,

gratuita, em todos os níveis e graus, é direito de todos". Aqui não está dizendo que seja apenas instituição pública, está dizendo que é direito de todos ter acesso a educação com tais características. E há uma disputa cada vez mais aguda do setor privado para ter acesso a fundo público, de modo a se prevalecer uma determinada leitura desse dispositivo constitucional.

Dois: "gratuidade do ensino público em todos os níveis e graus em estabelecimentos oficiais". Portanto, quando o estabelecimento é oficial imperativamente nós temos que ter educação gratuita. Exemplo de contradição em Mato Grosso. O Município de Nova Mutum tem uma Fundação Municipal de Ensino Superior, chamada Fumesum, que nasceu por iniciativa de lei, cobra mensalidade e hoje está com problema no Tribunal de Contas. Em função de ser uma instituição criada por lei, uma fundação municipal, estabelecimento oficial, cujo dispositivo constitucional impõe a gratuidade.

O artigo 237 diz ainda que a articulação entre os sistemas é orientado pelo texto constitucional. Mas diz que essa articulação também deve respeitar, além da obrigatoriedade e gratuidade oficial, valorização dos profissionais da educação pública básica. O texto atual fala dos profissionais da educação pública básica, mas não fala profissionais do magistério. E essa é uma conquista, que é muito cara ao Sintep, a formulação desta categoria aqui que foi a primeira do país a invocar a condição profissional dos funcionários e a unificar, inclusive, a luta sindical. Hoje, quando a gente lê escrito um texto que estende o conceito de profissionais de educação básica, temos que nos sentir como autores deste texto, como responsáveis por essa nova configuração que abre muitas oportunidades de valorização para um milhão e meio de profissionais das redes públicas do país.

Inciso, quarto. "Gestão democrática em todos os níveis de sistema de ensino no texto de

> "Os municípios têm, então, autoridade para conformar o seu Sistema, mas também têm a obrigação de orientar a atividade articulada com os planos estaduais e da União"

Mato Grosso com eleição diretas para diretores das unidades de ensino e dirigentes regionais e composição paritária dos conselhos deliberativos com participação dos profissionais de ensino, pais e alunos na forma da lei". Em 1991, com dois anos da Constituição Estadual de Mato Grosso, do então governador do hoje senador Jaime Veríssimo Campos. Devemos nos lembrar que foi ele que interpôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade caçando o texto da constituição de Mato Grosso, que fala da eleição direta, dos conselhos paritários, com composição deliberativa. Essa ação até hoje não foi julgada. Está suspensa por decisão liminar. Nós já tivemos, na sequência, duas leis estaduais aprovadas e inclusive em vigor em torno da disposição deste tema.

Artigo 244. Os sistemas estaduais e municipais de ensino desde 1989, segundo a constituição de Mato Grosso, passam a integrar o sistema único de ensino. "Ao estado caberá organizar e financiar o sistema de ensino e prestar assistência técnica e financeira aos municípios para gradual integração em um sistema único na forma da lei". Em 1998, foram sancionadas duas leis fundamentais para a organização do Sistema. A lei 49 e a lei 50. A Lei Orgânica dos profissionais da educação pública básica, e a Lei do Sistema, ambas referência para o Brasil, hoje 10 anos depois A lei 49 que organiza os sistemas diz "os municípios que não constituírem seus próprios sistemas integrar-se-ão ao sistema estadual O texto da nossa lei diz o seguinte o município que não constituiu formalmente o seu sistema não tem. Então pode ficar alheio, portanto, ele está dentro do sistema estadual. No artigo 11 da Lei Complementar nº 49, diz que a universalização do atendimento, a melhoria da qualidade, a valorização e a remuneração dos profissionais da educação e a gestão democrática são finalidades do Sistema Único. Artigo 12: Cadastro, micro-planejamento único de toda educação básica, formação Continuada dos Professores. Unificação do piso salarial dos concursos de ingresso de remoção e progressão, portanto, nós deixaríamos de ter o carimbo de professor ou servidor estadual e municipal. A cor da camiseta ou a nossa matrícula na folha de pagamento não seria o distintivo para dignidade e valorização da profissão.

Implantação e aprofundamento da gestão democrática, avaliação permanente do rendimento e da própria gestão democrática. Isso se daria segundo três critérios, ainda no artigo 12: planejamento, adesão voluntária, compromisso do município, controle social e, portanto, controle participativo e democrático da sociedade, e ava-

liação. Esses pilares são os pilares pertencentes de qualquer sistema que queira ter a condição de ser um sistema num Estado democrático, de direito e participativo.

Precisaríamos de uma luz no Plano de Ação Articulada - PAR. Precisamos reafirmar algumas coisas, iniciar e inovar em outras coisas, um forte subsídio para algumas perguntas que precisarão ser respondidas na hora de formularmos a lei complementar do artigo 23, ou de desenharmos o aperfeiçoamento da lei 49, no caso de Mato Grosso.

Ter sistema ou não ter Sistema Único? É uma pergunta que nos devemos responder. A nomenclatura em nível nacional avançou ou modificou-se e está em outro terreno chamado sistema articulado, não adotou um sistema único, por entender que tem uma relação federativa entre iguais e não, hierarquicamente, uma superior a outra.

Qual é a melhor forma de colaboração no interior deste sistema? Para formação, carreira, financiamento, para avaliação, para gestão democrática? Diretrizes, metas, estratégias? Sistemas de governabilidade de controle? Quais os programas que são comuns entre a união, os estados e os municípios? Que órgãos assegurariam a gestão democrática nas unidades escolares em nível municipal, em nível regional, na diversidade da oferta? Há quem defenda, por exemplo, que a educação do campo seja um subsistema, que a educação de indígenas seja outros subsistema, que a educação de jovens e adultos seja outro subsistema. Esses são problemas com que temos de lidar apara avançar na legislação.

Que ferramentas de valorização para além do piso e da carreira?

Com, que meios técnicos, com que recursos financeiros, com que materiais isso se fará?

Estamos em um universo onde vamos precisar reunir muitos prefixos de convergência, que na língua grega se observa o prefixo SIN, sinergia, sincronia, sintonia, no sentido de tônus muscular de fortaleza, sinfonia, no sentido de formarmos com a adversidade uma única música, que seja suave e agradável, e simpatia, para envolver a maioria da sociedade. Tenho certeza que essa capacidade nós temos, e colheremos os frutos no quintal que plantarmos. Obrigado.

"Qual é a melhor forma de colaboração no interior deste sistema? Para formação, carreira, financiamento, para avaliação, para gestão democrática?"

** É licenciado em Filosofia, História e Sociologia, pós-graduado em História Contemporânea e mestre em Educação - Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de Brasília (UnB). Foi presidente do Sintep/MT, por dois mandatos, de 94 a 2000, e da CNTE por três mandatos. É presidente do Partido dos Trabalhadores no estado de Mato Grosso e Deputado Federal*

Professor Dr. José Marcelino de Rezende*

A gente que vem de São Paulo fica, na verdade, com uma inveja danada, porque essas conquistas de vocês no que se refere à gestão da educação são fruto das lutas de um sindicato que unifica os trabalhadores da educação. Em São Paulo, são uns 10 sindicatos. Uma conquista fundamental de vocês, por exemplo, é a eleição direta para diretores, que lá em São Paulo é impensável. É uma batalha extremamente difícil porque lá é cargo, preenchido por concurso, então a própria base dos professores, infelizmente, é muito resistente ao debate da eleição direta.

A regulação dos colegiados escolares também é extremante interessante.

Por exemplo: o impedimento do diretor. Embora eleito, ele é proibido de ser o presidente do conselho. Só para vocês terem um parâmetro: em São Paulo é o oposto. Primeiro, ele não é eleito, então já há um impasse, é um cargo. Como diz o Vitor Paro, o diretor escolhe a escola, mas a escola não escolhe o diretor. E, não bastasse isso, ele é o presidente nato do colegiado. Na verdade, então, o colegiado já nasce morto. Eu brinco que, em São Paulo, a gente tem a democracia do ônus. A única coisa que o colegiado escolar debate em São Paulo é expulsão de aluno. Então, quando se fala em colegiado escolar em São Paulo, os alunos já ficam assustados. Além disso, lá "tucanaram" a expulsão: chama-se transferência compulsória.

Vamos falar menos de São Paulo e vamos falar do tema do financiamento dentro da perspectiva do pacto federativo. Eu trouxe três dados iniciais, só para dar um pouco o contexto de onde a gente parte. O tamanho dos desafios educacionais do país. Aqui, nós pegamos uma estatística que trata dos anos de estudo da população. Quer dizer, se nós lembrarmos que, pelo menos, desde 1971, a escolaridade obrigatória é de oito anos, o Brasil vai chegar em 1998 com uma média de pouco mais de seis anos de estudo na população de quinze anos ou mais. Em 2006, o país chegou a sete anos de estudo. Como eu brinco: se, no futebol a gente não está lá muito bem, na educação a gente perde de goleada inclusive para nossos vizinhos da América Latina.

É um aspecto, contudo somos campeões: campeões da desigualdade, infelizmente. Um dos grandes nós que atingem a educação, e pega tudo no Brasil, é a marca da desigualdade. Então, esse é um nó que marca a distribuição de renda, de terra e que marca profundamente o acesso à educação.

> "Essas conquistas de vocês no que se refere à gestão da educação são fruto das lutas de um sindicato que unifica os trabalhadores da educação"

Vejamos agora os gastos com educação por habitante. O que nós vamos ver é que o Brasil perde para a Argentina, Costa rica, México, Venezuela, Chile. Nesse sentido é uma conquista que temos hoje, no segundo mandato do Lula, quando o Ministro da Educação assume publicamente que nós precisamos de mais recursos. Acho que nós gastamos quase um mandato para derrubar um mito consolidado no governo anterior de que o problema do Brasil não era a falta de dinheiro, mas era a gestão. Agora nós temos que transformar esse princípio em realidade. Por enquanto, ganhamos uma luta ideológica. Um debate, mas que na opinião pública ainda precisa ser trabalhado.

Ou seja, gastamos pouco. Por que gastamos pouco? De onde vem o dinheiro da educação? O dinheiro da educação do Brasil vem basicamente da arrecadação de impostos e de uma contribuição social, que é o salário educação, que corre o risco de desaparecer com a reforma tributária. Se eu comparar o gasto com educação com o Produto Interno Bruto, ou seja, com tudo aquilo que o país produz, nós teríamos algo próximo a 4% do PIB. Para se ter um parâmetro de comparação, os EUA gasta algo próximo a 5% do seu PIB. Aparentemente não é uma diferença muito grande. Só que qual é a grande diferença entre o Brasil e os EUA: é o PIB.

Então eu fiz uma continha simples que eu acho que acaba com essa conversa de que o problema não é falta de dinheiro. Os 4% do PIB do Brasil, dá alguma coisa na educação básica em torno de R$ 100/mês, em média, por aluno. A média de uma escola pública, que a sociedade paga para manter um aluno, é de R$ 100/mês. Os 5% do PIB americano representam US$ 700/mês, só para vocês terem uma dimensão da diferença gritante entre os dois países. E coloquei outro dado que o valor da mensalidade da rede privada. Porque ela sempre aparece com uma imagem de eficiência, com

uma imagem da otimização do desempenho. Peguei um valor baixo de mensalidade: R$ 250/mês que é uma mensalidade baixa.

Qualquer escola de classe média em Cuiabá deve custar de R$ 500 para cima. Mas só os R$ 250 já são duas vezes e meia o que se gasta na escola pública. E com um detalhe: é mais barato ensinar para o aluno da escola privada. Por que? Porque, se a escola não tem computador, ele tem em casa. Se a escola não tem assinatura de revista, ele tem em casa. Não é para chegar ao socialismo não. Mas para ter no mínimo um principio de igualdade de chances, a escola pública teria que custar mais que a mensalidade de uma escola privada. Então quer dizer esse é o grande nó de quem trabalha com educação no Brasil. É o nó de introduzir na agenda a prioridade do financiamento. Porque, se não, eu me perco na discussão só da gestão. E o financiamento é uma perna essencial da gestão, senão não adianta. Porque o dinheiro é pouco para a educação? Ai nós temos dois gráficos: um mostra tudo que o Brasil arrecada. A nossa carga tributária que é em torno de 37 % do PIB.

A outra coluna que vocês estão vendo representa a receita de impostos. Dá para ver que a coluna dos impostos é mais ou menos a metade do volume da carga total. Por que essa questão é importante? Qual é a base onde incidem os 18% da União, e os 25% de Estados e municípios? Eles incidem sobre o quê? Sobre a carga tributária total ou sobre a receita de impostos? Sobre a receita de impostos! Fica claro então que, se a arrecadação fosse sobre toda a carga tributária, e não apenas sobre os impostos, nós teríamos o dobro de recursos para a educação. Ante a conquista constitucional da vinculação dos impostos, qual foi a estratégia adotada, principalmente pelo Governo Federal? Ao invés de criar imposto, ele criou contribuições. Porque a contribuição não tem que destinar os 18% para educação, não tem que transferir para Estado e município.

Então o duro, pela batalha política no Brasil, é isso. Porque você obtém uma conquista, só que aí você começa uma outra batalha que fazer com que quem tem o poder político cumpra a determinação. Então, faz-se uma conquista na Constituição e depois criam-se mecanismos para não cumprir essa conquista. E outra coisinha que apareceu e não é uma noticia boa que a gente tem para dar. É a questão da DRU. O que é a DRU? Desvinculação das Receitas da União. Tira-se 20% do que se arrecada, que já não é muito, e você aplica os 18%, não sobre 100, mas sobre 80. O que significa em português claro? Que os 18% na verdade, que estão na constituição, passam a valer 14,4%. E ai nós tínhamos uma conquista, que foi um compromisso do governo federal de retirar a DRU da educação.

O fim da DRU para a educação foi aprovado no Senado, mas eu li no jornal, e espero que seja uma mentira, que, em função da crise econômica, a posição do governo agora é segurar a votação na Câmara. Para se ter uma idéia, seriam R$ 2 bilhões a mais para a educação. Então é o seguinte, na hora do bônus, a educação está fora. Na hora do ônus, a educação é chamada para o sacrifício.

Chegamos agora ao nó do pacto federativo. Qual é o nó do pacto federativo? Quanto arrecada a União, quanto arrecadam os Estados, quanto arrecadam os municípios? Então, quando eu olho na carga tributária, quem mais arrecada no Brasil? É a União. De cada R$ 100 que são arrecadados no Brasil, a União arrecada R$ 70, os Estados, R$ 26,e os municípios, R$ 4. Só que na própria Constituição eu tenho mecanismos de transferência, não é isso? O ICMS que é um grande imposto estadual; de cada R$ 100, R$ 25 são destinados para os municípios. Quando eu considero essas transferências, a União fica com 58% da carga total, os Estados com 26%, porque eles perdem de um lado, e ganham de outro, e, por último, os municípios melhoram um pouco a situação ficando com 16%. Ora, quando estamos discutindo a questão do pacto federativo, hoje o grande dilema é a municipalização. Os dados de Mato Grosso nesse sentido são interessantes, porque a gente observa que aqui ela avançou pouco, mas os dados do Brasil são impressionantes. O que avançou a municipalização é um negocio que assusta, e a principal causa para esse processo foi o Fundef.

> "Se a arrecadação fosse sobre toda a carga tributária, e não apenas sobre os impostos, nós teríamos o dobro de recursos para a educação"

Um último aspecto importante quanto à diferença entre a receita tributária total e a receita de impostos é que quando olhamos a distribuição de impostos entre os níveis de governo observamos que a União é a mais pobre. Quando eu olho a estrutura tributária brasileira, hoje, quem tem o

grosso do dinheiro? A União. Só que o grosso do dinheiro que está na mão da União não vem dos impostos, vem das contribuições. Ora, como o dinheiro vinculado não vem das contribuições, com exceção do salário-educação, a União acaba ficando numa posição muito cômoda. Porque hoje o Governo Federal tem como provar que já aplica mais que 18%. Como a receita de impostos do Governo Federal ficou tão pequena, 18% de pouco vai ser o quê? Pouco! Por isso que a discussão da reforma tributária seria tão vital e, por outro lado, ao mesmo tempo, eu tenho tanto medo do nível em que está a discussão de reforma tributária hoje. Acho que, infelizmente, a lógica que estava presidindo a reforma tributária, não é uma lógica de fortalecimento de direitos sociais, pelo contrário!

Então, quando analisamos os dados de quanto se gasta com educação básica no Brasil, em cada nível de governo, vamos observar um paradoxo. Quem mais gasta com educação básica no Brasil? Os municípios. Que são exatamente os níveis de Governo mais pobres. Por outro lado, quem mais arrecada dos três? A União, que é quem menos gasta. Esse é o nosso grande desafio. O deputado federal Carlos Augusto Abicalil colocou bem, a marca da descentralização que, no Brasil, infelizmente, está associada à desresponsabilização. Nós tivemos o ato adicional de 1834, que mudou a Constituição e atribuiu aos Estados a responsabilidade pela educação básica, depois tivemos outro ato adicional, que foi a emenda do Fundef, que implementou a municipalização. Então o grande desafio é implantar de fato um regime de colaboração no país. E eu faço justiça à atual gestão do MEC que tem conseguido ampliar recursos para a educação. Agora vocês observem o seguinte: é muito pouco ainda. Mesmo que o Governo Federal dobre a sua participação no Fundeb, e essa disputa no âmbito interno do Governo não é fácil, ainda será muito pouco perto do que gastam Estados e municípios.

Tenho outra observação: Em que nível de governo o gasto com educação básica mais cresceu no período de 1995 a 2005? Está claro que são os municípios. Só que esse crescimento não foi basicamente com recursos do município. Foi o Fundef, que pegou recursos estaduais e transferiu para os municípios, porque tanto o Fundef quanto o Fundeb vinculam o dinheiro ao aluno. Como houve a municipalização dos alunos o recurso foi junto. Por que essa questão é crítica? Porque o Fundef, vocês se lembram, tinha prazo para acabar. E o Fundeb também tem prazo para acabar. Eu não estou com o número exato, mas os Estados devem estar transferindo para os municípios, no Fundeb, algo próximo a R$ 9 bilhões por ano. Se o Fundeb acabasse hoje, o que significaria? Que os municípios estariam com os alunos e os Estados receberiam os R$ 9 bilhões de volta. Eu descobri que vocês conseguiram uma façanha, vocês estadualizaram algumas escola municipais, mas isso é quase impensável no resto do Brasil.

> "A atual gestão do MEC tem conseguido ampliar recursos para a educação. (...) Mas é muito pouco ainda"

Então, pode dizer que, se de um lado o Fundeb representa avanços, de outro ele mantém uma bomba de efeito retardado, porque cria um mecanismo que transfere aluno, induz a transferência de aluno, transfere recursos, só que também tem data para acabar. É 2020. Parece que está tão longe, mas não está tão longe. Então, já é tarefa nossa pensar em uma solução permanente. Porque a quantidade de alunos que os municípios têm hoje em dia é muito superior à sua capacidade de atendimento, em claro desrespeito a própria LDB que diz que deve haver uma correlação entre ambos.

Olhando agora para a distribuição da receita de impostos por habitante entre os diferentes Estados o que vemos? Aqui se observa que aquela desigualdade que eu estava falando, que se dá entre a renda das pessoas, também se dá entre os Estados da federação. No lado de cá nós vamos encontrar Estados do Norte e Nordeste com menos de R$ 1000 de impostos por habitante para a educação, saúde, segurança. E no extremo oposto, nós vamos encontrar Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro que têm pelo menos o dobro de recursos por habitante. Nesse sentido, nem dá para dizer que o Brasil é um mesmo país. Porque um cidadão do Maranhão recebe em recursos públicos a metade que a de um cidadão de São Paulo. Nos Estados Unidos, que é um país totalmente federativo, você não tem essa discrepância. O nosso sistema tributário ainda é marcado pela desigualdade, onde um maranhense vale meio paulista. Objetivamente é isso. Como está o Mato Grosso? Mato Grosso está nos ricos, beirando os R$ 2000. Está no andar de cima.

Onde falta dinheiro falta o quê? Faltam insumos nas escolas. Eu selecionei então o que eu chamo de um kit básico de uma escola de qualidade. Refiro-me a biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra esportiva, internet. Dá para enxergar a situação do Brasil? Não dá porque está tão baixo. Menos de 20% das escolas têm biblioteca. Pouco mais de 10% têm laboratório de informática. Pouco mais de 5% têm laboratório de ciências.

O principal insumo da educação é o professor. Ele faz toda a diferença quando se pensa em qualidade de ensino. E para atrair e manter bons professores, não tem segredo, é preciso um salário competitivo com aquele pago por outras profissões que exigem o mesmo nível de formação.

> Menos de 20% das escolas têm biblioteca. Pouco mais de 10% têm laboratório de informática. Pouco mais de 5% têm laboratório de ciências

E virou moda no Brasil dizer que professor não ganha mal. Tivemos até editorial da Folha de São Paulo nesse sentido. Então, eu sempre trago esse gráfico. O que ele mostra? Quanto menor a criança para a qual se ministra aulas, menor o salário. Então o salário médio de um professor da educação infantil é R$ 661. Para os que dão aula de primeira a quarta série, R$ 749. Um professor que atua no ensino médio, R$ 1390. Essa é a média brasileira, sem considerar jornada. É o que os professores respondem ao IBGE. A jornada pode ser de 60 horas, porque não se pergunta jornada. Eu sempre comparo com os economistas porque os economistas adoram dizer que o professor ganha bem. Dá para ver o salário dos economistas? R$ 3.500. Ou seja, para quem ganha R$ 3.500 é fácil falar que quem ganha R$ 1.500 não ganha mal. E, obviamente, a melhor situação é dos juízes, com salário médio de R$ 12 mil. É o que eu costumo dizer: é mais fácil dar um aumento de 100% para um juiz do que de 5% para um professor. Por quê? Porque no limite o juiz tem o poder, muitas vezes, de colocar um governador na cadeia. O professor também tem se souber usar sua capacidade política. O professor fica às vezes quatro, cinco horas com o aluno, trabalhando dia após dia, e não consegue transformar esse aluno em um aliado. Muitas vezes, transforma-o em um adversário, transforma o pai em um inimigo. A única salvação no meu entendimento é o professor ver o aluno não como adversário, mas como aliado na luta política. Porque o poder que o juiz tem é jurídico, o poder que o professor tem é ideológico, é político. Temos que usar esse poder.

Como apontamos até aqui o Brasil tem desafios de qualidade, mas também tem enormes desafios de quantidade. Vocês sabem que o Plano Nacional de Educação estabeleceu uma série de metas quantitativas e de qualidade para a nossa educação. Onde está o grande gargalo na educação no que se refere ao atendimento? Está na faixa até três anos. Vocês tiveram eleição para prefeito. O que é unânime nas campanhas para prefeito? Promessas de mais vagas em creches. Se o prefeito não colocar isso em um programa, ele não está eleito. E em geral ele não cumpre o prometido porque creche é mais cara. Mesmo pagando menores salários, o custo é alto. Por quê? Porque eu não posso colocar 50 crianças em uma sala de creche como se faz no ensino médio e a jornada é de tempo integral.

Agora vamos comparar os valores propiciados pelo Fundefe, de 2006, com aqueles do Fundeb, de 2007, por unidade da federação. Pode-se observar que não há grandes diferenças com relação aos Estados com maiores recursos. Isso acontece porque o Fundeb só acrescentou recursos novos nos Estados mais pobres da Federação. Se olhar Maranhão, Pará, Alagoas, vocês vão ver que o Fundeb teve impacto muito positivo. Por que? Porque o governo federal, de fato, ampliou a sua participação no fundo. Agora, ele vai chegar em 10% do fundo. Quer dizer, ai que é a minha briga. Quem arrecada 60% dos tributos no Brasil, não pode contribuir com 10% da educação básica, é muito pouco. A única forma que eu consigo imaginar para a implantação de um sistema único de educação pública como vocês propõem aqui no Mato Grosso, e eu defendo também, é o Governo Federal ser mais generoso. Nós precisamos ir além; contribuir com 10% do Fundeb para quem arrecada 60% dos recursos do Brasil é muito pouco.

Vejamos agora alguns dados do Mato Grosso. Quanto à matrícula observa-se que vocês conseguiram manter certo equilíbrio entre a rede estadual e municipal, isso em um momento de grande municipalização no Brasil, comparando as condições entre as escolas. Então, se há um equilíbrio na matrícula, eu não tenho um equilíbrio no perfil das escolas. O que nós vamos observar? As escolas

estaduais são majoritariamente urbanas e as escolas municipais são basicamente rurais. E ai é uma tragédia quanto às condições de oferta. Vamos encontrar em 1124 escolas rurais municipais, só 66 com biblioteca, só 31 com laboratórios de informática, só uma com laboratório de ciências! Se houve uma conquista importante do ponto de vista da matrícula, vocês tem claramente dois padrões de escolas. E qual é o grande desafio? Os municípios ficam com as escolas que eu chamo de mais caras. Quais são? As rurais. É claro que a nossa escola rural é muito barata. Mas ela é barata porque ela é ruim. É a escola multi-seriada. Se eu penso em fazer uma escola rural de qualidade, ela é mais cara porque ela é pequena. Então não tenho economia de escala. Então, aquele valor do Fundeb para a matrícula em escolas rurais deveria ser duas, três vezes maior que da escola urbana. É que nós não temos cacife político ainda para garantir isso. Eu acho que o Consed tem um papel central, a Undime tem um papel central, para que os fatores de ponderação do Fundeb sigam a lei e reflitam, de fato, os custos educacionais. Todo mundo sabe que uma creche é mais cara que uma escola de ensino fundamental, mas no Fundeb não é assim, vale menos!

Constatação final: o Fundeb é um avanço, mas não basta para ter qualidade e nem para atender as metas de crescimento do plano nacional. A política de fundos pode desestimular o atendimento do aluno caro. Quem é o aluno caro? É o pobre. O que eu quero dizer com isso? A lógica do financiamento hoje tem um valor determinado por aluno. Uma escola de um centro urbano grande tem ganho de escala. Uma escola de mil alunos tem ganho de escala. Uma escola rural com 30 alunos dá "prejuízo", no sentido de que o valor aluno não viabiliza qualidade. E o que acontece? Você tende a colocar o aluno no transporte escolar e enviar para uma escola urbana. Mas, quando tira a criança do campo e traz para cidade, ela passa por forte vivência de preconceito e de exclusão. Precisamos dar um fim à guerra fiscal da educação para criar um sistema público único de educação básica, sair do modelo de conselho de controle social para o de conselho gestor, e precisamos de mais recursos. É a proposta do custo aluno qualidade.

Vou encerrar com rápidas propostas. Primeiro: nós precisamos ampliar os gastos com a educação frente ao PIB. Nós temos uma bandeira histórica que é da CNTE, que foi do Coned, que são os 10% do PIB para a educação pública. Não podemos esquecer essa bandeira. O ministro já chegou nos 6%, já é uma conquista. Para um país que estava em 4%, 6% já é um avanço. O PNE falava em 7% e foi vetado pelo Fernando Henrique, não podemos esquecer. Para tanto é fundamental ampliar a vinculação da União. Gastos com aposentados não podem sair da manutenção de desenvolvimento do ensino.

Essa é a outra luta. Não é uma luta simples. Às vezes, o aposentado acha que está sendo desvalorizado e é o contrário. Se eu tenho aposentados e ativos para viver do MDE, a parcela de cada um é cada vez menor. A luta é que o aposentado tenha o mesmo salário do professor da ativa. A União é a mais rica. Então, ela tem que ampliar a sua parcela no financiamento. Fim da DRU para a educação, essa é uma briga que o Carlos Augusto Abicalil vai ter que pegar firme. Nós temos defendido que a União aplique de imediato 1% do PIB na Educação Básica. Nós entendemos que 1% do PIB para um nível de governo que gasta 8% do PIB em juros e encargos é um índice plenamente factível e daria outro padrão no financiamento da educação básica brasileira. O mínimo do Fundeb, o mínimo nacional seria o padrão de financiamento de São Paulo que não é nenhuma Brastemp. Segundo: Reforma tributária comprometida com as políticas sociais e com a justiça fiscal entre contribuintes e entre as unidades da federação. Terceiro: Conversão dos serviços da dívida em investimento na Educação. Quarto: Lei Federal regulamentando o regime de colaboração e a gestão democrática do ensino. Vocês avançaram barbaramente na gestão democrática, mas essa não é a realidade do Brasil. Quinto: Nunca se falou tanto em avaliação no Brasil. Só que tanto o Governo anterior como este, trabalham na lógica da avaliação centrada na nota do aluno.

A nota do aluno é uma indicação importante? É. Sobre o aluno. Mas ela indica pouco sobre a escola, sobre o ensino que aquele aluno está recebendo. Quando eu atrelo o salário do professor à nota do aluno, por exemplo, como a rede estadual de São Paulo está fazendo, o que vai ocorrer? Vai fazer com que os melhores professores, os mais dedicados, abandonem exatamente aquelas crianças de periferia, de região de maior vulnerabilidade que são justamente aquelas que mais se beneficiariam da presença de um bom professor. Acho que na discussão de avaliação, a questão não é premiar quem é melhor. Se tenho um profissional que não dá conta do recado, ou ele melhora ou ele sai. Nós não temos que ter compromisso com a incompetência.

Temos que ter compromisso com a qualidade e, para qualidade, nós temos que ter condições adequadas de trabalho, remuneração

e avaliação e, na avaliação, temos que incluir algo que não existe no Brasil: ouvir o que os pais e os alunos têm a dizer sobre a escola. Nós precisamos mudar a relação que existe hoje entre professores, funcionários, pais e alunos. Enquanto eu vir o aluno como obstáculo para o aprendizado, nada muda no Brasil. O aluno não é meu adversário. O aluno é meu aliado. Então, o caminho tem que ser esse. Pensar em um modelo de avaliação centrado na gestão democrática e na avaliação democrática.

** Doutor em educação pela UNICAMP na área de Administração Educacional e docente da FFCLRP-USP. É presidente do Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto. Fez um estágio de Pós-doutorado, em 2001, na Universidade de Stanford sobre o financiamento da educação nos EUA. Foi Diretor de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais do INEP/MEC em 2003*

Professora Arthemis Torres*

Boa tarde. Primeiro eu quero dizer do encantamento com um público tão amplo. Acho que eu nunca estive em um espaço tão cheio de gente, e olha que vocês vêm de uma jornada pesada. Além disso, quero agradecer a diretoria do Sintep/MT, porque me puseram numa mesa que só tem gente bamba. É uma honra para mim. Eu vou ler um texto e espero que dê dentro do tempo. Preparei um texto para conversar com vocês. Não sou boa oradora e sabia que tinha pouco tempo de fala.

Eu confesso que muitos detalhes me escapam nessa discussão sobre o tema central do evento. Um regime de colaboração na perspectiva do Sistema Único de Ensino, portanto, eu estou aqui só aprendendo. A minha contribuição ao debate está circunscrita no campo onde melhor circulo, que é o da investigação sobre a construção da democracia no campo da educação. Especificamente a democratização da gestão educacional. Alguns dos presentes sabem que eu trabalho na UFMT e ali tenho tido a oportunidade de orientar pesquisas sobre gestão democrática. Com raras exceções, os que me procurar para essa tarefa de orientação trazem com certa angústia e inconformismo a avaliação de que a gestão democrática ainda não aconteceu. Pois bem, essa é uma constatação decorrente da experiência de orientação de pesquisas sobre o tema ao longo de 15 anos. E não é uma constatação qualquer. Pois dela penso poder extrair conclusões, inclusive, para mudanças de rota no próprio processo que coordeno. Em outras palavras, a somatória de pesquisas com o volume de informações extraídas por meio de entrevistas, questionários e observações da comunidade educacional, foi capaz de me revelar que a cultura educacional hegemônica, em constante processo de auto-alimentação, tem isso suficientemente hábil para submeter, excluir, ou subordinar culturas alternativas das quais derivem outros projetos. Indícios dessa habilidade presentes nos discursos e práticas dos educadores podem ser encontrados nas unidades escolares, nos órgãos gestores e nas próprias relações que estes estabelecem entre si. Sobre esta controversa política de gestão democrática, há muito a dizer. Mas restringindo meus limites do tempo que tenho disponível vou organizar a exposição da seguinte forma: partindo da idéia de que gestão democrática da educação se constitui, antes de tudo em uma prática social por conseqüência também política, apresentarei dois "considerandos", servindo-me das contribuições da sociologia e da teoria política, extraindo daí algumas conclusões práticas. O primeiro considerando se refere à necessidade de reconhecimento da presença de projetos antagônicos disputando a formatação desta democracia que empresta nome a todas as práticas e discursos. O segundo considerando diz respeito à necessidade de reconhecimento do projeto político-cultural que deve envolver de forma orgânica todo o sistema de Ensino, incluindo secretaria de Estado, conselhos, assessorias pedagógicas, unidades escolares, representações sindicais e demais instâncias do Executivo e Legislativo, encarregadas dos assuntos da educação.

Vamos à primeira consideração, em que afirmo ser absolutamente natural na sociedade capitalista a presença de projetos antagônicos em disputa. Conseqüência prática: a cada um cabe definir a qual projeto se filia. E essa tarefa exige um esforço de elucidação das matrizes teóricas que o sustentam sob pena de se enredar nas teias dos discursos e, com isso, ser derrotado na disputa simbólica que, como afirma, Danino, uma socióloga, é constitutiva de toda disputa política.

Desenvolvo essa primeira consideração tomando de empréstimo uma expressão que li na página 8 do texto-base a respeito da conjuntura nacional expondo o confronto entre o Governo Lula e a elite nacional. Ali eu leio: "Este cenário é o disputa de projetos de nação que se instalou no Brasil desde a posse do presidente Lula, em 2003. No que diz respeito à educação, afirmo que o cenário é o de disputa de projetos de educação". Não é, no entanto, um cenário de conjuntura e, sim, estrutural. Aqui se trata de avaliar a educação no modo de produção capitalista, no qual as relações de produção se caracterizam pelo confronto entre projetos distintos e opostos entre as duas classes fundamentais resultantes desse modo de produção conforme nos mostrou Marx.

Portanto, se esse é o cenário, ao incursionarmos em qualquer análise sobre a gestão educacional democrática, temos de levar em conta que há projetos distintos e opostos de gestão, assim como há concepções distintas e opostas de democracia. Temos que levar em conta, inclusive, que, tais polaridades se expressam na prática, no dia a dia, sob forma de conflitos. Conflitos que não devem ser encarados como um mal a ser extirpado já que eles são, como já disse Chauí, inerentes à democracia. Assim, a postura daqueles que, descontentes com aquilo que aí está posto, se mantêm na crença ou ilusão de que basta boa vontade ou a paciência para que um dia cheguemos a alcançar a gestão democrática ideal, se apresenta como um gol contra, um tiro no próprio pé, um atestado antecipado de derrota. Não há coincidência de propósitos, não há um projeto único capaz de aglutinar interesses antagônicos. E, como sugere as palavras de Chauí, ao se pretender mudanças, há que defender um projeto alternativo, interrogando o que está posto, interrogando o status quo imergindo, portanto, no campo do conflito. Conclusão prática dessa constatação é que se devem investigar os projetos em disputa na realidade educacional, seja no âmbito das escolas, seja nos organismos gestores. Tal providência nos poupará de alguns graves equívocos. Faço menção a dois.

O primeiro diz respeito a impressão de que inexistem diferenças entre os discursos quando se toma por comparação, por exemplo, o projeto que deu concretude à lei de gestão democrática nos anos 80 e o projeto que foi ocupando espaço nos anos 90. Confundimo-nos com a aparente identidade dos discursos. Afinal, quem não se confundiria? A ordem geral e recorrente era, e é, participar, participar e participar. Outra palavra que não deixou de ocupar a cena foi a democracia.

O segundo grande equívoco que, de certa forma tem sido reforçado pela ilusão de que há uma indiferenciação entre os discursos, diz respeito à impressão de que também inexistem diferenças no modus operandis de cada gestão governamental. Isso conduzindo a caracterização do estado como um bloco monolítico e a sua conseqüente demonização. A expressão mais clara desses equívocos se faz sentir na ausência ou, pelo menos, da diluição das forças de resistência tanto nos meandros do espaço governamental quanto no espaço escolar, não se podendo contar competências apoios, alianças e articulações. A respeito da identidade discursiva, Danino observa que, apesar de antagônicos, os dois projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva.

> "Não há coincidência de propósitos, não há um projeto único capaz de aglutinar interesses antagônicos"

No entanto a falta de identidade é ocultada por um discurso comum. Assim é que as referências, participação, sociedade civil, cidadania, democracia, ao serem utilizadas instalam o que a autora chama de Crise Discursiva.

Ou seja, a linguagem corrente na homogeneidade de seu vocabulário obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos, dificultando, portanto, o reconhecimento de dois campos – ético e político – que guardam fortes distinções e divergências. Trazendo essa excelente contribuição de Danino ao nosso tema, eu diria que há aqui muitos exemplos que têm rendido páginas de análises aos pesquisadores, tentando mostrar as diferenças de significados em torno de noções como descentralização, autonomia, participação, democratização do poder.

O grande risco que se corre com esse redamento no plano da disputa de significados, é para Danino, e concordo com ela plenamente, de perdermos de vista que a prática política vai se constituído em um terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário. Portanto, é importantíssimo que a gente entenda os sentidos dessas noções dentro do nosso projeto de gestão, de educação, de sociedade, de democracia.

Chegamos, com esse alerta, ao segundo considerando. Educadores não desempenham uma função meramente técnica. Ela é também política. A conseqüência prática é que, para provocar efetiva mudança, é preciso agir coletivamente, o que requer a definição clara de onde se pretende chegar, do que se quer conquistar e com que parceiros, e quais devem ser os parâmetros para definir alianças estratégicas. Para tratar desse tópico, faço inicialmente um comentário sobre a concepção da política e, em seguida, sobre a interlocução necessária para o exercício da política. Sobre a descrença na política, não há qualquer discordância do público aqui presente. Não faz falta entender de política ou consultar especialista no assunto para constatarmos que ela se tornou persona não grata em nosso meio, apresentando invariavelmente, e não sem motivos, como sinônimo de corrupção, banditismo de burla.

Tanto descrédito chegou a função política que, curiosamente, até mesmo candidatos à função legislativa ou executiva, em plena campanha eleitoral, na busca de simpatia e confiança de eleitores, preferem ostentar suas credenciais ou seu desempenho em qualquer outra função quando não declaram sua aversão por política, como se as funções executivas no Estado se reduzissem à administração empresarial. Francisco Fernandes Guey, filósofo político, apresenta uma argumentação interessante sobre a necessidade de se fazer política, apesar de tudo. O autor defende tal necessidade convencido de que, apesar do caráter internamente conflitivo,contraditório, ambivalente da autêntica vocação política no mundo moderno, é necessário recuperar o conceito de política em Aristóteles para quem ser um animal político quer dizer fazer parte de uma espécie social cujos membros se enriquecem espiritual e individualmente mediante a comunicação social e se sentem obrigados, portanto, a participar de forma ativa na gestão e controle da coisa pública para assim alcançar a virtude e a felicidade pessoais. Fernandez Guey mostra que Aristóteles não tinha ilusões sobre o caráter internamente contraditório deste que fazer político, da ação política, da atividade política, na qual competem virtude, desinteresse, socialidade e razão de um lado e egoísmo corrupção, perversão e ódio de outro. No entanto insiste, apesar da contrariedade interna da atuação prática dos cidadãos, convém-nos participar nas tarefas da coletividade porque ela nos faz melhores.

Comparativamente, a participação política nos assuntos da polis é intelectual e espiritualmente mais satisfatória que deixar tais assuntos em mãos do tirano ou de uma oligarquia. Com essa visão otimista e positiva de política, Fernadez Guey nos convida a assumir e nos empenharmos na luta por inventar outras formas de fazer política no sentido de poder reverter o processo de deformação da democracia, a democracia representativa, democracia liberal.

Entrando no último tópico das minhas considerações, afirmo que nesse processo de reinvenção da política os educadores que ocupam o governo do Estado e que atuam nas bases, têm que repensar as suas formas de atuação para fortalecimento de um projeto que tenha organicidade, pois é dela, como já afirmava Grahms, que se podem extrair elementos para a construção de uma nova hegemonia. O pretender participar do processo de instituição da gestão democrática ou de novo tipo, invertendo a ordem do que aí está, exige estratégia, planejamento, negociação. Nenhum de nós escapa às diferenças entre gestão empresarial e gestão democrática. Gestão empresarial costuma tratar democratização da gestão por meio de procedimentos técnico-burocráticos em busca de eficiência e eficácia, com vistas a uma qualidade geralmente definida como produtividade do ensino, expressa na relação estatística 100% matriculados, 100% aprovados.

> "Portanto, é importantíssimo que a gente entenda os sentidos dessas noções dentro do nosso projeto de gestão, de educação, de sociedade, de democracia"

A gestão democrática na perspectiva de um projeto alternativo de educação e de mundo propõe confiança na construção de alternativas e desconfiança em relação aos anúncios ilusionistas sobre a

possibilidade de inclusão. Como bem afirma Semeraro a propósito da inclusão social, os dominados não estão dispostos a continuar pacientes, dóceis e submissos. Apontam para um outro projeto de sociedade. Nesse sentido, não querem ser apenas valorizados, readmitidos, reintegrados no conjunto, não querem ser incluídos em um sistema que voltará a excluídos. De cabeça erguida, agora se defrontam e demarcam sua posição e propõem alternativas. Se a inversão da ordem do que aí está exige estratégia, planejamento, negociação, é oportuno não perdermos de vista que a perspectiva de construção de um projeto orgânico, que possa amalgamar os interesses nas várias instâncias do sistema, parece ser a única forma de se produzir uma nova hegemonia. Assim, a relação entre gestores de Estado e os educadores na base no sistema há de ser uma relação voltada para busca de um mínimo consenso.

** Graduada em Filosofia pela Universidade Santa Úrsula , mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutorado em Ciencias de La Educación - Universidad Autonoma de Barcelona . Atualmente é professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso*

Ságuas Moraes*

Inicio minha fala sobre a valorização profissional, após ouvirmos o depoimento do Marcelino de que, em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, coincidentemente, três governos do PSDB, eles foram muito reacionários quando da aprovação do piso salarial nacional de R$ 950 para 40 horas. Isso ocorre, inclusive devido à existência de 10 sindicatos. Como o próprio Marcelino disse, com tantos sindicatos fica difícil unificar as lutas e realizar um bom trabalho. Em Mato Grosso, ao contrário, os avanços resultam da existência de um sindicato único e forte. O plano de carreira existente provém da luta desse movimento sindical. Ainda há muito que se avançar.

Quando falamos em gestão democrática, é preciso destacar o pioneirismo de Mato Grosso, que foi o primeiro Estado a implantar eleições diretas para diretores. Penso que gestão democrática é muito mais que eleição para diretores, é discutir com a comunidade o projeto político pedagógico das escolas, é fazer a inclusão no espaço escolar, é garantir uma educação de qualidade. Hoje, é a minoria dos Estados brasileiros que realizam eleição para diretores, se não estou enganado, em apenas seis existe eleição.

Na maioria dos Estados, a jornada é de 40 horas e, na média, existe um quarto de hora atividade. Em Mato Grosso é um terço de hora atividade para uma jornada de trabalho de 30 horas. E essa foi a grande reação da maioria dos Estados alegando que, com um terço de hora atividade, haveria muito impacto nos orçamentos.

Mas, esses Estados mais antigos e mais ricos tiveram muito mais tempo que Mato Grosso para fazer esse ajuste e chegar nessa condição de garantir aos seus profissionais um terço de hora atividade, oferecer melhor remuneração e mesmo assim não o fizeram. Mas aqui em Mato Grosso, mais uma vez foi pela luta sindical que se chegou a essa condição. Destacamos aí o pró-funcionário, o Arara Azul que iniciou em Mato Grosso, que foi precursor dessa política que hoje, no Brasil, é adotada pelo MEC. A questão do subsídio único para a carreira, o plano de carreira, cargos e salários de Mato Grosso, eu creio que está entre os melhores do Brasil. Quero dizer que as leis por si só não funcionam. Não adianta criar uma possibilidade se não houver uma mobilização da sociedade e do movimento sindical.

Nesse ponto destaco a suma importância do Sindicato dos Trabalhadores na Educação. Ressalto ainda a importância de um congresso como este, em que temos a oportunidade de aprofundar temas como a construção de uma educação de qualidade.

Aproveito para relatar os avanços conquistados na atual gestão da Seduc. Retomamos o diálogo com o sindicato. As diver-

gências são pequenas e existem no sentido de se chegar ao melhor termo possível e garantir que, de fato, a valorização ocorra.

A valorização profissional é importante não só para garantir a permanência e a valorização daqueles que estão se dedicando ao magistério, ou à atividade profissional da educação, mas para atrair os jovens para essa atividade da docência.

Sabemos que muitas pessoas são vocacionadas para as atividades de magistério, mas devido às dificuldades quanto às condições de trabalho e remuneratória, muitas vezes elas desistem de abraçar essa profissão.

Então, valorizar os profissionais que estão na rede resulta na diminuição da evasão escolar, além de mantê-los na profissão da docência. Mas é preciso atrair novos profissionais. Temos uma situação preocupante em Mato Grosso, já que em pouco tempo teremos 50% da força de trabalho dos profissionais da educação se aposentando.

Teremos que fazer essa reposição nos quadros da Secretaria e garantir uma carreira atrativa para que novos jovens desejem ser professores e entrar para essa atividade profissional. Nós, que acompanhamos a luta do sindicato há algum tempo, desde a época que era prefeito de Juina e, depois, como deputado estadual, e, a partir de 2007 como secretário de Educação, sabemos o quanto esse assunto é importante.

Coincidentemente, em 2007 o governo federal lançou o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, no dia 24 de abril, estabelecendo, através do Plano de Compromisso Todos pela Educação, 28 diretrizes a serem seguidas pela União, Estados e Municípios, o que garantiu melhor aporte técnico e financeiro para os Estados e Municípios e aumentou o financiamento para a educação.

A partir de então foi aberta uma possibilidade de avanço histórico para a educação em nosso país, o que dá um novo ânimo para construirmos uma educação de qualidade. Hoje, existe um compromisso claro do presidente Lula, que não teve a oportunidade de cumprir a sua escolaridade até o nível superior, para garantir que os jovens desse país tenham boa formação escolar.

É imprescindível garantir a universalização da educação não só no fundamental, mas no médio e profissional. Entendemos que a partir do ano passado, com o PDE, foram criados uma série de mecanismos e instrumentos para avançarmos ainda mais no financiamento, na gestão e na formação de profissionais da educação.

Por isso, estamos bastante otimistas, é um momento singular para o Brasil. A questão do Plano de Ações Articuladas, que é o PAR, que foi realizado em cada município, e que numa ação conjunta do Ministério da Educação, da Universidade Federal e Seduc visitamos 100% dos municípios de Mato Grosso para fazer um diagnóstico da educação. O Sintep de Mato Grosso participou muito de perto dessa atividade conosco.

O primeiro dia era destinado ao diagnóstico da educação no município. Os dois ou três dias seguintes foram utilizados para se fazer o plano plurianual para os próximos quatro anos. Neste plano, foram traçadas metas claras para superação das dificuldades da educação, quer seja na recuperação da rede física ou na formação continuada e inicial de profissionais.

Agora vivemos outro momento ímpar que é a chegada de novos gestores municipais. E aí, Gilmar, entendo que nós, Seduc, e o Sindicato temos que dialogar com mais intensidade com esses novos gestores para que, de fato, fortaleçamos o regime de colaboração no sentido de trilhar o caminho para o sistema único de educação.

Creio que os novos gestores vão iniciar com todo ânimo a nova gestão, já com um plano de ações articuladas pronto. Cada município tem um plano de ação lá no Ministério e temos que aproveitar esse momento. Dessa forma, os prefeitos e secretários municipais de educação terão condições de chegar ao Ministério para buscar os recursos necessários, quer seja financeiro ou de apoio técnico.

Sem dúvida, esse momento é muito importante porque, a partir de janeiro teremos novos gestores e mesmo aqueles que foram reeleitos, cerca de 40, que precisarão repensar seus mandatos para melhor.

E precisamos estar juntos, Secretaria de Estado de Educação, nosso deputado federal Abicalil, a senadora Serys, nossos parlamentares e o sindicato, para que avancemos ainda mais no regime de colaboração. Garantir a valorização dos profissionais passa pela melhoria das condições de trabalho. Para isso, é importante que a escola tenha espaço arejado, bem ventilado, com os equipamentos necessários.

Das 669 escolas, 600 delas têm laboratório de informática, com internet banda larga. Tão logo chegue a 100% das escolas com laboratórios nos próximos meses, vamos ampliar em pelo menos para 15 máquinas naquelas escolas menores, que só têm 10 máquinas. Temos alguns laboratórios com 20 e até 30 máquinas.

Outro espaço importante para a escola é a biblioteca e, de preferência, que seja aberta e com acervo bibliográfico. Estamos adquirindo acervo bibliográfico, a licitação está em curso, tem também recurso do Ministério da Educação para compra de livros que deverá

chegar nos próximos meses.

Autorizamos a contratação de bibliotecário para garantir que a biblioteca fique aberta. Até maio do ano passado, tínhamos biblioteca em 400 escolas, sendo que 200 estavam fechadas por não dispor de bibliotecário.

Mato Grosso tem 91 laboratórios de ciência da natureza e vamos, a partir do ano que vem, com recursos do Ministério, garantir o laboratório de ciências da natureza em todas as escolas de ensino médio, ao menos. E então vamos iniciar o ensino médio integrado em 41 escolas, em todos os municípios acima de 20 mil habitantes no ano que vem.

> "Valorizar os profissionais que estão na rede resulta na diminuição da evasão escolar, além de mantê-los na profissão da docência"

Temos uma emenda de bancada do deputado federal Carlos Abicalil que destina R$ 23 milhões para construção de laboratórios de Química, Física, Biologia, Matemática, Informática e Linguagem. Essa emenda garantirá a construção desses laboratórios e o equipamento será doado pelo Ministério da Educação.

Ainda faltam mais de 200 escolas para chegarmos a 100% de quadras cobertas, estamos licitando mais de 50 e a idéia é chegar ao final do governo Blairo Maggi com 100% das escolas reformadas, com laboratórios de informática, bibliotecas e quadras cobertas.

Com esses equipamentos básicos mínimos necessários para o bom desempenho da função docente e com as escolas em prédios adequados, garantiremos as boas condições de trabalho.

Em relação à formação continuada, estamos fortalecendo os Cefapros para garantir uma formação continuada de melhor qualidade e que ela seja contextualizada com a realidade da sala de aula.

Sobre a formação inicial, Mato Grosso terá um projeto piloto do Ministério da Educação. Vamos garantir formação inicial a todos os professores sem nível superior que trabalham nas redes municipais ou estadual. Na rede estadual, temos 360 professores, dos 21 mil atuando, que não têm o nível superior.

Terminamos de fazer o levantamento da demanda há poucos dias. Então 100% dos profissionais da educação de Mato Grosso da rede estadual e municipal terão a oportunidade de fazer o terceiro grau, o ensino superior, por meio das instituições públicas deste Estado, da Universidade Federal de Mato Grosso, dos Cefets, da Unemat, que são os agentes formadores.

E não é só para quem não tem formação em nível superior, mas para aquele professor que está em "desvio de habilitação". É pedagogo que está dando aula em outra área; é professor de Biologia dando aula de Química ou Física, ou seja, não atuam na sua área. Esses também terão a oportunidade de fazer uma segunda licenciatura.

Hoje, temos 669 escolas estaduais, 1.769 escolas municipais, 439 mil alunos estaduais, 353 mil alunos municipais, 21.952 professores e 11 mil servidores, são 32 mil profissionais, incluindo professores, técnicos e apoio na rede estadual.

Já falei da questão da recuperação dos espaços físicos, das condições de trabalho dos profissionais, da formação profissional e da valorização dos profissionais da educação. Digo que, ao assumir a Secretaria de Educação, tinha ali a questão da gratificação de 12%, que era um tema recorrente nas reivindicações do Sindicato desde que foi implantado por produzir essa diferenciação salarial, que já não era mais permitido em lei há muitos anos e fizemos esse reparo.

Em maio do ano passado, fizemos a reposição da inflação de 2.81% através da negociação e incorporamos os 6% da gratificação, os outros 6% em março deste ano. Em maio deste ano, teve 5,16% da correção da inflação, 3,79% de aumento real e, agora, mais 6% de aumento real que a proposta já está na Assembléia.

Temos nesse slide a evolução do subsídio do professor de educação básica, 30 horas, classe B, nível I. De janeiro de 2003 a setembro de 2008, em comparação ao INPC acumulado nesse período, pode observar que a partir de agosto do ano passado a remuneração dos professores ultrapassou o crescimento do INPC. Está crescendo e vamos trabalhar para que isso continue acontecendo.

Em janeiro, deveremos sentar novamente para avaliar o terceiro quadrimestre do ano e a receita ultrapassando a projeção, concederemos novo aumento salarial, até porque assumimos um compromisso de aplicar 60% da receita líquida com folha salarial líquida. Relatei alguns avanços conquistados desde que assumimos e têm alguns mais. Só nesta questão da remuneração eu gostaria de dizer ainda do Imposto de Renda Retido na Fonte. Ele não é considerado como receita, nós estamos fazendo uma negociação dentro do governo com

a SEPLAN e Secretaria de Fazenda para torná-lo realidade.

Já temos "ok" da Casa Civil e, segundo o secretário-chefe da Casa Civil, o governador também concorda. Vamos trabalhar nesse mês de novembro, o orçamento está na Assembléia, para a gente fazer, ainda, uma emenda no orçamento e garantir que esse Imposto de Renda Retido na Fonte seja considerado como receita. Assim, em janeiro, teremos mais essa possibilidade para chegarmos ao piso reivindicado pelo Sindicato que é o piso da CNTE de R$ 1,050 para nível médio e R$ 1,575 para nível superior.

Quero dizer que tem outras questões como a saúde do trabalhador, Gilmar, e ai nós precisamos aprofundar esse tema. Reconhecemos os problemas que muitos trabalhadores da educação têm com a voz, LER, varizes e vários outros diagnósticos apresentados devido à atividade estressante.

Temos que aprofundar esse debate da saúde do trabalhador para buscar uma solução. Não só a perícia deve ficar mais próxima dos municípios, que é o caso da minha região, Juína. Não só isso, mas também cuidar da saúde dos nossos profissionais da educação para que, dessa maneira, os valorizemos cada vez mais. Muito obrigado!

**Médico formado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMS), especializado em Pediatria, deputado estadual licenciado e Secretário de Estado de Educação de Mato Grosso*

Painel: Etapas e modalidades da educação básica na perspectiva do Sistema Único

Dra. Jorcelina Elisabeth Fernandes*

**Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso, mestre em Supervisão e Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso.*

Por problemas técnicos não foi possível transcrever a fala da referida palestrante

Marcelo Pedra*

Estou no Ministério da Educação (MEC) desde 2005. Trabalho na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec. E há pouco tempo atrás a Setec tinha um nome. Talvez as pessoas que estão algum tempo no Ensino Médio tenham ouvido falar na Sentec, com "n". Era a Secretaria de Ensino Médio Tecnológico. Ela foi dividida. A gente tem uma secretaria em educação básica que abarca o ensino médio, e hoje uma secretaria de educação profissional tecnológica. As Sentecs foram separadas.

Por que eu estou dizendo isso? Porque tem tudo a ver com o que eu vou falar que é sobre o Ensino Médio integrado. Correto? Qual é a intenção do MEC hoje, qual é a política que o MEC hoje tem para o Ensino Médio Integrado? Uma vez que, e isso é importante ressaltar,

o foco que eu quero trabalhar com vocês é o que o MEC tem pensado sobre o Ensino Médio, especialmente sobre o Ensino Médio Integrado, e que tipo de ações que o MEC desenvolve hoje em relação aos Estados, no caso do ensino médio, para o ensino médio integrado? Em que pé estão inúmeras questões que poderíamos estar abordando, de cunho mais teórico, tratamento pouco mais profundo, talvez a gente não tenha tempo para discutir nessa meia hora que eu tenho, então vou focar nas políticas publicas que o MEC tem atuado para o ensino médio integrado.

O título é esse: "Ensino médio integrado: Educação Profissional. Breve diagnóstico e perspectivas". Do ponto de vista do diagnóstico a gente vai abordar vários aspectos. O primeiro: como está o andamento da matrícula. Vamos fazer uma série histórica da matricula no ensino médio e, segundo, em que medida que o Brasil hoje tem conseguido matricular a demanda de alunos que hoje existem no ensino médio. Já é um dado bastante divulgado, que o Brasil, de 2005 para 2006, atingiu de 97 a 98% de efetivo ingresso no ensino fundamental. Alguns chegam a dizer que a gente universalizou o ensino fundamental, não estamos levando em conta a questão da qualidade e etc., estamos trabalhando meramente com dados quantitativos nesse momento, então se a gente conseguiu atingir, ou chegou perto da universalidade do ensino fundamental, a gente não chegou ao ensino médio. Então é isso que eu vou abordar: como está o fluxo da matrícula e como está o efetivo atendimento no ensino médio, e aí a gente entra nas políticas públicas. A primeira tabela mostra a abrangência geográfica e tem, em uma linha, as matrículas do ensino médio, de 1998 a 2003. Vocês conseguem perceber o crescimento que se dá basicamente nas redes estaduais. Há uma falácia e que o ensino médio teria se privatizado, que os estados estão perdendo a capacidade de ofertar o ensino médio, mas 90% desse aumento se dá sobre a educação nos Estados. Vocês sabem disso porque são aqueles que absorvem esse grande número de pessoas. Como você tem uma série histórica. No Brasil e por região, ok?

Lá era até 2003. Aqui é 2004, 2005 e 2006. Notem que no Sudeste e no Sul há uma regressão nos dados do Ensino Médio. Por que isso? Por dois motivos. Um motivo é demográfico. Você tem um fluxo populacional de atendimento muito grande, ele teve um pico em 2004, 2005, e a partir daí ele passa a ter um curso invertido. Então no Sul e no Sudeste, se a gente ainda não atendeu a universalidade no Ensino Médio, a gente está muito próxima disso. Ao passo que nas demais regiões, principalmente no Nordeste, você ainda tem um grande caminho a percorrer. Por que esse dado é relevante? Notem que as políticas públicas do Ministério da Educação no ensino médio, têm um foco muito grade no Nordeste. Ah! Porque o presidente é de Pernambuco, e gosta do Nordeste? Não é bem assim. É porque no Nordeste há uma margem enorme a ser coberta. E no Sul e no Sudeste isso está mais ou menos equilibrado do ponto de vista do quantitativo e vagas, não da qualidade.

Aquilo que eu estava discutindo com vocês. A questão da universalização do ensino fundamental, que chega ao patamar de 97% em 2005 no Brasil, e a população e ensino médio, teoricamente uma população pública do ensino médio ainda está na faixa de 81%. Notem que a gente tem um montante ainda a crescer. Em alguns Estados essa média é muito menor ainda, no caso de Nordeste e do Norte que não chegou nem a 80%.

Bom, o primeiro dado era esse. O ensino médio no Brasil não chegou a universalidade, a gente precisa chegar lá, e, segundo, você tem o ensino médio em algumas regiões relativamente bem atendidas, Sul e Sudeste, e outras regiões com grande deficiência. Então a primeira premissa que o Ministério tem é essa: precisamos aumentar o quantitativo de vagas do Ensino Médio. Para além desse problema, a gente tem outro, que é o problema da distorção. Lógico que essa distorção não é de graça, que vem lá no primário, da primeira série, da segunda, ou do primeiro ciclo, do segundo ciclo, do terceiro e aí vai. No ensino médio essa bola de neve está relativamente grande. Então os percentuais de repetência, de distorção das séries, são muito elevados. Em 2000 era de 62%.

> "O ensino médio no Brasil não chegou a universalidade, (...) precisamos aumentar o quantitativo de vagas do Ensino Médio"

Hoje, em cinco anos, a gente chegou a 54%. É uma redução significativa? Eu creio que não. Seis pontos percentuais? Eu estou comparando dados internos do Brasil. Se você faz comparações mesmo com países da América Latina, e

com a Europa, aí seria uma covardia total. Esse índice de 54% é algo em termos de políticas públicas e gastos públicos, o cúmulo do absurdo. Então é preciso ofertar vaga de qualidade e preciso tentar reduzir distorção. Outra premissa que o Ministério tem. E, por último, a questão das matrículas na educação profissional. O Mato Grosso hoje tem, segundo o Censo de 2006, cerca de 85 mil vagas de ensino médio. Vocês têm idéia de quantas vagas vocês têm de Ensino Médio integrado, por exemplo? Suponhamos que seja uma turma perfeita, ideal, que não tenha nenhum evadido, são todos assíduos. 200 alunos. Então imagino que no universo de 200 alunos em Mato Grosso dá 744 mil, 690, vocês estão contribuindo ai com 200 na rede estadual. Se vocês colocarem aí a rede federal, dá um pouco mais. Que sejam 1000 alunos, 2000 alunos. Então o Brasil tem apenas hoje 744.690 mil vagas de educação profissional, correto? É um número muito pequeno. E quando você faz uma comparação pela idade é que o choque é maior para o Ministério.

Reparem o dado que está destacado: 15 a 17 e 18 a 19. Quer dizer você tem um contingente de 100 mil destes 744 que estão no ensino médio na idade adequada, fazendo o ensino médio integrado e mais 130 mil que estão com uma distorção de um ano. Mas se você soma os dois dá 230 mil. Reparem que 230 mil é só do público de 20 a 24 anos. Então que informação esse quadro trás pra gente? As pessoas estão fazendo cursos técnicos, com que idade? Depois de 20, 24, 40, 50 anos. E porque estão fazendo o curso técnico mais tarde? Por duas questões. A primeira: estão reprovando muito, com distorção. Só conseguem se formar com mais de 20 anos. E a segunda, que o ministério briga muito. É que os Estados, muitos Estados, não é o caso de Mato Grosso, trabalham com a perspectiva de somente ofertar ensino profissional tecnológico na modalidade subseqüente.

Correto? Então o aluno termina o Ensino Médio e aí faz o curso técnico. Por isso que a idade das pessoas tem que ser elevada. Elas têm que sair com 18, 19 anos, muitas já saem com uma distorção muito grande, já saem do ensino médio com 20 e 20 e poucos anos e ainda assim vão fazer um curso técnico de um ano e meio a dois anos e meio. O MEC entende essa formação tardia como um problema. Entende que o jovem de 15 a 17 anos tem que sair do seu ensino médio já com o curso técnico. Diante desse quadro precário, alunos com distorção e idade/série muito alta, necessidade de ofertar novas vagas de ensino médio, e formação técnica muito tardia, o Ministério da Educação falou então: Opa, vamos intervir. Como nós podemos ajudar os Estados e ajudar o país nesse sentido, diante desses problemas postos.

Só para complementar, eu peguei aqueles valores e coloquei em dados percentuais. Só para vocês terem uma noção básica: das matrículas de ensino médio no Brasil, o percentual de ensino médio integrado. Reparem os valores, o Brasil tem uma média de 8%, aqui no Centro-Oeste de 4,47%. Então, de cada seis jovens que saem do Ensino médio para 95 vocês vão falar, bom se vire e passe no vestibular, se vire e faça um curso técnico e só 4,5% efetivamente saem com as duas possibilidades: pode fazer um curso superior, sai com o curso técnico, pode trabalhar com um curso técnico. Faça sua escolha. Esse pequeno e residual grupo. O MEC quer trabalhar na linha de aumentar esses percentuais, ampliar a oferta de ensino médio integrado. Se fizer isso, entende o Ministério, nós vamos resolver dois problemas ao mesmo tempo: a gente vai provar se isso na prática funciona ou não. Quais são os dois problemas que ele vai resolver? Bom, quando eu integro o ensino médio dito regular mais as disciplinas profissionais, eu consigo fazer com que o aluno aprenda mais. O MEC tirou isso do nada? Não. A gente tem pesquisa que demonstra isso, fora da rede federal porque falar que na rede federal isso funciona parece que a rede federal é muito boa, os alunos fazem vestibulinho. Não tem essa história? Então na rede federal isso não vale. Falo isso sem problema nenhum porque fui aluno e professor da rede federal. Então o cara sai muito bom da rede federal e não vou contar. Então o MEC entende isso: vamos dar ensino médio integrado porque esse aluno tende a reprovar menos, que vai aprender mais ao fazer essa unificação, isso é positivo. E por outro lado, além desse aluno supostamente aprender mais, eu ofereço mais vagas de ensino médio. E a gente viu que a gente ainda não alcançou a universalização do ensino médio. E de quebra, para usar um termo mais vulgar, você ainda consegue qualificar as pessoas mais cedo, antes de 20, de 30 anos. Então essas pessoas já saem do ensino médio com 18,19, 17 anos já com uma formação técnica.

Então para poder tentar resolver esse problema o MEC atacou em duas grandes frentes. Uma vocês devem conhecer bem a outra eu vou apresentar aqui. Quais são essas frentes? Uma é a expansão da rede pública federal de educação profissional. Vocês tem unidades do CEFET aqui em Mato Grosso, não tem, Cáceres, vão ter em Barra do Garças, Alta Floresta e muitas outras. Então o Governo Federal pensou, nós temos uma rede federal que oferece ensino de qualidade, mas o número de va-

gas do Cefet é muito pequeno né? Muito restrito. Então eu preciso ampliar. Até o final de 2010 a rede federal vai contar com 354 unidades, 10 em Mato Grosso.

Notem que em 2010 com todas as escolas da rede federal funcionando nós vamos chegar a 500 mil vagas. É suficiente? De forma nenhuma. Mas o projeto já está em curso, vocês já têm Cefets sendo construídos. Bom, isso não é suficiente. Qual é outra forma? Com o programa Brasil Profissionalizado. Que é o segundo item: expansão e modernização das redes estaduais e municipais. O que é o Brasil profissionalizado? Ele pretende financiar, apoiar financeiramente, tecnicamente, os Estados na expansão das suas escolas de ensino médio para que elas se tornem escolas de ensino médio integrado. Quando isso não for possível, reforçando a base científica das escolas com laboratórios de Química, Física, Biologia, Matemática, Línguas e Informática. Estão fora laboratórios de História e Geografia. Cadê o professor que perguntou desses laboratórios? Essas disciplinas ditas não-científicas, na verdade sabemos que são cientificas como todas as outras, elas não estão contempladas aqui no programa Brasil Profissionalizado, mas o MEC tem outros programas como plano de metas que abarca essas outras disciplinas. E sempre que é feita uma discussão para provar qualquer plano estadual isso é feito de maneira conjunta. Então, quando a gente aprova a construção de uma escola de ensino médio integrado lá também vão ser discutidas as demais disciplinas.

> "Então (o MEC) tomou a seguinte decisão: nós vamos financiar exclusivamente entes políticos estatais. Só vamos financiar Estados, em alguns casos municípios"

Não há essa separação. Às vezes essa separação ocorre por mera formalidade burocrática. Por que uma rubrica orçamentária diz aqui não pode história. Ai não pode alocar o recurso de história porque tem que ser com outra rubrica. Só por causa disso. Mas de forma nenhuma as demais disciplinas não foram contempladas. O objetivo geral do Brasil Profissionalizado é esse: incentivar as redes estaduais e municipais na implementação da base científica do ensino médio profissional e tecnológica sempre pensando no ensino médio integrado, mas quando não for possível reforçando a base científica tecnológica.

São os três objetivos principais: - deliberar a qualidade do ensino técnico, - diversificar a oferta com Proeja e educação à distância e intensificar a educação cientifica. Que ele apóia? Alguém aqui já ouviu falar do Proep? Programa de Expansão da Educação Profissional? A ultima expansão da Educação profissional brasileira em nível nacional foi o Proep, entre 1998 a 2002, mais ou menos. O Proep financiava Estados, ONGs, associações comunitárias, entes diversos no financiamento de escolas de educação profissional. E era para isso. Não era escola para ensino de médio integrado. Era escola para educação profissional. Passou quatro anos financiando: deu dinheiro para ONG para associação, para comunidades.

Resultado: com o que está a educação profissional aqui? Muitas vagas? Essas escolas do Proep, hoje o MEC está fazendo uma supervisão dessas escolas, em alguns casos estão sendo fechadas, outras estão sendo incorporadas pelo Estado porque muitas conveniaram disseram que ia ofertar "x" vagas e iam capacitar "x" professores e não cumpriram o contrato. Então, essas que não estão cumprindo, o MEC está supervisionando e fechando, se for o caso. Vocês ouvem muito falar que o MEC fechou a faculdade tal, o curso tal. Mas escola técnica também está passando por esse processo, é porque a mídia não divulga muito. O MEC queria evitar que isso acontecesse novamente. Repassar recursos para ONG, para associações, não que todas sejam incompetentes, longe de mim falar isso. Mas ele queria evitar esse problema. Então tomou a seguinte decisão: nós vamos financiar exclusivamente entes políticos estatais. Só vamos financiar estados, em alguns casos municípios.

Por que financiar o Estado? Porque se o Estado não cumprir é muito mais fácil você recuperar o recurso, aplicar alguma sanção jurídica, do que um ente privado. É muito mais rápido fazer isso, e põe o tempo todo estar cobrando e acompanhando o processo. Nem sempre a gente consegue fazer esse acompanhamento como deveria, mas funciona muito melhor com o estado do que com outro ente. Por isso que o Brasil Profissionalizado, coloquei a primeira coisa, não apóia e dá o dinheiro para o Estado construir a escola e acompanha outras dimensões da escola. Uma é gestão educacional. E aí ele incentiva, não financia porque o MEC não pode dar dinheiro para o Estado para pagar vocês, não diretamente, ele apóia. Então toda vez que o Esta-

do disse para nós: me dá dinheiro para a gente construir 20 escolas. O MEC diz assim: Tudo bem. Vai ter plano de carreira? Aí o Estado diz: vamos ver aqui. A cada ação que o Estado pede recursos a gente cobre uma contrapartida. Não vai dar para falar todas aqui. Mas algumas estão aqui. Conselhos Escolares quanto à participação, interação com a sociedade e outras questões.

Formação de profissionais da educação. Há mais ou menos duas semanas o ministro Fernando Haddad deu uma declaração, fez uma entrevista, o MEC divulgou, criando o Sistema Nacional de formação. O MEC está criando um sistema nacional para que todo Estado ou município demande de formação de professores, ele recorra a esse sistema e ai o MEC passa a fornecer. O Mato Grosso diz: precisamos de formação inicial para 200 professores de Biologia. Ele recorre ao MEC, que disponibiliza para o Estado essas 200 vagas.

Práticas pedagógicas, programas de iniciação científica, programa de estágio, são financiáveis desde que o Estado tenha um projeto e o apresente. E infra-estrutura: construção e ampliação, reforma para a escola poder receber laboratórios tecnológicos, livros, equipamentos e materiais diversos.

Formas de atendimento: assistência técnica é essa modalidade que eu falei. O Estado tem uma demanda e solicita ao MEC. E o MEC, ao invés de financiar, de mandar recursos para o Estado, o próprio MEC puxa para ser a demanda passível dos professores, para formar os professores.

Assistência financeira: o MEC repassa o recurso, via convênio para os Estados. E a execução direta: o Estado firma um plano com o MEC e diz que ele mesmo vai cumprir.

Prioridades: Ensino médio integrado à educação profissional, a tradicional, para EJA que é o Ensino médio integrado para jovens e adultos e educação à distância. Claro que todos os cursos que são solicitados dentro desse programa têm que ser um curso do catálogo nacional de cursos técnicos. Por que isso? Porque isso garante uma certificação, um curso que tenha validade nacional. Então o Estado não pode criar um curso do

> "Não existe programa, seja do Ministério, seja do Estado, que dê certo sem o professor participar"

nada, vou criar um curso técnico em alguma coisa que não exista e registrar. Não pode. Por quê? Porque futuramente esse aluno vai ter problema para validade do diploma. Então tem que ser um curso que já está registrado.

Bom, acho que é isso que vocês queriam ver no final. Mato Grosso, há mais ou menos dois meses, a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria de Ciências e Tecnologia de Mato Grosso estiveram no MEC, e Mato Grosso foi um dos primeiros estados a serem conveniados dentro desse programa Brasil Profissionalizado. Em que pés imaginam as reivindicações e os problemas que vocês tenham aqui no Mato Grosso, como vocês sabem, temos em todos os Estados, lá no MEC o Mato Grosso é, sem dúvida, um dos Estados que mais nos tem exigido, nos procurado. Nós já fechamos isso aqui para 2009 e Mato Grosso já está querendo fechar para 2010. Tudo isso aqui que eu estou mostrando apara vocês não é algo que vai ser conveniado. É tudo que já foi conveniado.

Tudo isso que está aqui já foi empenhado como recurso e como compromisso do MEC de Mato Grosso. De convênios são 24 obras, oito construções, 21 ampliações. Essas construções, todas elas são construções de escolas de ensino médio integrado. E as ampliações? São escolas que já ofertam ensino médio e vão ampliar para ou oferecer ensino médio integrado, construção de laboratórios tecnológicos básicos se científicos, ou laboratórios de EAD, núcleos de Educação a Distância. Livros: foram 121.818 espalhados por diversas escolas, e de assistência técnica, a princípio, foram pedidos a formação de 511 professores e foi pedido 256 laboratórios. O MEC não dá o recurso para o Estado comprar o laboratório. O Estado diz qual é o laboratório, a gente faz uma licitação nacional e a gente entrega os laboratórios desde que exista o espaço para receber o laboratório.

O que tem de inovador nesse programa Brasil Profissionalizado? O que a gente fez de diferente em relação aos outros programas do MEC? E vale a pena falar isso com professores. Porque o MEC sempre trabalhou na seguinte lógica de recursos públicos: ele envia o recurso para o Estado e o Estado se compromete a usar esses R$ 20 milhões em 10 escolas. O MEC não sabia o que vai para cada escola, certo? Se o Estado apresentar gastei R$ 20 milhões com 10 escolas e mostrar simbolicamente a nota fiscal, provando que ele investiu em todas aquelas escolas, estava resolvido.

Mas nós resolvemos que isso não era suficiente e começamos a brigar por uma coisa na época, há um ano atrás, que hoje já são favas contadas pelo MEC, que a gente queria chegar ao nível da escola. E

para isso foi criado dentro de um sistema que a gente chama de Si-MEC a possibilidade de que cada escola que é inserida no programa ela aparece, tem o nome da escola, e essa escola, obrigatoriamente, tem que fazer um projeto político-pedagógico ou um plano político-pedagógico se a escola não existir. Não importa o nome que se dê a esse momento porque se a escola já existe, já tem um plano, ela vai inserir o plano nesse momento, se não tem, ela é obrigada a fazer. Não estou falando do plano padrão, control C control V. não é disso que eu estou falando.

Então esse projeto político-pedagógico faz com que todas as escolas que estão no programa apareçam e o MEC visualize. Se eu quiser olhar agora na internet, eu olho. Eu sei quais as escolas que vão participar do programa. E não é só isso. Sei qual é a escola que vai livro, e quantos livros vão, e de que. Sei quais os laboratórios que vão para essa escola, quais os equipamentos que vão para essa escola. Esses são os avanços que o MEC teve essa idéia de conseguir chegar à própria escola. Esse sistema, a gente tem uma previsão, inclusive do sub-secretário, de que em dois meses, ele fique disponível para o público. Será uma coisa inédita.

Outra coisa em relação aos projetos político-pedagógicos, é que eles têm dados bem simples de IDH, mortalidade, nota no Enem se tiver, coisas bem pontuais. Aproveito e convido a todos vocês no dia 22 agora de outubro, às 11h30 da manhã, vai ter uma teleconferência, no site do MEC sobre o programa Brasil Profissionalizado, o diretor, professor Colombo, professor coordenador dessa diretoria, vai estar palestrando sobre o programa, deve demorar entre meia hora e uma hora falando do Brasil Profissionalizado. Essa teleconferência é parte desse processo nosso de tentar chegar à escola. O PPP foi uma forma de a gente começar a conhecer a escola. A gente está caminhando ainda. Talvez muitos de vocês não conheçam o programa Brasil Profissionalizado, não tenham ouvido falar, talvez seja a primeira vez. A gente falou para todas as Secretarias Estaduais de Educação para comunicar aos professores sobre essa teleconferência. Todos os estados estão sabendo disso, porque a gente quer que todos professores participem.

A gente sabe que não existe programa, seja do Ministério, seja do Estado, que dê certo sem o professor participar. A gente começou essa idéia que eu acho fantástica. Mas a gente quer a colaboração dos professores quando o sistema tiver aberto, vocês entrem e opinem. Para que a gente construa, se não o melhor programa do mundo, pelo menos um programa em que os nossos alunos possam assistir às aulas, possam sair formados, e que os professores possam também dar uma boa aula, conhecer um pouco do MEC, um pouco do programa.

** Graduado em História (Universidade federal do Espírito Santo), Pós-graduado em Políticas Públicas da Educação pela ENAP (Escola Nacional de Administração Pública). Servidor de carreira do MEC , Coordenador do programa Brasil Profissionalizado e Coordenador da Diretoria de Articulação e Projetos Especiais (MEC)*

Painel: os desafios da formação profissional no contexto do regime de colaboração e na perspectiva do Sistema Único de Ensino.

Juçara Maria Dutra Vieira*

Quando falamos em educador, trabalhador em educação, profissional da educação, membro do magistério, função docente, estamos falando em múltiplos conceitos para o mesmo sujeito que está na escola e no sistema. Essa multiplicidade de conceitos para nós, da CNTE, deriva, inclusive, do próprio no nome: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. E a Confederação fez essa opção quando decidiu unificar os professores, os supervisores, os orientadores e os funcionários de escola. O debate, naquela época, era se o conceito derivaria da profissão - um conceito que pudesse abranger todos os segmentos que estavam se unificando - ou se opção se identificaria com a filiação da CPB (Confederação dos Professores Brasileiros) à CUT (Central Única dos Trabalhadores), um ano antes. E a opção, nitidamente de classe, foi a de sermos os trabalhadores e as trabalhadoras em educação. Isso, porém, não é incompatível, ao contrário, com outro conceito: o de profissional da educação.

Se nós percorrermos apenas os três, digamos, mais representativos documentos legais que temos, a Constituição Federal, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e o PNE (Plano Nacional de Educação), encontraremos várias expressões, várias terminologias para nos designar. Então, em meio a toda essa multiplicidade de termos, o Conselho Nacional de Educação realizou, em 2008 uma audiência pública para avançar nessa construção. Naquela audiência pública, que nós participamos nós apontamos o conceito que nós achamos que é mais adequado do ponto de vista da perspectiva da CNTE, que é conceito de profissional da educação, que abrange professores, funcionários, pedagogos, os especialistas, as funções docentes, de magistério e as outras funções que desempenhamos nas escolas e no sistema. Para a composição desse conceito - de

profissional da educação - são indissociáveis a carreira, a formação inicial e permanente, o salário e as condições de trabalho, nas quais se inclui a jornada.

Por que a carreira é essencial para caracterizar o profissional da educação? Porque é a carreira que garante a estabilidade do serviço público para a sociedade. A carreira é um direito da sociedade, não apenas um direito corporativo dos profissionais da educação. É pela carreira que vencemos, também, a cultura patrimonialista do nosso país, toda essa cultura clientelista. Precisamos da carreira para garantir a estabilidade da educação de qualidade para a sociedade brasileira. Precisamos da carreira para garantir uma jornada compatível também com as exigências do nosso trabalho porque, durante todo esse percurso, em função do desgaste que nós sofremos de desvalorização profissional, fomos, aos poucos, internalizando também o "direito" de ter jornada de 60 horas semanais de trabalho.

> "Deslocar a formação da responsabilidade individual para uma responsabilidade pública significa inseri-la no contexto das políticas públicas e transformá-la em compromisso"

A discussão sobre jornada na lei que instituiu o piso salarial está sendo questionada por estados não-pobres da federação, como Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Para fazer um paralelo, o terço de horas-atividade é um questionamento que se faz no âmbito da educação básica e que não se faz no âmbito educação superior. Se é adequado e conveniente a universidade ter avançado para a idéia da dedicação exclusiva, a pergunta que nós temos feito é a seguinte: Por que essa questão, na educação superior - onde também estão os nossos filhos, mas onde, majoritariamente, estão as classes média e alta - não é formulada?, Por que é questionada na educação básica, onde estão as classes populares? Nas classes populares, o profissional da educação não pode ter o terço de jornada dedicada ao estudo, ao planejamento, à construção do projeto político-pedagógico. Na Universidade não se questiona, felizmente. Não sei se a dedicação exclusiva atinge um percentual muito alto, mas acho que o conceito é fundamental para garantir a qualidade na educação.

Outra questão fundamental, antes de entrarmos no tema da formação, é a questão do salário. Em Cuba, por exemplo, os professores não ganham muito mais que os demais trabalhadores, mas a sua função é estratégica para aquele projeto sociedade. Então, existe um reconhecimento social muito forte, que é fruto de um contexto que valoriza a educação. No Brasil, a conquista mais recente foi a da lei que instituiu o piso salarial. Luta histórica da nossa Confederação, ainda não concretizou-se nos estados e nos municípios. A grande questão levantada hoje não é nem o valor dos R$ 950 para uma jornada de até 40 horas, mas é o questionamento sobre a composição dessa jornada: dois terços de atividade de interação com o educando e um terço de outras atividades correlatas.

O outro componente, não nessa ordem de importância, da valorização profissional é o conceito de formação. Esse tem sido um tema recorrente no nosso debate. Gosto de citar, porque está na memória recente de todos nós, a disputa que fizemos, em 2003, por ocasião do debate sobre a certificação, promovido pelo Ministério da Educação. Àquela época, o que se discutiu, resumidamente, foi o estímulo à formação por meio de um exame nacional de certificação. Na oportunidade, foi feito um levantamento entre dois mil professores brasileiros sobre as suas prioridades em relação à educação. E esse levantamento mostrou que a maior preocupação dos educadores, dos profissionais da educação no Brasil era com a formação continuada. Essa resposta dos profissionais da educação foi muito importante porque a formação, tanto inicial quanto continuada, são fundamentais para o nosso exercício profissional. Existe uma angústia em relação à formação profissional, inicial e continuada. Qualquer organização brasileira que convoque um seminário de formação terá, como resposta, casa cheia, porque há uma sede pela formação que deriva, de um lado, da consciência profissional e, de outro, da necessidade que nós sentimos perante uma geração que está na nossa escola e que não é a mesma da época em que éramos estudantes, ou da época que muitos e muitas de nós iniciamos a nossa carreira profissional. É essa geração que requer respostas da escola, que também exige a nossa constante, contínua formação, a qual se dá em dois espaços: o da universidade e o próprio espaço escolar. E ela se dá da forma individual e da forma coletiva também.

Sobre a Política Nacional de Formação, que será abordada pela Helena Freitas, cumpre mencio-

nar a idéia da formação como uma responsabilidade Estado brasileiro, como uma responsabilidade do poder público federal. O que vocês estão debatendo aqui - a formação no âmbito da construção do Sistema - é central nas nossas discussões nesse momento e daqui em diante. Deslocar a formação da responsabilidade individual para uma responsabilidade pública significa inseri-la no contexto das políticas públicas e transformá-la em compromisso. Está em curso um processo de responsabilização solidária da União para com a formação, o que implica na mudança da LDB. É uma questão estratégica para todos os que estão (estamos) preocupados com a qualidade da educação e com a educação como um direito.

Outro ponto importante é a construção teórica do movimento sindical sobre a avaliação. Recorrentemente, surgem, no Congresso Nacional, debates e discussões que retomam a questão da certificação de diversas formas, seja como uma necessidade para melhoria da qualidade da educação, seja como uma resposta, uma solução, como se os problemas se resolvessem no dia que todos os profissionais da educação fizerem uma prova e essa prova separe os capazes e os não capazes, os que estão aptos e os que não estão aptos à profissão. Esse é o senso comum de muitos de nossos agentes políticos. Por isso, temos que pensar na formação e, também, na avaliação.

Essa forma de propor avaliação responsabiliza, individualmente, os trabalhadores e, de outro lado, também relativiza os compromissos públicos e coletivos. Para combater essa política são necessárias outras formulações. Também é indispensável começar a pensar na avaliação como um processo que se dá em duas dimensões. Uma, a avaliação prevista na carreira, leva em conta aquilo que nós temos de contribuição com os nossos talentos individuais (porque nós também somos pessoas dotadas de qualidades, de limites e de talentos). Essa avaliação tende a ser apropriada para a avaliação no plano de sistema, o que é muito diferente.

No Congresso Nacional, tramita o projeto de diretrizes nacionais de carreira – de iniciativa do Deputado Federal Carlos Augusto Abicalil - que inclui a proposta de ano sabático. Ao invés da solução individual para a busca da qualidade da educação, como prevê a certificação, por meio de provas estandartizadas, o texto de Abicalil propõe uma ponte periódica entre a agência formadora, a Universidade, e a escola. Você tem um período em que se dedica às suas atividades, e que não prescinde da formação continuada, mas tem, também, um período em que se dedica, especialmente, a sua formação. O ano sabático deverá ser uma das grandes conquistas e uma das grandes lutas do movimento sindical durante a tramitação e a aprovação do projeto mencionado.

> "O avanço não pode resultar da reflexão de algumas pessoas, mas do conjunto do nosso movimento para transformar a realidade da educação brasileira"

A formação, além de ser processual, continuada etc., tem o objetivo de elevar a qualidade da educação no conjunto das nossas escolas. E ela não pode ser pensada apenas individualmente. Por isso, o lócus da nossa formação, do nosso exercício profissional tem dois ambientes: a universidade e a escola, por meio do projeto político-pedagógico. Então, a formação depende também da ambientação que logramos construir nas escolas para ter um impacto sobre a qualidade da educação.

Estamos discutindo a questão da formação dentro do contexto da retomada do protagonismo no debate sobre a educação que inclui piso salarial e carreira dentro da lógica da formulação de políticas. No âmbito da CAPES(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a discussão é sobre o decreto que institui a Política Nacional de Formação. Não é pouco o que nós avançamos. Em primeiro lugar, não nos limitamos apenas à agenda que os Governos propõem para a Educação. Hoje, também somos protagonistas dessa agenda. Se isso é pouco ou bastante, é outro debate que devemos fazer. Porém, são temas que interessam à categoria e à classe trabalhadora e nós não podemos perder essa oportunidade para que não tenhamos, logo à frente alguns retrocessos. Então, é nesse ambiente que discutimos nacionalmente.

Aqui, em Mato Grosso, o debate tem uma grande sustentação teórica, porque vocês, há muito tempo, discutem, por exemplo, o Sistema Único de Educação. Quando vocês fizeram aquele caderno sobre Sistema, permitiram que o debate permeasse conjunto

da nossa categoria e da sociedade do Mato Grosso. Por isso, vocês têm um referencial, têm um suporte muito interessante que ainda não se traduziu numa política, em parte porque é um esforço pioneiro e o Brasil inteiro tem que fazer essa discussão. Essa referência também se relaciona com o tema da descentralização, que é um tema de fundo do nosso debate. Se nós não tivermos resposta para esse tema, também não teremos para as políticas públicas de formação, de valorização profissional e para as políticas públicas de promoção do direito à educação.

Não conseguimos avançar muito no regime de colaboração ainda que, na parte do financiamento, já tenhamos algumas formulações que permitem deslumbrar uma articulação um pouco mais sistêmica entre os entes federados como foi tratado na Conferência Nacional de Educação.

Quero concluir, dizendo o seguinte: que eu não trouxe nenhuma novidade a esse debate, porque eu entendo que esse é um espaço onde nós temos que recuperar todos aqueles conceitos que fomos construindo ao longo do tempo. Precisamos contextualizá-los e fazer com que esses conceitos sejam retomados na direção de mudanças, na direção da ação. Nossa construção, por ser coletiva, não se processa rapidamente. É uma construção cumulativa porque é a única capaz de ser legitimada, embora com eventuais desacertos. Portanto, o avanço não pode resultar da reflexão de algumas pessoas, mas do conjunto do nosso movimento para transformar a realidade da educação brasileira.

Quero cumprimentar pela iniciativa e dizer que, aqui, certamente vamos aprender muito para darmos os próximos passos em direção à valorização da educação brasileira, para assegurar o direito à educação, para combater a tendência internacional à mercantilização. Que nosso protagonismo seja um protagonismo profissional, político e social, porque nós somos responsáveis também pela formação da opinião pública brasileira. E, por isso, vocês estão de parabéns pela escolha da temática. Certamente, desse debate teremos um acúmulo muito maior ainda para que a Confederação continue na sua luta pela valorização profissional e na sua luta pela educação com um direito da sociedade: um direito humano, um direito social e um direito político.

** Graduada em Letras, e especialista em Literatura Brasileira, ex-presidenta da CNTE por dois mandatos e Ex-vice-presidenta da Internacional da Educação. Integrante e representante da classe trabalhadora no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e diretora executiva da CNTE. Vice-Presidenta da Internacional da Educação*

Professora Helena Freitas*

Para nós, do Ministério, da Capes, que é a Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior, é uma satisfação muito grande estar aqui hoje debatendo o que seria o processo de construção de um sistema nacional público de formação dos profissionais do magistério. Eu queria fazer umas colocações iniciais.

Em primeiro lugar, nós temos hoje, no âmbito dessa coordenadoria, que é uma coordenadoria que cuida da pós-graduação em nosso país e que desde dezembro, por um decreto, passa a cuidar da formação de professores da educação básica. Esse movimento que o Ministério fez, e faz, é um indicador da importância que esse governo e esse ministério está dando à formação de professores. É um pontapé inicial para que nós possamos

Bom, essa discussão no âmbito do Ministério tem uma importância crucial nesse momento, e eu queria destacar que, no Conselho Técnico Científico, também dessa instância que vai pensar as políticas deformação, as ações, os programas, estão lá presentes. Queria deixar registrado que Mato Grosso tem uma representação e que os professores se encontram também presentes naquele espaço que nós acreditamos muito que ele possa estar construindo algumas indicações de políticas. Mas considerando também que, sem a participação ativa dos sindicatos, dos professores, dos funcionários e escola, dos profissionais da

educação, será muito difícil que nós possamos levar à frente essa tarefa. Essa não é uma tarefa para duas mãos, quatro mãos, 24, 100 mãos. É uma tarefa para milhões de mãos. Eu queria deixar, em primeiro lugar, essas questões postas.

O que é o sistema nacional, o que seria o sistema nacional público de formação dos profissionais do magistério? Acho que todos nós

> "É preciso que o percentual do PIB utilizado na educação se eleve, (...) mas nós sabemos que essa é uma tarefa difícil, árdua"

aqui sabemos das lutas dos educadores pela definição de uma política nacional, global, de formação dos profissionais da educação. E essa política nacional de formação não se reduz à formação inicial e continuada. É uma luta nossa, articular a formação inicial e continuada às condições de trabalho, salário e carreira. E o sistema nacional de educação, que nós ainda não temos, é condição também para que nós possamos construir um sistema nacional de formação de professores. Eu vou abreviar aqui o Sistema Nacional, fica muito complexo a gente falar nos seus termos todos, nas suas abreviações. Esse sistema, essa definição das políticas para nós pode se dar no interior de um sistema nacional de formação de professores. A idéia de um sistema nasce principalmente a partir de 2000, 2001 mas ganha força em 2003, quando o movimento dos educadores reafirma perante esse novo quadro, de um novo governo, a necessidade de instituir um sistema nacional de formação de professores que pudesse dar organicidade nacional e uma certa unidade em termos nacionais da formação. E nesse momento o sistema nacional de formação tem quatro objetivos. Em primeiro lugar, aumentar a oferta de vagas nas universidades públicas do nosso país. Hoje nós temos, como bem diz o caderno de tese do congresso, apenas 15% dos professores da escola pública são formados em universidades públicas. E a meta do Ministério e que está contida na minuta do decreto é que nós possamos atingir em torno de 50% a 70% de professores formados em Universidades públicas no prazo de, pelo menos, 10 anos. Então, a primeira tarefa, o primeiro desafio, que temos para construir o sistema é lograrmos, aumentar, o número de vagas das universidades públicas. Essa é uma tarefa fácil? Não é. Por que não é fácil? Nós temos, hoje, em torno de 300 mil professores em todo país sem a formação superior. Ou seja, que têm a formação no nível médio magistério ou até no médio regular. E em torno de 300 mil professores que tem formação superior, mas não na área em que atuam. Essa é uma tarefa gigantesca hoje em nosso país. Para vocês terem uma idéia, em 1988, eu estava também à frente da Anfope, que é a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação, nós tínhamos aproximadamente 240 mil professores leigos. Passados três anos, nós temos três vezes mais o número de professores sem formação. Então vocês vejam que as políticas dos últimos anos mais que se arrastam desde o final da década de 80, vem fazendo a formação de professores, para a escola pública, nem é preciso que a gente retome isso. Vocês devem ter debatido isso nos grupos em todo congresso. Então, diante desse desafio grande que nós estamos, porque nós temos apenas cerca de 120 mil vagas a cada ano em cursos de licenciatura em nosso país, nas universidades públicas federais e estaduais. O que dá para nós uma dimensão do que é que tem que ser investido para que essa formação se dê no espaço público e mais do que público, presencial. Que essa é uma questão que o ministério, e o próprio ministro tem enfatizado com todas as forças. Ou seja, a formação inicial de professores tem que ser presencial. E a distancia naqueles lugares excepcionais onde você não tenha possibilidade de alcance, de um pólo avançado, que dê conta da formação desses professores e da juventude para assumir as tarefas da educação.

Um segundo objetivo do sistema nacional de formação é fazer, portanto, um segundo movimento, qualificar, elevar a formação de professores a patamares cada vez mais elevados para que esse profissional, para que todos nós, o conjunto dos professores de nosso país possa responder às necessidades formativas da infância e da juventude. E essa também não é uma tarefa fácil. Por que ela não é uma tarefa fácil? Porque nós temos ainda em ebulição a luta do piso, e uma luta ferrenha do secretário de educação de alguns estados que se recusam em entender o piso como uma conquista da sociedade, não uma luta exclusivamente corporativa. Nós temos um esforço de trazer a juventude para essa profissão, numa sociedade que valoriza o consumo, que valoriza cada vez mais outras áreas e não valoriza a escola em educação. Então, tornar esses cursos de uma forma cada vez mais elevada na sua fundamentação teó-

rica, teórica-prática, metodológico e técnica, não é uma tarefa fácil.

Um terceiro desafio do sistema, portanto, e que está impregnando a essa discussão toda, é a discussão do financiamento. Porque, para bancar uma formação exclusivamente de universidade pública, é preciso muitos recursos financeiros. É preciso que o percentual do PIB utilizado na educação se eleve, enfim, há um esforço todo do Governo de cada vez mais direcionar recursos para a educação, mas nós sabemos que essa é uma tarefa difícil, árdua, principalmente até pela crise internacional que nós sabemos que se avizinha.

E, por último, um dos objetivos do sistema também para entendê-lo como um sistema organicamente articulado, que tem princípios, que tem objetivos, que pretende construir um novo projeto educativo em nosso país, nós temos a discussão da sua gestão. Como será gerido esse sistema nacional público de formação de professores. E ai nós consideramos, e a minuta do decreto contempla isso, que a gestão do sistema tem que estar nas mãos de quem faz educação. Dos professores, dos municípios, das universidades, dos sistemas de ensino, do Cefets, enfim. Então, a minuta de decreto que nós colocamos à disposição para toda sociedade, todos educadores e que está na página do Ministério e na página da Capes. Eu gostaria de convocar todos vocês para que possam acessar, ler, dar opinião e de preferência opinião mais coletiva articulada com o sindicato, essa minuta do decreto contempla que, em cada Estado, haverá um fórum permanente de apoio à formação do magistério. Quem participa desse fórum? No mínimo, ou seja, sua configuração básica, são os secretários de educação do Estado, representantes da Undime, que é a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino. portanto, para que os municípios se sintam, pelo menos no aspecto da gestão, contemplados, os reitores das universidades, ou quem eles indicam, os fóruns de licenciatura que existem nas universidades, onde existem, e onde não existem nós vamos ter que criá-los, os representantes dos centros, os Cetefs, futuros Efets, os representantes dos conselhos municipais de educação, do conselho estadual de educação e o representante da CNTE. Do nosso ponto de vista, esse é o grande ganho contemplado pela minuta de decreto do sistema. Porque traz para o local onde se desenvolve a educação e a formação a possibilidade de interferir na formação, de interferir e contribuir com a gestão da formação de professores e de fazer efetivamente no regime de colaboração entre Estados, municípios e União, a possibilidade de que nós possamos construir uma nova escola e um novo processo de formação de professores.

> "A parte pedagógica foi relegada a um segundo plano. A discussão da educação também pelas políticas foi relegada a um segundo plano"

Então é essa, eu acho que se a gente pudesse dizer o que é esse sistema é, quais são as demandas de formação que cada estado tem, estados e municípios, não estado enquanto secretaria de estado, estado enquanto espaço geográfico. Quais são as possibilidades que as universidades têm de oferecer cursos de formação e como os professores e todos esses educadores que se juntam em cada Estado, enquanto território, podem contribuir para fazer da formação de professores efetivamente uma prioridade e mais do que isso elevar a qualidade dessa formação?

Essa é uma discussão que eu diria que a minuta de decreto contempla. O que nós achamos e, quando eu digo nós, eu falo de outro lugar que são as entidades e quem vêm lutando historicamente, temos pautado também para o Ministério e que essa minuta do decreto deveria contemplar. E que nós precisamos que essa discussão ganhe força. Porque, até dia 24 de novembro, essa minuta vai estar em discussão para que os educadores possam contribuir. Primeira questão. Qual é o lugar que as faculdades de educação vão ocupar no nosso país na formação dos profissionais de educação? As faculdades de educação foram afastadas desses processos, das políticas. Entendeu-se que, para formar professores, bastavam os institutos e as áreas específicas. Então, o professor de física tem que saber física, matemática, artes, história, geografia. A parte pedagógica foi relegada a um segundo plano. A discussão da educação também pelas políticas foi relegada a segundo plano. Então, a pergunta que nós queremos e gostaríamos que a minuta do decreto que pode configurar o sistema ofereça é: as faculdades de educação têm uma responsabilidade acadêmica e científica pela formação de professores nas instituições de ensino superior. Esse é um ponto que eu não vou entrar em detalhamento para depois nós podemos passar para o debate.

Segundo ponto que ainda pre-

cisamos que a minuta de decreto, quando vocês lerem vocês certamente vão identificar, que ainda está muito, não está contemplada na minuta é qual é o lugar da formação continuada de professora para a concepção de formação continuada de professores, mas não a formação continuada. Porque a minuta fala de mestrado e doutorado e nós temos que olhar para a formação continuada de professores na sua concepção mais ampla também. A formação continuada como formação do dia-a-dia, tempo apara estudo, para aprimoramento, para discussão com seus pares, que é a hora-atividade. E a formação continuada, que é uma outra modalidade, que apela para uma ascensão na carreira do ponto de vista do aprimoramento profissional do professor. Aí, sim, é uma ação pós-graduação latu sensu, especialização, um aperfeiçoamento enfim que são formas que os sistemas vão construindo para pode levar o professor num outro patamar de desempenho profissional, após mestrado e doutorado, que fazem parte da carreira.

E um último ponto da minuta do decreto é que deve existir, a partir dos fóruns estaduais de apoio à formação do magistério, um fórum nacional que vai olhar pelo Brasil como um todo na definição das políticas de formação. Quer dizer, essa tarefa não pode ser nem do MEC, nem da Capes. Ela tem que ser de um grande fórum que reúna os professores, as universidades, as associações das universidades, dos funcionários de escola, enfim, o conjunto que lida com a discussão da escola e da formação de professores. Acho que essa é uma questão importante.

Há uma limitação na minuta do decreto, estava contemplada anteriormente na minuta que o ministério colocou, o sistema nacional dos profissionais da educação. E tratava, inclusive, dos demais trabalhadores da escola, os funcionários, como os componentes desse sistema.

Eu tenho certeza de que foi exclusivamente legal, ou de encaminhamento da discussão ali, essa minuta de decreto não trata disso. Não trata da dimensão de todos os profissionais da escola, ele foca os profissionais do magistério. É preciso que essa discussão ganhe corpo no conjunto dos profissionais da escola. Uma última questão que eu queria levantar para vocês é que, quando nós falamos em carreira do magistério, em desenvolvimento profissional, em formação de professores, nós ali na Capes temos uma, a minha coordenadoria especificamente, tem uma preocupação com a formação continuada e com os vínculos entre a formação continuada e carreira de todos os profissionais da educação. E nossa preocupação maior hoje é que essa minuta de decreto e as políticas e ações que venham na construção do sistema tem que indicar caminhos e diretrizes para que a carreira do magistério da educação básica não tenha essa distância da carreira do magistério do ensino superior. Ou seja, nós temos hoje, na universidade, carreira onde o professor tem 40 horas, em grande parte delas, nas públicas, professor tem oito, 12, 16 horas de aula e as outras horas são para pesquisa, para investigação, para formação e para extensão. Na educação básica, essa relação ela é oposta. Há oito horas para formação, o que corresponde a um terço da carga horária que o piso fixou, e o restante são horas do trabalho em sala de aula. Então é preciso que nós olhemos para essas diferenças e distâncias e possamos encontrar caminhos para diminuir essas distâncias e aproximar cada vez mais a carreira do magistério da educação básica da carreira do professor de ensino superior. Isso significa só inverter a relação horas-aula, horas-atividade. Claro que não. Do nosso ponto de vista não. Então nós entendemos, por exemplo, que a escola é um espaço como loco de formação. Se a escola é um lugar de formação, ela é um lugar de produção de conhecimento e saberes e, portanto, seus profissionais têm o direito, e até o dever, de se organizar também como se organizam os professores do ensino superior. Em grupos de estudo de pesquisa, de investigação, que possam se dedicar e postular projetos frente à secretaria de Educação, a União, aos Estados e aos municípios. E aí a Capes, também com uma agência de financiamento e fomento, submeter esses projetos para que possam se desenvolver e ter projetos efetivamente de intervenção, modificação das condições e da melhoria da escola pública. É uma concepção de carreira que lida com uma perspectiva de que a formação dos professores tem a ver não só com a nossa superação pessoal, profissional, mas, principalmente, com o desenvolvimento da escola pública e da educação básica. Somos nós professores que fazemos com que a escola se movimente, para o bem e para o mal.

> "Mas nós achamos que é papel nosso, do Ministério e da Capes, induzir os sistemas de ensino, a criar outras condições para os professores"

E nós queremos que seja para o bem, no sentido de que nós queremos que a escola efetivamente se desenvolva, que possa desenvolver todas as suas potencialidades.

Então, entender a carreira, a formação e o desenvolvimento dos professores, com essa perspectiva também não é tarefa fácil nessa conjuntura atual. Nós estamos lidando principalmente com as subjetividades dos professores com as condições que os sistemas têm. Mas nós achamos que é papel nosso, do Ministério e da Capes, induzir os sistemas de ensino, a criar outras condições para os professores. Isso significa jornada integral do professor, concentração em apenas uma escola, rever a carreira inclusive do ensino médio, ou a forma de organização da escola. Hoje a forma de organização da nossa escola não favorece que o professor se organize de uma outra maneira. Professor do ensino médio tem que passar por 400, 500, 600 estudantes se ele quer completar a sua carga horária. Então, essas são condições que hoje são impeditivas dos professores se desenvolverem e nós precisamos alterar essa lógica, criança escola pública, alterar as bases da educação escolar, para que possamos criar coletivos de série, coletivos de ciclo, coletivos de período, para que os professores possam se reorganizar de outra maneira e se reunirem de outras formas.

Se não é na escola, será nos Cefapros, será nos pólos de educação à distancia que estão aí. Esses centros, mais que lugar de formação, têm que ser um lugar onde o professor produz novas alternativas metodológicas, novas alternativas de trabalhos para suas crianças, seus alunos, que produz com seus pares material didático que tem uma forma de se relacionar com a escola. Esses centros têm que ser lugares, centros de formação na concepção mais ampla de formação, a formação também enquanto produção da vida, da vida material e da vida espiritual dos professores.

E aí falta um componente na formação que também é uma preocupação da gente na Capes, que é essa formação cultural do professor. Temos que ter políticas de acesso às artes, à literatura, à cultura, ao teatro, peças de teatro, de dança, de balé, gratuito para os professores, que os professores tenham como categoria possibilidade de acesso a isso. E não só em seu envolvimento individual.

** Professora aposentada da UNICAMP, na área de formação de professores do Curso de Pedagogia. Presidente da ANFOPE afastada e atualmente na Coordenação Geral de Programas de Apoio à Formação e Qualificação Docentes da Educação Básica*

Dr. João Antônio Cabral de Monlevade*

Eu tinha colocado como primeira reflexão exatamente o fato de que nós estamos num processo de construção de identidades e construção de formatos de formação, se é que a gente pode fazer esse abuso da língua portuguesa. E essa construção não se dá simplesmente por um empilhamento de tijolinhos. "Ah, o João em um determinado momento contribuiu com um tijolinho, Carlos fez outro tijolinho, professor Weldson também pôs outro tijolinho". Não, gente. Nós todos somos massa. E massa que é conflitiva, que é contraposta, que entra na luta. Então, a primeira colocação que eu gostaria de fazer, ao agradecer a todos vocês pelo carinho do convite, e quero inclusive nominar todos os municípios onde eu fui professor em Mato Grosso. Primeiro Rosário Oeste, professor de psicologia no normal, Arenápolis, Nortelândia, Marilândia, Afonso, Acorizal.

Depois, professor da Universidade em Cuiabá, Poconé, Dom Aquino, Jaciara, Barra do Garças, Pontal, Juína, Juara, Poxoréo, Primavera, Diamantino, Quatro Marcos, Sorriso, Alta Floresta, Canarana, Vila Bela. Então isso tudo foi a contribuição que eu dei a Mato Grosso. Ou será que foi Mato Grosso que contribuiu para que hoje eu possa ser convidado por vocês para dividir aquilo que eu aprendi, aquilo que eu construí? E o aprendizado foi muito mais na luta que na simples leitura, na reflexão acadêmica. Eu nunca vou esquecer, na greve de 84, quando a antiga Associação Mato-grossense de Professores teve que enfrentar um moço chamado Júlio Campos, muito bem sucedido,

que dizia, sentado em volta de uma enorme mesa lá no Paiaguás: "Vocês sabem que eu gosto muito do professor. Minha mulher é professora. Eu gostaria de pagar para ela um grande salário, mas eu não posso porque eu não tenho dinheiro". Pronto. Aquele foi um convite para o João Monlevade de então, que não entendia nada de economia, de balanço, de orçamento, nada mesmo, passar duas noites lendo orçamento, conversando com o secretário de Planejamento, de Fazenda. E aí, a gente acabou se formando, indo para a Unicamp, fazendo doutorado sobre financiamento do salário do magistério. Para vocês verem: a coisa vem da luta.

A construção do conhecimento, o nosso crescimento, a nossa formação, vem da luta. Gosto de formação de academia, de curso, escolas, mas isso tudo é secundário. Se não tiver luta, se não tiver engajamento, se não tiver compromisso, sabe o que acontece ? A gente é mal formada. A gente é formada, só que mal. Assim como existe Educação boa e péssima educação. Então vejam. Eu gostaria de dizer que, além de estar muito feliz e agradecido pelo convite, eu também estou muito feliz porque nós vamos nos dedicar alguns minutos aqui a refletir sobre a formação dos funcionários, mas não só com os funcionários. Quando eu sou convidado, muitas vezes nos falam assim: vai ter uma mesa para os funcionários. Ai os funcionários saem para um cantinho e o resto do pessoal fica falando sobre coisas sérias e nós, funcionários, vamos falar sobre as questões de funcionários. Aqui estou muito feliz porque tenho certeza que temos uns 30% de funcionários, mas 70% de professores.

Estamos trazendo a reflexão para todos os educadores, professores e pedagogos. E é esse o convite que eu faço. Gostaria de dizer também que o principal dessa mesa hoje não são as falas, é o debate que vem depois. Espero que haja realmente confronto de idéias, luta, posições. E vamos ter um tempinho para isso. Mas eu quero levar primeiro adiante a reflexão da Juçara sobre conceitos e depois fazer as falas mais específicas das alternativas de formação dos funcionários. Em primeiro lugar, formação de educadores. O que é Educação? Educação é um fenômeno universal que existe desde que existe a humanidade. No primeiro grupo humano que existiu, já existia a educação. É um processo e ao mesmo tempo um projeto. Tem gente que fala de sonho, de utopia, é por conta de que a educação não é simplesmente um processo, mas ela olha sempre para o futuro.

> "Se não tiver luta, se não tiver engajamento, se não tiver compromisso, sabe o que acontece? A gente é mal formada"

O primeiro processo educativo é do próprio desenvolvimento humano. Todos nós, principalmente as mães, tem todo um cuidado no desenvolvimento dos seus filhos e suas filhas. Pois é, desenvolvimento humano é o primeiro processo educativo. Segundo, é o processo de socialização. Quer dizer, nós nascemos... O pessoal fala: "fulana de tal deu à luz a uma criança". Como "deu à luz?! Deu a criança para a sociedade". A criança deixa de ser uma parte da mãe para ser um ser humano engajado numa família, daqui a pouco na vizinhança, daqui mais um pouco na igreja e em seguida não sei mais onde. Sei, sim: na escola. Educação escolar. E o terceiro processo educativo é o processo da comunicação, que é o essencial do ensino aprendizagem, construção do conhecimento, etc e tal, que se dá pela linguagem. Muito bem. Só que esses três processos que eu acabei de citar, podem ser educativos ou deseducativos.

Por exemplo. Uma socialização criminosa, uma bandidagem, é uma organização, mas é para o mal. Então não é educação. Um desenvolvimento errado, até do dente, a gente corrige. Tem que ter alguma coisa positiva, senão o desenvolvimento não é educativo. E a comunicação da linguagem também tem as suas regras. E o que torna o processo educativo? É o projeto. Então, cada sociedade tem um projeto educativo. E é daí que vem a palavra formação. Eu sempre que leio LDB que define lá educação como os aspectos formativos dos processos e desenvolvimento humano e social, fico falando "espera ai, então a formação não é um algo a mais". A formação é intrínseca ao processo educativo. É o chamado projeto, que reflete os valores de cada sociedade. Quem já leu "Viva o Povo brasileiro" de João Ubaldo Ribeiro, se lembra que algumas tribos indígenas tinham como projeto educativo dar coragem para o pessoal matar os outros e depois comer. Nós somos descendentes desses indígenas que se comiam uns aos outros com os dentes e com os olhos.

Hoje, a gente já deixa essa comilança para outros ambientes. A educação é que vai norteando essa evolução humana. Quando o colégio jesuíta admitiu os meninos de Jesus para matricular, já fazia uma seleção, menino índio pelado, menino que não era batizado, menino que era canibal, que comia carne

humana não entrava. Assim como até pouco tempo atrás a gente não admitia numa escola uma criança que não tivesse registro no cartório. Como se o registro no cartório é que desse o direito à educação e não o fato dele ser gente, brasileiro, filho, irmão da gente.

Bem, vamos ao segundo conceito, rapidinho. É a questão da escola. Atenção. A Educação é um fenômeno geral. Mas, em um determinado momento da história, 1000, 2000 anos antes de Cristo, a educação, que era um fenômeno geral da sociedade, passa a ser objeto de uma agência especial, que na Grécia se chamou escola, que em Babilônia se chamava outra coisa de que eu não me lembro como é em fenício, que no Egito tinha outro nome que eu não sei também e que em Roma se chamou colégio, do latim. Ora, como nasceu a educação escolar? Muito cuidado. Eu hoje tenho muita clareza disso.

A escola nasce num momento em que a linguagem oral não era mais capaz de registrar o avanço do conhecimento. Então surgiu a linguagem escrita, gráfica. . E aí não tinha como toda a sociedade ter domínio de tudo. E aí nasceu a escola, primeiro para alfabetizar, para passar para algumas crianças e adolescentes essa cultura letrada. E agora, atenção, a escola nasce não como um instrumento de educação de todos, mas um instrumento de educação de um grupo social que dominava os outros. Então a escola, com todo respeito, ao mesmo tempo em que é uma agência de socialização, de comunicação, de desenvolvimento, ela pode ser uma agência de deformação e de reprodução das diferenças da sociedade. A escola elitista, tanto da Grécia como de Roma, como do Brasil do começo, por mais que a gente possa se gloriar do padre José de Anchieta, Manoel da Nóbrega, o Vieira, mas eles eram profundamente elitistas.

Vocês acreditem ou não, até 1827, menina, esse ser tão maravilhoso que está aqui não podia entrar na escola. Só podia aprender pelo buraco da fechadura ou então clandestinamente com algum tio padre na Casa Grande que gostava daquela menininha, bonitinha. Então vejam bem. A formação nasce torta. Ela nasce como uma política de exclusão, uma política de elitização e depois uma política de seleção, que é pior ainda. Que durante uns tempos, a menina não entrava, o escravo não entrava, e todo mundo se conformava. Mas, de 1827 em diante, todo mundo era convidado para vir para a escola. Só que uma parte vinha para aprender e outra para ser reprovada. Vinha para a escola, a escola era uma agência de controle social e tinha reprovação no tempo da alfabetização. Tinha um tal de exame de admissão, Helena e eu conhecemos o colégio de Campinas, eu fiz o exame de admissão lá, tinha 3000 candidatos para 120 vagas. E hoje a gente ainda tem a escola seletiva no vestibular da universidade.

Nós estamos fazendo um esforço tão grande de democratizar o ensino no Brasil, mas existe um partido político por ai que vocês sabem que tem um bico grande, que está há três anos obstruindo um projeto do Antero Paes de Barros, daqui de Mato Grosso, que dá 50% das vagas de universidade federal, estadual, para egressos da escola públicas. Vocês acreditam nisso? O mesmo partido dele está obstruindo a proposta de cotas. Aí, cada universidade está dando um jeitinho. Agora mesmo acabei de receber a noticia de que a Universidade Federal do Sergipe também colocou 50% para escola pública, a Uerj do Rio de Janeiro, várias universidades. Mas ainda não é uma política nacional. Falei a palavra política, vamos definir rapidamente. Todo mundo fala em política, mas o que é política? Política pública é um conjunto de ações e intenções com as quais o Estado, os poderes públicos, União , Estados e Municípios, respondem às necessidades da sociedade. Então, política educacional, gente, no tempo da colônia era uma. Agora é outra. No tempo da colônia, a gente tinha escravo. Escravo precisava ser alfabetizado? De jeito nenhum. Era ser contra o sistema de escravidão. Você ia cultivar a cabeça para ele reivindicar a liberdade. Então o que se fazia era se abrir escolas para uma elite. Mulher reivindicava estudar? De jeito nenhum. As meninas tinham até medo da matemática. Aliás tem umas moças que até hoje têm medo da matemática. Quando eu ensino financiamento da educação, explicando o Fundeb, vamos dividir R$ 90 bilhões por 55 milhões de alunos. Em geral as meninas ficam olhando para os colegas homens para ver se eles conseguem fazer essa conta.

Com todo respeito. Não estou discriminando. Estou falando a verdade, tanto é que antigamente, nas cidades do interior, tinha curso de magistério e técnico de contabilidade. Os meninos iam para a contabilidade e as meninas iam para o magistério, porque magistério era continuar a ser dominado,cuidando de meninos, e técnico de contabilidade era exercer a dominação pelo conhecimento do dinheiro. Repetindo: política pública é um conjunto de intenções e ações com que o Estado responde às necessidades sociais. Gente, um dos momentos mais lindos do Mato Grosso! Espero que esteja aqui alguém que viu isso. Lá no Ginásio de Esportes do, ali perto do Porto, do Dom Aquino, a delegação de Alta Floresta abre uma faixa e diz assim, nós, funcionários, queremos entrar na Associação. Que coisa linda aquilo lá para nós. Foi o dia que começou a ter uma demanda que os funcionários não queriam ser mais

escravos, subalternos, invisíveis, ocultados. Os funcionários queriam colocar à disposição da sociedade as suas vidas, o seu conhecimento,

> "O profissional na sociedade de hoje, século 21, é aquela pessoa que tem atuação permanente num posto de trabalho específico, especializado, reconhecido pela sociedade e com a preparação"

os seus sonhos, para junto com os professores fazerem um corpo de educadores na escola. A proposta foi à votação. Resultado. Perderam. Primeiro congresso que veio a reivindicação não foi aceito, mas voltou a carga.

Olha que coisa interessante. Enquanto a CNTE estava trabalhando mais o problema nacional de trabalhador, de assalariado, de CUT, aqui o pessoal já avançou na visão e foi a Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação. E naquele momento nós identificamos três demandas: os funcionários queriam estudar mais, queriam se profissionalizar e queriam se unir aos professores no mesmo sindicato. Então agora aprofundando essa questão da formação do funcionário. Vejam bem. Eu distingo aqui cinco momentos porque a formação, como eu dizia antes, faz parte do processo educativo. Não existe pessoa que não é formada. O que existe é uma formação formal e uma formação informal. Mas todos são formados porque faz parte do conceito de educação porque é um projeto de futuro. Mas é um projeto de futuro de acordo com a identidade. Ora, qual foi a identidade dos funcionários no Brasil? Eu listei aqui no papel cinco tempos.

Primeiro tempo: tempo da colonização. Os colégios jesuíticos não eram só de professor e aluno, não. Havia o chamado irmão-coadjutor. Em latim, auxiliar. Que ajudavam, mas ajudavam mesmo. Porque, naquele tempo, era internato e os professores ficavam sete horas com os alunos na sala de aula, mas os coadjutores ficavam 17 horas porque era o irmão enfermeiro o irmão cozinheiro, era o irmão vaqueiro que tratava do gado, do colégio, sem o que a escola não podia adquirir os livros, os laboratórios, etc. Então a primeira identidade dos funcionários foi no tempo da colonização. Mas cuidado. Naquele momento, olha o nome dele: irmão-coadjutor. Ele vestia a mesma batina, fazia o voto de castidade, de obediência e pobreza, estava na mesma comunidade dos jesuítas, mas ele não podia ser superior. Não podia, tinha que obedecer, fazer voto de obediência mesmo. Na hora de mandar na escola era o padre, o professor que mandava.

O segundo momento foi o momento da escravidão porque o colégio jesuítico fazia uma exceção, era uma ilhazinha de socialismo religioso dentro do modo de produção escravista. Mas quando eles foram expulsos, a escola brasileira passou a ser aquela escola do professor e aluno, da aula régia. O professor reunia alunos e dava aula na sacristia da Igreja, na sala de sua casa. E quem varria aquele espaço, quem trazia a água para ao professor lavar as mãos sujas de giz? Era o escravo. Era a escrava. Eu já manuseei documentos, no tempo do meu mestrado, com o nosso saudoso Casimiro, que mostravam como as escolas foram reduzidas, as escolas dos jesuítas foram abandonadas, e aí passou a haver essa célula que a Guiomar celebrou, porque a escola é o lugar do ensino. Que lugar de ensino, nada! Escola é lugar de educação. Ensino é uma particularidade dentro da escola. Muito cuidado com isso. Vocês pensam que quando o menino lá no tempo colonial via aquele escravo varrer a sala, ele não estava sendo deseducado? Claro que estava. Estava internalizando a legitimidade da escravidão. Ele estava sendo deseducado. Muito mais do que ensinado, porque aquele ensino era só um ensino beletrista que não ia valer nada para o desenvolvimento do Brasil. A ausência do funcionário livre só servia para legitimar a escravidão.

Terceiro momento.Então, veio o tempo do funcionário burocrata. O que é o funcionário burocrata? É aquele que faz um concurso para ser secretário de escola, para ser bibliotecário, merendeiro, para ser não sei o quê. Uma coisa esquisitíssima, mas que se considerava normal. Alguém fazia concurso para merendeira com prova de português, geografia, matemática, até eu era capaz de passar num concurso de merendeiro. Porque era pura burocracia.

Na realidade, o funcionário burocrata escondia a realidade concomitante do clientelismo. Quem vai ser funcionário da escola é aquele que o vereador disse que vai ser, aquele que o prefeito, o deputado, aquele que a diretora, aquela senhora que fazia bolo de aniversário para a filha da diretora. Aí ela vira merendeira para continuar a obedecer a diretora dentro da escola.

Percebam que estou acelerando. É o tempo. Finalmente chegou o nosso tempo, o tempo do profissional, de que já se fez aqui a definição. Só vou repetir. O que é um profissional?

Atenção: o profissional na sociedade de hoje, século 21, é aquela pessoa que tem atuação permanente num posto de trabalho especíico, especializado, reconhecido pela sociedade e com a preparação, com a formação, habilitação para isso. E Mato Grosso deu um show para o Brasil todo. E foi aqui, no Sintep Mato Grosso, na nossa sede antiga, embaixo das nossas mangueiras, que Marília, Elismar, eu e outras pessoas formulamos as quatro identidades: técnico em alimentação escolar, técnico em multimeios didáticos, técnico em gestão e técnico, em que mesmo, ficávamos pensando, "o pessoal da limpeza e da vigilância p que é mesmo". Aí veio um estalozinho e nós chamamos de técnico em infra-estrutura escolar, ou seja, é técnico na materialidade da escola, que é importantíssima. É completamente diferente você estudar numa escola a 40 graus, você não aprende nada, queima o cérebro, e estudar numa escola com ambiente agradável. Quem garante isso? É o professor? Não. É uma nova identidade que hoje estamos chamando inclusive de engenheiro escolar em nível superior.

Então, vejam vocês, a formação do funcionário se dá em dois níveis. Primeiro, formação inicial e, segundo, formação continuada. A formação inicial, infelizmente, ainda não está massificada. Eu conheço poucos lugares no Brasil onde existe curso técnico de nível médio aberto para a rapaziada, para a moçada. O que existe em geral é uma formação em serviço para os funcionários que já estão sendo funcionários. Aí pode ser presencial e pode ser a distância. Mas, vejam bem, nós não demos o passo mais importante ainda. Que é massificar a formação do funcionário da escola com essas novas identidades para a juventude que está aí. Os nossos filhos, os nossos sobrinhos, os nossos netos. Se a minha filhinha Beatriz quiser ser técnica em alimentação escolar, o futuro dela está meio complicado, porque isso não existe. Você procura uma escola de ensino médio que ofereça esse curso, não tem. Assim como o professor, desde 1834, contou com um curso normal de nível médio, primeira escola em Niterói, o funcionário precisa ter, a população precisa ter a opção de fazer cursos de técnicos, ou outras identidades que surgirem na educação infantil. A Juçara lembrou, há uns três anos atrás, o papel do inspetor de alunos, que é uma espécie de cuidador de adolescentes, não é verdade? Porque, na creche tem o educador infantil, mas, na adolescência, é uma coisa braba ser professor numa escola. A galera só falta cortar o pescoço da gente. Precisa ter policial lá dentro? Não. A interação com o educando não é só de sala de aula. É interação de portaria na hora de receber, é interação no corredor, é interação no recreio. Às vezes o professor faz greve, o aluno precisa ficar em casa? Eu acho que não. O aluno pode ter atividades na escola.

Toda essa formação de funcionários em nível médio só existe porque a maioria deles não tem uma escolaridade suficiente para ir para o ensino superior. Só que isso já está revertendo, no Estado do Acre, aqui em Mato Grosso, e em outros estados, já existem muitos funcionários, tenho certeza que muitos que levantaram a mão, já tem o Arara Azul, já tem o Ensino Médio completo, e querem ter também uma formação em nível superior. Então a CNTE, acho que tenho licença da Juçara para falar isso, a CNTE na última reunião do departamento dos funcionários, lá com a minha assessoria, com alguns esclarecimentos, formulou um pedido para o Ministério da Educação, solicitar do Conselho Nacional, diretrizes curriculares nacionais para a formação de funcionários em nível superior. Então, técnico em alimentação escolar é nível médio e, superior, nutricionista escolar. Técnico em meio ambiente e infra-estrutura em nível médio, em nível escolar, engenheiro escolar, técnica em gestão, em nível superior, o que? Antigamente tinha o curso de pedagogia com habilitação da administração. O que será hoje? O Conselho vai dizer. E técnico em multimeios didáticos? É ai que a coisa pega. Porque a questão da informática, da biblioteca, do laboratório, começa a incomodar alguns outros profissionais hoje que não são educadores, mas temos que conquistar esse espaço.

Quero concluir dizendo o seguinte: a formação dos funcionários de escola não pode ser separada da formação dos professores. Atenção. Vou repetir. A formação do funcionário tem que estar integrado a formação de professores, por isso eu lembro para todos vocês. Vai continuar a formação do nível médio, ótimo. Então, se o Cefapro quer fazer isso, não formação continuada, mas formação inicial, o Cefapro vai ter quer trabalhar dentro de uma integração com a formação de professores em nível médio e nível superior. Se a Universidade quer formar funcionários vai ter que fazer a coisa dentro da mesma integração. A faculdade da Educação forma pedagogos, então a formação do funcionário vai acontecer lá, na Faculdade de Educação. No Instituto de Nutrição, no Instituto de Informática, eu advogo que não. Tem que ser dentro do ambiente de formação de educadores.

** Ex-professor da rede pública do MT; ex-dirigente do Sintep e da CNTE; prof. aposentado da UFMT e voluntário da UnB; ex-conselheiro do CNE; atualmente consultor legislativo do Senado Federal na área da educação e cultura. Graduado em filosofia sociologia. Mestre e doutor em Educação pela Unicamp*

Rosa Neide Sandes de Almeida*

Gostaria de falar primeiro ao professor João Monlevade, que compõe essa mesa, há quanto tempo nós aqui do Estado ouvimos e participamos juntos com o professor João Monlevade na construção de algumas políticas que atualmente são referências nacionais.

É por estar participando, por meio da Secretaria do Estado de Educação, de algumas discussões em todo país onde agregam todos os secretários de Estado, posso perceber quanto avançados nós fomos. E às vezes a gente internamente no Estado lamenta muita coisa e quando a gente vê, olha a história dos outros, a gente fala: a gente já andou muito. A gente ainda tem muito que andar, mas, a gente já construiu muito.

Então, quando eu vejo os outros Estados tentando entender a nossa carreira, tentando entender a profissionalização dos nossos funcionários das escolas, onde há muitos graduados no portão da escola, na merenda escolar, na limpeza da escola, nas nossas secretarias, e nós nos orgulhamos muito do quadro que temos, e os outros estados boquiabertos dos avanços que nós temos. E aí eu me lembro quando eu cheguei a Mato Grosso, há 28 anos, já encontrei o professor João Monlevade com uma longa história aqui no Estado falando dessas possibilidades que nós construímos juntos aqui.

Depois quero falar do professor Carlos Abicalil que também percebo que do Ministério da Educação a todos os secretários de educação deste país, têm nele referência de educador nacional. De pessoa que contribui com as políticas públicas de educação. Talvez aqui internamente nós não o reconhecemos tanto quanto o país o reconhece. Sei que nós aqui sentados e presentes o reconhecemos, mas o Estado como um todo não tem a dimensão da capacidade, da participação do deputado Carlos Abicalil, do professor Carlos Abicalil na organização da política nacional de educação. E gostaria também de fazer referência agora cumprimentando a todos através da pessoa do professor Gilmar, da sensatez, da tranqüilidade, da humildade com que conduz o nosso sindicato e com que discute as questões da Educação de Mato Grosso. Orgulha-me muito estar nesse momento na secretaria de Educação porque tenho a oportunidade de aprender bastante, e aprendo muito, com os companheiros do sindicato aqui na pessoa do professor Gilmar.

> São os acontecimentos positivos da nossa história que vão nos proporcionando outras aprendizagens

E também de dizer que trabalho com o secretário Ságuas, que não é professor, coisa que ao longo da minha história também de professora e militante na Educação contestei, que achei que deveria estar lá na secretaria um professor. Eu o vejo bastante professor hoje. Tenho aprendido muito, pois uma pessoa que não tem a nossa formação de área pedagógica olha a secretaria de educação na totalidade, exigindo que todos os demais que não são focados no processo pedagógico da escola compreenda, que todo mundo que está lá tem que focar a área pedagógica, que a estrutura da escola é da área pedagógica, legislação é da área pedagógica, que os engenheiros têm que ver a área pedagógica, que os advogados têm que ver.

Às vezes reflito. Será que alguém que não teve a nossa formação acadêmica vai fazer uma gestão da secretaria com um olhar tão direcionado a questão pedagógica e que não passou pelo banco da universidade na formação pedagógica. São os acontecimentos positivos da nossa história que vão nos proporcionando outras aprendizagens. Gostaria de dizer que a secretaria de Estado está passando por um momento muito especial, que é a nossa articulação com Ministério da Educação e com as redes municipais de Mato Grosso. Aqui só são os dados para verem. Então o ministério da Educação, hoje, e aí vou repetir o presidente Lula, que nunca na história desse país a gente pôde chegar tão próximo do Ministério, a gente pôde discutir tão internamente com o Ministério as nossas proposições, especialmente como aqui a questão da formação dos profissionais da educação.

Em Mato Grosso, nós temos uma dificuldade, que o país inteiro tem, que é o diagnóstico real das nossas redes públicas de ensino. Nós temos, através do banco de dados da secretaria de estado, os dados da rede estadual, nós não temos um banco de dados à disposição com todas as redes municipais. Portanto, nós tivemos, em maio deste ano, a presença da professora Helena aqui em Mato Grosso, que representa a Capes, e todos os secretários nacionais representando o Ministério para discutir um

projeto de formação. E nós entendíamos, naquele momento, que em 30 dias junto com o sindicato, com as universidades, com os representantes da Educação de Mato Grosso, conseguiríamos formatar um projeto e entregar ao MEC. E até a presente data, de maio até agora, é que nós estamos concluindo o projeto. Nós fomos pedindo mais tempo porque nós vimos que o banco de dados era bastante frágil. Vocês podem estar pensando: e o EducaCenso, que faz a coleta de dados em todos os municípios na rede estadual? Foi um dado de referência, mas a forma que o Inepe coleta o dado não foi focado na formação do professor e quando ele tem o dado da formação, mas como ele tem, o professor trabalha em duas ou três redes, duas ou três escolas, nós não tínhamos o CPF do professor para saber quantos eram quais eram, e onde estavam. A nova coleta, a coleta que está sendo concluída este ano, está muito mais afinada, a gente já olhou e ela respondeu o que nós precisamos. Nós precisamos de um tempo, falamos com cada município do Estado, e com toda nossa rede, fizemos outra conferência. A nossa rede tem um movimento muito grande, na medida em que as pessoas entram no início do ano, quando chega na metade, nós temos vários colegas que já trocaram de escola, ou saíram da escola, e têm outros que entraram.

> "Como Mato Grosso tem uma carreira que já inclui os nossos profissionais, agora estamos fazendo um levantamento de dados para discussão da formação dos profissionais"

Então fizemos um trabalho em 90 dias. Uma equipe da secretaria trabalhando com os dados. Então esses dados juntos com o sindicato, com o Conselho estadual de Educação, com a UFMT, com a Unemat, foram discutidos em algumas reuniões, esses dados foram a base de discussão para que nós tivéssemos uma proposição de formação de professores. Inicialmente de professores. Como Mato Grosso tem uma carreira que já inclui os nossos profissionais, agora estamos fazendo um levantamento de dados para discussão da formação dos profissionais. Será um projeto agregado ao projeto maior de formação.

Aqui estão todos os dados, pólo a pólo, do Mato Grosso. Eu estou trazendo aqui uma coisa que vocês trabalham no dia a dia das escolas que são as matrizes curriculares. Aqui a matriz, a base da matriz da educação infantil. Em Mato Grosso, a Secretaria do Estado vai trabalhar de forma articulada com os 141 municípios e a rede estadual de ensino. Na perspectiva de formação de trabalho em cooperação. Nós não trabalharemos a rede municipal ou a rede estadual em momentos deslocados. O trabalho vai ser unificado. Então a matriz que as redes municipais e das escolas da rede estadual trabalham com a educação infantil, trabalham em uma dimensão globalizada, pelo menos teoricamente, está posta assim. E trabalhamos o eixo do conhecimento em toda uma visão globalizada. Ai nós temos a matriz curricular também da nossa organização de escola em ciclo do ensino fundamental. Primeiro, segundo e terceiros ciclos estão organizados em áreas do conhecimento.

Quem aqui é diretor, coordenador, professor-articulador, ou professor de sala de aula sabe que no inicio do ano letivo, na semana pedagógica, a escola discute a organização da sua matriz. Agora a escola acabou de inserir a matriz curricular. Essa matriz organizada em ciclos, como proposta política do Estado de Mato Grosso e organizada em áreas do conhecimento. Então a gente tem uma área de linguagem, temos uma área de ciências naturais e matemática e temos uma área de ciências humanas e sociais. Então temos essas três grandes áreas organizando a nossa estrutura curricular. Em contrapartida, nós temos uma formação bem fragmentada. A nossa formação é de professor de língua portuguesa, de matemática, de artes, história, geografia, conforme a gente conhece. E na escola é exigido de cada professor que ele faça esse trabalho agregado numa área de conhecimento. Ai são os ciclos normais, todas as matrizes estão praticamente organizadas com algumas diferenças deste modelo.

O ensino médio também, no estado de Mato Grosso, está organizado linguagens, códigos e suas tecnologias, ciências da natureza, matemática e suas tecnologias, ciências humanas e sociais. Do professor lá da educação infantil ao professor do médio,a escola coloca no seu projeto político-pedagógico uma organização em áreas do conhecimento e as nossas instituições formadoras formam em disciplinas. E a própria secretaria do Estado faz o concurso do professor, porque é a qualificação que ele tem, em disciplinas. En-

tão, qual é o projeto de formação que estamos formatando hoje com as instituições formadoras, com a Unemat e a UFMT? Houve um chamamento do Ministério da Educação para as universidades federais. Aqui no Mato Grosso nós convidamos a universidade do Estado convidamos os Cefets que serão transformados em institutos de formação superiores também eles serão Ifets e por isso estão participando conosco. Vimos que o Estado aumentou o numero de Cefets em todos os pólos do Estado.

Os Cefets, depois Ifets, oferecerão 20% de suas vagas para licenciaturas e nós teremos os nossos profissionais também formados nessa instituição e eles estão participando conosco dessa discussão. Então qual é a discussão principal? Se nós exigimos que a estrutura curricular por área do conhecimento, se assim a escola diz no seu projeto pedagógico que organizar por área tem melhor qualidade no trabalho efetivamente na escola, por que o professor tem que trabalhar na sua formação inicial de forma tão segmentada? Então a Universidade Federal de Mato Grosso se fez presente, através do professor Paulo Speller, e agora com a professora Maria Lúcia, assumiram a condição de formatar o curso por áreas do conhecimento.

Esta formatação está sendo estruturada, mas a idéia é que nas três áreas apresentadas nós temos cursos organizados. Os nossos profissionais já graduados que desejarem uma nova graduação receberão a apresentação dessa nova estrutura e essa nova estrutura poderá ser analisando seu histórico escolar e poderá entrar no terceiro ano do curso, no segundo ano, no quarto ano do curso, para ter mais uma habilitação entrar na formação de área. Para que o profissional não tenha que dar duas aulas em uma escola, três em outra e quatro aulas na outra. Você tem a autorização legal de cumprir sua carga horária numa escola, porque ali tem todas as aulas da sua área de trabalho e você trabalha ali na sua área de conhecimento. Você não será mais conhecedor de uma disciplina, mas de uma área. E também trabalhando a questão da gestão da escola na formação dos profissionais. Toda essa estrutura foi aceita pela universidade federal, nós temos resistências internas na universidade, o que é natural, mas temos um grupo forte, de vanguarda, ajudando na formatação deste projeto. A Unemat também e os Cefets também, sem problemas das suas lideranças em organizar e formatar esses cursos e apresentar ao estado de Mato Grosso.

Nós temos aqui todos os dados que nós já levantamos tanto por área de conhecimento, agora nós temos no momento professor da rede estadual e das redes municipais, o endereço, a escola que atua para, na hora do curso, sabermos com quem vamos falar. Toda nossa discussão é para professores efetivos e contratados, porque nós temos um grande grupo de profissionais contratados que permanecem na escola e muitas vezes não tem a oportunidade de fazer o seu curso de graduação.

No Norte do Estado, em algumas cidades que visitei, vejo colegas tirando de forma muito sacrificada quase metade de seu salário para pagar um curso chamado à distância, que é à distância mesmo, que ele vai lá uma vez por mês assistir alguns módulos via televisão com fitas de vídeo ainda e para pagar um curso caríssimo para ele se graduar. Então as instituições públicas do Estado de Mato Grosso através do Ministério da Educação disseram sim a um projeto que atingirá todo Estado de Mato Grosso. Da educação infantil ao Ensino Médio. Então esses dados aqui estão pólo a pólo, pólo de Juara, Juína, Matupá. Esses pólos são baseados nas localidades de Cefapros. Mato Grosso, como a gente sabe, tem o centro de formação de professores que eu vou falar mais ao final qual é o papel dele nesse processo. Ai nós fizemos os dados conforme o Ministério orienta. Professores sem formação superior e sem licenciatura, que é uma demanda.

A outra demanda é o professor licenciado atuando fora da sua área de formação. Nós temos pedagogos que dão aula de química. Se ele gosta de química e sabe química, ele pode fazer o curso de química. Se ele é professor de linguagem e ele gostaria de ser professor de artes, ele vai fazer a

> "Nós temos, hoje, 2957 professores atuando sem formação superior, só com o Ensino Médio"

complementação. A demanda é para educação infantil também que nós levantamos de todo Estado de Mato Grosso em todos os pólos. Nós temos, hoje, 2957 professores atuando sem formação superior, só com o Ensino Médio. E nós tínhamos colegas com médio dando aula no médio e vocês sabem. Com nível superior, mas sem licenciatura, são bacharéis, 646 profissionais. Com licenciatura, mas fora da área 9973 profissionais. Totalizando 13576 colegas nossos que ou não tem licenciatura ou atuam foram da área de sua formação. Para estes serão, inicialmente, oferecidos cursos. E para os demais

que, às vezes estão excedentes na escola e tem vontade de fazer outra graduação, nós também inseriremos nesse convite de acordo com o quadro de vagas que o Estado também está formatando.

Para atendimento da demanda que nós temos no Estado de Mato Grosso nós ouvimos professores, diretores de escola e assessores pedagógicos para levantarmos qual é o perfil do profissional. Que é garantia do conhecimento historicamente sistematizado. Os professores têm conhecimento para atuar. Conhecimento da função social da escola. Isto nós queremos que esteja presente nas graduações que serão oferecidas. Capacidade de trabalho com os diferentes. Todos nós somos diferentes. Cortar aquela formação que a gente pensa em classes homogêneas. Trabalhar como somos. Conhecer as fases humanas da educação básica – infância, adolescência e juventude. Para que a gente trabalhe na política de ciclo conhecendo o desenvolvimento humano. Capacidade de trabalhar com ciclos em desenvolvimento, séries, módulos, presencial, à distância, conforme for o projeto. Conhecimento das possibilidades de organização do trabalho com classes multicicladas. Nós temos um grande número de classes no campo e, às vezes, a universidade não nos prepara para atuar lá, com não prepara para a educação indígena, que nós temos grande contingente no Estado. Capacidade de trabalhar coletivamente.

Nós temos algumas áreas do conhecimento em que a própria universidade centra a formação no individualismo e esse não dá certo na escola. Estimular a liderança entre os profissionais: que cada um possa ser na escola, líder de um projeto, possa ser o diretor posteriormente, o coordenador da escola. Conhecimento em gestão escolar especialmente no trabalho com comunidade. Todo professor deve ter condições de ser um bom gestor na escola para que todos na escola conheçam, na graduação, toda organização da gestão da escola.

Nós estamos reestruturando os centros de formação de professores, os nossos Cefapros, em todo Estado. Nós tínhamos treze e agora nós teremos um em Pontes e Lacerda e um em Primavera de Leste. Estes 15 Cefapros assumirão nestas regionais a articulação com as universidades para formação inicial. Serão os articuladores. A universidade vai assumir, mas quem vai fazer o contato com a escola para saber quem está, quem

"Nós temos algumas áreas do conhecimento em que a própria universidade centra a formação no individualismo e esse não dá certo na escola"

é quem, são os assessores dos Cefapros. E a formação continuada: nós faremos um teste seletivo agora neste final de ano para termos nos Cefapros toda estrutura lotada. Hoje temos Cefapros com quatro colegas, três, cinco colegas. Eles não dão conta do trabalho que está sendo solicitado. Nós temos vagas em todos os Cefapros do Estado, para concorrer nas áreas do conhecimento, os profissionais que atuarem nos Cefapros receberão 33% a mais para ter a carga horária disponível para os Cefapros, e não estar envolvidos em outro local, para facilitar viajar, e atender a toda regional.

Outra questão que os Cefapros estimularão nas discussões com as nossas escolas é a escola com locus de formação continuada. A formação inicial é na universidade e a continuada é na escola. Porque muitas vezes saímos muitas vezes da escola, a Seduc também proporciona muito isso, com cursos fora do espaço escolar. Há alguns cursos que serão fora mesmo, não tem jeito, para agregar um número maior de pessoas. Mas o curso, o projeto pedagógico da escola e o nosso projeto que é chamado sala de professor que os profissionais estão inclusos, é só o nome do projeto, ele deverá ocorrer na escola, acompanhando o diagnóstico das aprendizagens. Nós teremos o acompanhamento das aprendizagens para o primeiro e segundo ciclos. Tínhamos somente o primeiro ciclo e agora vamos avançar. O segundo ciclo receberá também toda a literatura para a sala dele, cada professor receberá sua caixa de literatura para trabalhar com os alunos e também o acompanhamento do trabalho das crianças em sala de aula junto com o profissional. Para apoiar o profissional, nós estamos também em parceria com Universidade Federal de Minas Gerais com a formação dos professores alfabetizadores que atuam no primeiro ciclo. A baixada cuiabana já fez a formação e, a partir da próxima semana, nós estaremos em todos os pólos do Estado. Então, o pessoal da Baixada, que aqui fez em Cuiabá, organizado pelo Cefapro de Cuiabá elogiou muito a qualificação que foi feita. Então, a gente espera que tenhamos a mesma qualidade no interior do Estado. Para que a gente foque realmente a alfabetização. Que as nossas crianças não terminem o primeiro ciclo sem a

condição de serem leitores. Então, foco nas fragilidades da escola. O que estamos chamando de fragilidades? Na sala de aula, quando o professor percebe que seu aluno tem dificuldades de aprendizagem, este será o foco da formação no projeto sala de professor para que a gente não estude coisas que não respondem às nossas necessidades. Ou a secretaria chegar com um curso, como a gente fez muito, oferecer um curso que muitas vezes não está dentro do que você precisa para atuar melhor em sala de aula. Primeiro se acompanha essa aprendizagem, percebe o que é maior dificuldade, e depois a formação vai ser centrada nessa questão. Todo projeto que tiver referência ao professor, tem que ter foco no trabalho do profissional que está em sala de aula. Nós que estamos fora, ou dentro da escola, técnicos, a direção da escola, secretaria, o Cefapro, assessoria pedagógica, todos temos que apoiar o professor. Tenho a impressão que todos estão fora para cobrar do professor. Então vamos inverter a lógica: todos para apoiar o professor. Aqueles que têm que ser cobrados, tem que ser cobrados dentro do projeto da escola. Mas meu aluno tem fragilidades. A sala, e não o aluno, que é frágil, a forma do trabalho pedagógico está frágil, o professor precisa de apoio e a escola precisa apoiar. Quero dizer a todos os diretores que estão juntos e presentes aqui: o projeto sala de professor é para ter planejamento, para formação dos nossos profissionais que não estão diretamente na sala de aula. Que às vezes eles estão assistindo o projeto sala de professor com discussão do professor e a gente esquece da formação específica deles. Então, a escola tem que destinar um dial no locus da formação para os nossos profissionais. E os nossos Cefapros têm que ajudar nesta organização destes projetos da escola.

Essa é uma frase final: dizer que há toda uma intenção nossa, política, de que a política de formação de professores se transforme numa política de Estado, que a gente agregue isso no interior das nossas escolas, faça disso a nossa bandeira de luta junto com o sindicato, para que trocando os governos, as pessoas que estão à frente da gestão, a gente mantenha nossa política de formação. Aquela política adequada que realmente faz a diferença. Quem está na escola é quem faz o milagre e não quem vem de fora. Que a escola possa realmente ser o locus de referência, que os nossos profissionais sejam realmente respeitados e valorizados naquilo que eles precisam ser, para que de forma mais otimista com mais energia, com toda vontade que cada uma de nós temos, com olhar do nosso aluno. Que a gente saber perfeitamente, várias pesquisas no mundo mostram. Vou dizer um número que a maioria das pesquisas coincidentemente diz: a partir de 14 anos de escolaridade sai da possibilidade de ficar na linha de pobreza. E tem muita criança, adolescente, jovem em nosso país, que merecem e só tem o nosso olhar por eles. Não é que nós vamos colocar a incumbência dos nossos gestores nas costas. Nós vamos exigir da gestão pública, mas vamos fazer a política de educação de forma muito eficiente no interior das nossas escolas, para abrir portas. Nós professores abrimos portas. E, se alguém fechá-las, vamos forçar para abrir. Quem sabe é o momento de abrir a porta. Então, tem que ir construindo, às vezes, sem forçar a porta, mas persistindo que vai ter o direito de abrir a porta. Então, vamos construir o caminho para abrir a porta. A gente confia muito nisso. Eu tenho viajado o Estado inteiro e sei quantos professores fortalecidos, corajosos tem nesse Estado. Quanta gente com vontade de fazer. A gente tem um percentual pequeno de quem não tem. Fala, fala e não faz. Chora, chora, reclama, reclama e não age. Mas nos temos um grande número de que faz tudo para ver o aluno feliz, a escola produzindo. Então parabéns ao sindicato, parabéns a todos nós e a todos vocês.

** Mestre em Educação e Políticas Públicas – UFMT. Professora Área de Formação de Professores - Centro de Formação e Atualização do Professor. Orientadora de cursos ligados ao Financiamento da Educação – Avaliação Educacional, Administração Escolar, Metodologia do Ensino Superior e Professor Pesquisador. Secretária Adjunta de Políticas Educacionais da Seduc/MT*

Trabalhos expostos no XIII Congresso

"A materialização da gestão democrática: Na escola a prática é outra"
Miriam Botelho Ferreira, Tereza Leones Monteiro e Márcia de Fátima Barbosa Corrêa

"Projeto – Folclore"
Zilá Deprá Bolzan

"CME/Alta Floresta: em processo de construção da gestão democrática"
Solange dos Santos e Márcia Cristina Machado

"Reciclando com arte"
Adriana Costa Magalhães, Isaias Eugênio de Melo, Tânia Maria Fumagali e Tatiana Vieira de Carvalho

"Paisagem humanizada"
Lucineide Martins Silva

"O paradoxo entre estado, educação e gestão democrática".
Guelda Cristina de Oliveira Andrade

"Educação emancipadora e a formação do ser autônomo"
Fábio Mariani

"Avaliação dos professores sobre a política do Ideb: limites e desafios na prática pedagógica"
Maria Anunciata Fernandes

"Projeto saúde e prevenção nas escolas – SPE"
Jocilene Barbosa dos Santos

A materialização da gestão democrática: Na escola a prática é outra

Miriam Botelho Ferreira, Tereza Leones Monteiro e Márcia de Fátima Barbosa Corrêa

Introdução:

O trabalho destaca parte da pesquisa em andamento no Curso de Mestrado do Instituto de Educação da UFMT e busca compreender a construção histórica da gestão democrática na escola pública, tomando por objeto de análise a percepção dos professores acerca do envolvimento da categoria com os mecanismos democráticos, durante o processo de elaboração da lei, bem como as ações decorrentes de sua materialização no cotidiano da escola.

Metodologia:

A metodologia adotada é de natureza qualitativa. A coleta de dados prioriza, além da análise documental, o uso de questionários e entrevistas e a observação participante com um grupo focal, composto por 12 professores da Escola Governador Pedro Pedrossian, Rosário Oeste, MT.

Análise e resultados:

A análise dos dados obtidos junto ao grupo focal entre de julho e dezembro de 2007, demonstraram que os professores, principalmente os que estão ingressando na educação:

1. Conhecem muito pouco a legislação que orienta a gestão democrática,

2. Têm pouco envolvimento com os mecanismos democráticos na escola

3. Para eles a gestão democrática é vista como "gerenciamento empresarial" para melhorar o funcionamento da escola

4. Que representam mais 60% dos professores presentes na escola, contingente que se repete quando verificado o quadro geral de professores no Estado Mato Grosso.

Conclusão:

A constatação de que o fazer político e pedagógico da escola estejam sendo conduzidos mais por uma concepção empresarial de gestão democrática e que essa postura é assumida pela maioria dos professores que estão ingressando na educação, sendo restrita a participação destes nos espaços de decisão coletiva na escola. Por fim, que este contingente esteja hoje em maior número na escola e na educação de Mato Grosso, fica aqui a preocupação com enredo desenhado para o futuro da gestão democrática na educação pública no Estado.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Brasília, 1996

CHAUÍ, M. de S. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1997.

DEMO, P. Participação é conquista. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 2001

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes Educacionais: Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1998. 154 p.

OLIVEIRA, D. A. (org.) Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.

Projeto – Folclore

Zilá Deprá Bolzan

Finalidade

Este projeto foi uma demonstração aos alunos para que os mesmos através de leitura e pesquisa pudessem entender o nosso folclore e fazer parte dele.

Folclore é uma palavra de origem inglesa cujo significado é "conhecimento popular".

Para a realização de tal projeto, objetivos foram traçados, entre eles, proporcionar através da pesquisa conhecimentos folclóricos de cada região, estimular e desenvolver nos alunos a imaginação e criação, desenvolver o hábito de pesquisa, valorizar a cultura popular e incentivar o gosto pela leitura, pois este tema é um trabalho interdisciplinar onde envolve diversas áreas de conhecimento, utilizando temas transversais ao estudar as diversas regiões do nosso país e suas diversidades.

Folclore: conceitos e significados.

Folclore: conjunto das tradições, conhecimentos ou crenças populares, expressas em provérbios, contos ou canções como as de ninar, cantigas de roda, brincadeiras, jogos, mitos, lendas, superstições, artes, hábitos, utensílios, enfeites sendo estas passadas de pais para filhos. É ainda, tudo o que simboliza os hábi-

tos do povo, que foram conservados através do tempo, como conhecimento passado de geração em geração. É também uma forma de manifestação cultural de um povo. Seus autores são sempre desconhecidos.

No Brasil, o folclore recebeu influência dos índios e dos que vieram depois como os negros e brancos.

Desde 1965, temos no Brasil um dia oficial para comemorarmos as nossas tradições folclóricas: dia 22 de Agosto.

Folclore é cultura e quem estuda as tradições folclóricas de um povo, estuda a sua história.

Conhecendo o folclore, nos possibilitamos a descoberta de valores - o conhecimento popular - e este é um meio que nos leva a compreender o mundo. Cada região do país tem sua tradição folclórica.

As manifestações da cultura de um povo, seja através de suas lendas, da sua alimentação, do seu artesanato, das suas vestimentas e de muitos de seus hábitos são repassados de uma geração para a posteridade.

As canções de ninar, as cantigas de roda, as brincadeiras e jogos e também os mitos e lendas que aprendemos quando criança são parte do folclore que nos ensinam em casa ou na escola.

Percebemos a presença folclórica, nas mais diversas formas, embora nem todas as vezes, percebamos sua importância. O folclore está presente, por exemplo, em frases de pára-choque e remédios caseiros além de receitas típicas de cada região;

Levar as crianças, desde cedo a compreender a existência e importância de questões tradicionais, se faz necessário, pois basta lembrarmos que são elas as alavancas do País.

Tamanha importância, quando lembramos de Luis da Câmara Cascudo, Jerusa Pires Ferreira, Veríssimo de Melo, citados aqui alguns dos estudiosos consagrados que tiveram como objeto de estudo, o folclore, como também Monteiro Lobato que por meio das suas obras ajudou a propagar lendas e mitos no Brasil.

Dentro das teorias folclóricas, podemos destacar itens como:

Parlenda: que são rimas infantis de cinco ou seis sílabas, para divertir, ajudar a memorizar ou escolher quem fará tal ou qual brincadeira.

Artesanato: é uma expressão através da arte com as mãos, da habilidade manual e da criatividade, originando peças de barro, palha, tecido, couro, papel, fibras, areia e materiais diversos.

Brinquedos: são usados para compor o imaginário infantil, são parte da expressão da infância e transmitidos por gerações.

Literatura de cordel: é típica da região Nordeste. É um gênero da poesia narrativa popular. O poeta popular é representante do povo, sendo o mesmo, editor e vendedor de suas histórias, que são penduradas num acordo, como o cordão de varal.

Festas populares: comemorações do povo que incluem tradições culturais e ritos religiosos, como vestimenta e culinária típica, entre elas, podem ser citadas: Festa Junina, Folia de Reis, Festa do Divino, Devoção, Romeiros, carnaval.

Folclore também trabalha a discriminação, o poder, a justiça, o abandono, como podemos detectar em histórias como do Negrinho do Pastoreio.

Ou como na história do Boto cor-de-rosa, onde podemos analisar que a caça predatória desse animal acontece para a fabricação de poções afrodisíacas e amuletos, podendo ser trabalhado o meio ambiente, a conscientização e a extinção.

Em outras, podemos analisar a luta de classes, valorização do ser vivo, o trabalho, ou outras análises que podem ser feitas.

Ao estudar o folclore, não estamos estudando simplesmente o comportamento de indivíduos de uma geração passada, ou somente resgatando informações, mas estamos trazendo à tona na memória a importância de mantermos um vínculo estreito com nossas raízes, de maneira a deixar-nos perpetuar como nossas tradições, que, como podemos constatar, hoje acontece o desmerecimento de nossa cultura frente à alta tecnologia atuante.

CME/Alta Floresta: em processo de construção da gestão democrática

Solange dos Santos e Márcia Cristina Machado

O processo de redemocratização do país iniciado na década de 1980 traz em sua pauta de discussão a criação de conselhos que em sua constituição contemplem a participação da sociedade civil, com a perspectiva de que se configurem mecanismos para a democratização do estado. Incluem-se neste campo os Conselhos Municipais de Educação. A atuação qualificada do Conselho Municipal de Educação demanda de que os conselheiros tenham clara compreensão de que o desempenho de seu papel pode contribuir com a ampliação da cidadania dos sujeitos políticos cujos direitos se propõem a defender.

De acordo com os dados do Sistema de Informação dos Conselhos Escolares - SICME (2005), dos 139 municípios de Mato Grosso, 28 possuem lei que cria o Conselho Municipal de Educação e em apenas 22 há lei que cria o Sistema Municipal de Educação. Neste contexto se insere o Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta CME/AF, que tem seu marco inicial no ano de 2007, dado pela Lei Municipal nº1572/2007 de autoria do Executivo Municipal, a qual traz também em seu bojo a criação do Sistema Municipal de Ensino e a integração do conselho do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) como câmara do CME/AF.

Desta forma, o presente trabalho objetiva apresentar a composição do CME/AF e os desafios empreendidos por este Conselho. O período de realização da pesquisa compreende outubro de 2007 a abril de 2008, cujos dados foram levantados através de análise documental e observação participativa. A Lei Municipal nº1572/2007 foi reeditada através da Lei 1581/2007 tendo como objetivo o acréscimo do número de conselheiros. A nomeação dos primeiros membros deste conselho ocorreu através dos decretos nº 2603/2007 e 2613/2007.

No que concerne ao número de conselheiros, o CME/AF, em seus primórdios, apresentou o número de 40 (quarenta) conselheiros titulares e 40 (quarenta) suplentes, sendo 23 (vinte e três) representantes da sociedade civil e 17 (dezessete) do poder público, podendo-se caracterizar como um "mega-conselho", o qual agrega duas câmaras: a Câmara de Educação Básica e a Câmara de Financiamento, anteriormente denominada Conselho do FUNDEB. Uma das alterações necessárias na lei e no regimento interno do CME/AF refere-se à redução do número de conselheiros, uma vez que nesta configuração há repetição de representatividade de um mesmo segmento.

A reestruturação foi compreendida como necessária por parte dos conselheiros e o encaminhamento deliberado em reunião do Conselho Pleno. No campo da formação, duas ações foram empreendidas pelo CME/AF: a) realização de uma agenda de trabalho da presidência do Conselho, da secretária executiva e dos presidentes das câmaras no Conselho Municipal de Educação de Cuiabá e no Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso com vistas a conhecer "in loco" experiências bem sucedidas e compartilhar saberes e; b) capacitação destinada a todos os conselheiros realizada no mês de abril de 2008, a qual contou com a presença do presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e da secretária executiva do Conselho Municipal de educação de Cuiabá. No que concerne às funções do CME/AF, em lei, o mesmo apresenta função deliberativa, normativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora.

Porém, suas ações iniciais estão mais concentradas na ação fiscalizadora, desenvolvida principalmente pela Câmara de Financiamento, cujos membros se reúnem mensalmente pelo menos duas vezes, para averiguarem as folhas de pagamento dos servidores mensalmente, os recursos empenhados e pagos, a contrapartida do município para a educação, dentre outros. O CME/AF tem sido rotineiramente convidado a assessorar a Secretaria Municipal de Educação em suas Ações, o que denota o caráter consultivo do conselho.

Não obstante, o conselho tem recebido denúncias de membros da sociedade civil para registrar a má aplicação do recurso público ou descumprimento de leis, sendo casos desta natureza encaminhados aos responsáveis para a regularização dos problemas apontados. Em suma, pelo curto prazo de existência, pode-se considerar que tem havido um desdobramento da maioria dos conselheiros para que o CME/AF venha a se constituir de fato em órgão articulador, capaz de garantir a prestação de um serviço de educação público qualitativo e democrático.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Educação; Sistema Municipal de Educação; Gestão Democrática.

* **Solange dos Santos** é pedagoga; Mestre em Educação e Movimentos Sociais pelo IE/UFMT; Professora da Rede municipal e Estadual de Educação de Alta Floresta; Presidente do CME/AF; integrante do grupo social "Guardiões da Cidadania" de Alta Floresta-MT. **Márcia Cristina Machado** é bióloga; Mestre em Ecologia e Conservação da Biodiversidade pelo IB/UFMT; Secretária Executiva do Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta-MT.

Reciclando com arte

Adriana Costa Magalhães, Isaias Eugênio de Melo, Tânia Maria Fumagali e Tatiana Vieira de Carvalho

1. Identificação:

Escola Estadual Profª. Edeli Mantovani.

1.1 Equipe de elaboração e execução do projeto:

Profª. Adriana Costa Magalhães (3ª ciclo), Profª. Isaias Eugênio de Melo (3°ciclo), Profª. Tânia Maria Fumagali (3° ciclo e Ensino Médio) e Profª. Tatiana Vieira de Carvalho (3° ciclo)

2. Justificativa do projeto: "Reciclando com arte"

Sabendo que a escola possui um papel importante na vida social da criança, pois a educação escolar afirma-se como prática social, onde os professores devem estar sempre proporcionando uma aprendizagem atualizada e diferenciada das metodologias utilizadas em sala de aula, sendo esta uma oportunidade para que os alunos aprendam algo que não tenham em outro lugar. Por isto o projeto visa o desenvolvimento intelectual e melhor entendimento da criança na relação com seu grupo de convívio e cultura.

A fim de atender e adequar o programa de trabalho desenvolveremos este projeto "Reciclando com arte" como proposta interdisciplinar, onde estaremos atendendo aos alunos do 1°, 2°, 3ª ciclo e ensino médio do período vespertino, desenvolvendo atividades práticas e lúdicas que proporcione o estímulo motor, visual, a socialização, sensibilizando-os para a valorização e preservação do meio ambiente, utilizando técnicas ecologicamente corretas, pois somos sabedores que a questão ambiental é um dos assuntos que tem atraído a atenção das pessoas, pela valorização que se dá a qualidade de vida e pela percepção de que a consciência do descaso com o meio ambiente tem conduzido a situações críticas para a própria sobrevivência da humanidade.

3. Seção do problema

Consciente da ociosidade destes alunos no período das 17:00 as 17:40 (espera pelo transporte escolar), nos propomos a executar este projeto visando a utilizar este tempo vago dos alunos para que não haja problemas de ordem disciplinar entre os mesmos e contra o patrimônio público escolar.

4. Solução do problema

Durante o período das 17:00 as 17:40 nos propomos a executar este projeto visando a utilizar este tempo vago dos alunos proporcionando aos alunos ampliar seus conhecimentos acerca da utilização de matérias recicláveis encontrados no ambiente escolar , na natureza e outros.

Este projeto "Reciclando com arte" têm como proposta interdisciplinar desenvolver técnicas práticas e lúdicas que proporcione aos alunos o estímulo motor, visual e a socialização entre professor, aluno e comunidade, valorizando e sensibilizando as ações de preservação do meio ambiente para uma melhor qualidade de vida conscientizando-os a situações que envolvam o próprio ambiente em que vivem.

5. Objetivo geral:

Desenvolver ações em que ocupam o tempo ocioso dos alunos, proporcionando aprendizagem por meio do "Projeto Reciclando com Arte".

5.1 Objetivo específico:

- Visa despertar a comunidade escolar para a importância da preservação do meio ambiente;
- Ampliar os conhecimentos no manuseio de materiais recicláveis de maneira lúdica; e
- Despertar a criatividade de elaborar diferentes técnicas.

Paisagem humanizada

Lucineide Martins Silva

Tipo de atividade:

Educativa e ambiental

Unidade executora:

Escola Municipal Selvino Damian Prevê - Santa Carmem - MT

Séries atendias pelo projeto:

5ª a 8ª série

Coordenadora do projeto:

Lucineide Martins Silva

Justificativa:

Nesse trabalho por projeto cujo tema foi "Paisagem Humanizada" , a principal função desse tema é que contribua para a formação de cidadãos conscientes aptos a decidir e atuar criticamente na realidade sócio ambiental de um modo responsável comprometido com a vida, com o bem -estar de cada ser

e da sociedade local e global. Faz-se necessário entendermos que o contexto do momento é um resultado histórico, da relação do homem com o meio ambiente, da exploração do espaço, da cultura, que é compreendida enquanto passada de geração a geração e resignificada por quem vem a usar.

Que a ação educar na ação, seja meio de não mudar comportamento, mas sim transformar pensamento e a perspectiva ambiental deve levar os alunos a reflexão sobre os problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e do planeta, da biosfera. Para garantir a qualidade de vida da população, há necessidade de nos questionarmos como está sendo a nossa relação com o meio ambiente? É preciso mais ação de como se cuida e de como se mantém um patrimônio natural para garantir a sobrevivência da espécie, a biodiversidade conservar saudável os recursos naturais.

Compreensão esta que nos levam os três eixos centrais: a de meio ambiente, a de sustentabilidade e a diversidade. Daí deve se avaliar continuamente os impactos causados, pois as ações educativas ambientais objetivam proporcionar ao individuo a percepção das interações entre os aspectos físicos, econômicos, socioculturais e político que compõem toda uma rede de relação homem/meio. Pretendemos com esse projeto proporcionar várias reflexões que permeiam em torno de atitudes, ações sobre a preservação do nosso meio ambiente.

Objetivos:

Sensibilizar alunos e comunidade escolar sobre a importância e a necessidade de preservar recursos naturais e assim contribuir para uma possível mudança de postura de meio ambiente, ameaçado pela ação descabível de muita falta de consideração, de negligência que o homem vem se relacionando com a natureza de modo geral.

Metodologia:

- Conversação, gravuras
- Músicas (Planeta água)
- Textos com temática (meio ambiente)
- Leitura (pelo professor)
- Leitura coletiva
- Leitura compartilhada
- Trabalhando sobre os autores
- Trabalhando sobre a estrutura dos textos
- Caracterização de borboleta. Flor (girassol) representando o meio ambiente
- Canto e dança ao som da música (planeta água)
- Caracterização do sol e da lua (meio ambiente)

O paradoxo entre estado, educação e gestão democrática

Guelda Cristina de Oliveira Andrade

De acordo com o dicionário O GLOBO, o conceito de democracia é: "Forma de governo em que a soberania é exercida pelo povo" (GLOBO; 2001.p. 67). Desse ângulo, pode-se afirmar que o poder é do povo. Essa afirmação pode ser uma inverdade, de acordo com a concepção de Foucault. Para Foucault (1996), "Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que poder é algo que se exerce; que se efetua; que funciona".

Segundo Rosenfield o sinônimo de democracia, no sentido etimológico da palavra é "governo da maioria". A primeira aproximação do fenômeno político é definida, pela quantidade, ou seja, é preciso lembrar da democracia na Grécia antiga especificamente com Heródoto, que é uma "forma de governo" entre a aristocracia "governo de alguns" e a monarquia "governo de apenas um". Então a democracia surge na Grécia, em meio a estas duas formas de se governar, ou forma de organização da cidade com suas culturas e valores.

Para atingir o objetivo desejado, "a democracia", foi preciso que houvesse uma ância, um desejo ideológico pela mudança. A mudança só acontece a partir de uma crise, quando se vivencia a crise, se está a caminho da mudança "... a realização do projeto modernizador exige uma população que acredite em sua utopia e disponha de agentes modernizadores, capazes de empolgar a maioria em torno de suas propostas". (BUARQUE; 1991. pág. 39) É necessário, despertar em cada cidadão o senso de responsabilidade e comprometimento com uma sociedade mais justa e igualitária, com o intuito de atingirmos o ápice do problema que é a falta de consolidação dessa "democracia" tão desejada. Na concepção de ROSENFIELD (1998) boas leis não são dadas, mas nascem de uma convenção humana produzida pela atividade pública dos cidadãos. (p. 9)

Grosso modo, Althusser (1983) afirma que os clássicos do marxismo definem o Estado como, nada mais do que um aparelho de Estado, não apenas no sentido estrito, enquanto necessidade do jurídico (tribunais, política, prisões)

exercer sua função, mas definir o Estado enquanto "força a serviço da classe dominante". Assim, o Estado funciona como forma de "lapidação" do ser humano.

Existem inúmeros paradoxos, dentro do Estado, e um deles é o discurso de "primar pela qualidade do ensino público", pois, afirmando qualidade, esse mesmo Estado, lança normativa determinando um número de alunos por turma, que extrapola o limite de "qualidade de ensino". Não podemos esquecer que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) é clara: **Art. 2º** _ A educação, dever do Estado e da família, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CURY; 2003. p. 39) Está bem claro, que a educação é dever do estado e da família, para que os mesmos possam garantir um futuro de qualidade ao cidadão. De acordo com a realidade das escolas públicas, o Estado, apesar do "empenho", não tem atendido à demanda de forma a satisfazer e/ou atender a sociedade.

A LDB, afirma que o educando ao término da Educação Básica, terá como finalidade alcançar o seguinte:

"**Art. 35. Inciso III**. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico". (CURY; 2003, p. 81). É possível dizer que a escola com sua atual função e falta de preparo para lidar com o mundo moderno, não corresponde à exigência da legislação. E podemos ir além, afirmando que esse problema se configura também, na ausência do exercício democrático dentro da escola, a problemática não é discutida efetivamente no cotidiano escolar com sua comunidade.

Para que a escola cumpra seu real papel, é necessário que o Estado repense o currículo, ou seja, a formação do educando. A formação recebida, não desperta a criticidade do mesmo, pelo contrário, silencia o indivíduo, não o leva à discussão e à crítica do trabalho desenvolvido, do qual, ele também é ator. Giroux e McLaren (1994), afirmam que o currículo e o conhecimento devem ser utilizados como instrumento de libertação, de emancipação do indivíduo.

O aluno, é um sujeito em construção, constituído de linguagem, de desejos, de idéias, de posicionamentos, movimentos, e é dando voz a esse conjunto de fatores, que esse sujeito irá se determinar enquanto crítico, autônomo, dono do seu próprio "eu". É a partir da linguagem, que o aluno vai construir sua biografia, sua história pessoal, (...) assim como legitimar e confiar a própria existência no mundo. "Logo, calar a voz de um aluno é destituí-lo de poder". (GIROUX, McLAREN; 1994. p.43)

A comunidade escolar, precisa estar cada vez mais unida e atenta para que a retroação não aconteça. É preciso que se tenha a visão do todo e não das partes isoladas, é necessário ter um olhar homogêneo da instituição escola. Assim os resultados possivelmente serão positivos e favoráveis à educação. Para que a escola se fortaleça, e consolide a democracia, é imprescindível que haja o envolvimento da comunidade no movimento democrático, e levar esse movimento a todas as camadas da sociedade.

O sucesso da escola depende de toda a instituição, perpassando a liderança organizacional compartilhada, a participação coletiva, o nível de compromisso e responsabilidade dos profissionais da educação, entre outros aspectos que são determinantes para a qualidade da educação. Assim, na concepção de Foucault (1996), o poder não está precisamente no Estado, em apenas um lugar, ou em alguém, o poder é movimento, está circulando pelas camadas sociais. "O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada nem ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras". (FOUCAULT; 1996, p. XIV)

Althusser (1985) afirma que o aparelho ideológico do Estado dominante nas formações capitalistas, é o aparelho ideológico escolar. Mas todos os aparelhos ideológicos do Estado caminham para o mesmo resultado, a reprodução das relações de produção, a saber, as relações de exploração capitalista. Para o autor, o que rege essa dominação, é o poder da classe dominante. Foucault (2001) afirma que a escola é o aparelho de maior poder de dominação, mesmo que seja silenciosa, é eficaz. As crianças vão à escola, numa determinada idade em, que lhes são implantados saberes práticos da ideologia, que vão sendo trabalhados silenciosamente. Assim vão sendo moldadas, da forma que é conveniente ao Estado, e a família não percebe que nossas crianças já estão sendo lapidadas, desde a pré-escola. "A escola é o local em que o sujeito permanece mais tempo durante o dia, mais tempo durante a semana e durante mais tempo de sua vida. No panotismo a vigilância sobre os indivíduos se exerce não do que se faz, mas do que se é; não do que se faz, mas do que se pode fazer". (FOUCALT; 2001, p. 104)

A forma que está sendo conduzido o processo educacional, reduz os educandos à obediência, de normas e regras impostas pela forma de exercício do "poder". Os alunos saem do Ensino Médio para

atender a demanda de trabalho da sociedade, na qual possivelmente não terão autonomia para intervir nas decisões à sua volta. Um dos fatores desse descompasso, é que a sociedade sempre está além da educação, quando deveria ser ao contrário, a escola, está a frente da sociedade, preparada para lidar, com toda diversidade existente. O processo de gestão democrática poderia funcionar como peça fundamental para reverter parte do quadro caótico que encontramos na educação, mas infelizmente, o que estamos vivendo no momento, no interior da maioria das unidades escolares é um verdadeiro marasmo, podemos afirmar que não há consolidação do processo democrático no espaço escolar pela ausência de algumas práticas como:

1- O conhecimento da Lei 7.040 que legitima a Gestão Democrática;

2- A falta de envolvimento e percepção, da comunidade escolar como parte fundamental no processo democrático;

3- A Gestão Democrática não ser percebida e/ou interpretada, enquanto conquista da categoria.

É de fundamental importância lembrar que, a escola não é uma empresa, que visa lucro, produção, que funciona no modelo de máquina. A escola é composta por atores (alunos, pais, professores e funcionários) dotados de potencial humano, que possibilitam a legitimação da instituição. E esses atores que compõem a instituição escola, necessitam notavelmente de redefinir, refletir, rever alguns conceitos, principalmente sobre como usar o potencial humano que possuem, "é necessário que o homem descubra o próprio homem no espaço e o tempo que está vivendo", com o intuito de fortalecer o "Sistema Democrático" e abrir uma nova fase no desenvolvimento econômico e social desse país.

* Téc. Adm. Educacional – E.E. São José de Pontes e Lacerda.

Referências bibliográficas

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. __Coleção primeiros passos.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1989.

BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade brasileira:** e uma proposta alternativa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CURY, Carlos R. Jamil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**__ 9.394/96. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

EDUCAÇÃO, Secretaria de Estado. **Diretrizes educacionais**. Central de texto. Cuiabá: 1998.

ESPÍNDOLA, Ana Lúcia. GHIRALDELLO, **História da Educação:** em três momentos da Historia do Brasil: Período Colonial, Período Republicano e Primeira República. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006.

FERNANDES, Francisco. **O Globo**. São Paulo: Globo S. A, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graau, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola Estado e sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1986.

GIROUX, Henry A. McLAREN, Peter. Formação do professor como uma contra - esfera pública: A pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: Moreira, A. Flávio; Silva Tomaz Tadeu orgs. **Currículo Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

HUBERMAN, Leo. **Historia da riqueza do homem**. 21ª ed. Rio de Janeiro, Revista, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** Teoria e Prática. 3ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MARTINS, Ângela Maria. **Autonomia da escola**: a (ex) tensão do tema nas políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil:** contos e descontos. Ceilândia - DF: Idéia , 1997.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade:** os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSENFIELD, Denis L. **O que é democracia**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. __ Coleção primeiros passos.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 39ª ed. Campinas: Autores Associados, 1983.

Educação emancipadora e a formação do ser autônomo

Fábio Mariani (Mestrando PPGE/UFMT) e Ademar de Lima Carvalho (Orientador PPGE/IE/UFMT)

O presente trabalho se situa dentro de uma proposta de projeto de pesquisa de mestrado em andamento na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e pretende discutir a problemática de uma educação pública de qualidade. As discussões em

torno de padrões de qualidade para a educação embalam o cenário educacional mundial. A luta pela garantia do acesso de todos à educação continua sendo uma bandeira defendida por educadores comprometidos com a construção de uma sociedade de relações mais justas. No entanto, não se trata de apenas garantir o acesso à educação, mas de que este acesso aconteça dentro de um referencial mínimo de qualidade. Dessa forma, a constituição de uma proposta de educação e prática pedagógica que melhor atenda a critérios de qualidade social, visando a promoção da aprendizagem significativa do estudante situado no contexto das contradições sociais que perpassa o momento histórico tem se revelado um grande desafio para a educação na atualidade.

Dentro desta perspectiva os embates sobre a função social a ser desempenhada pela escola, ganham destaque nas discussões acerca das políticas educacionais, dos currículos, das concepções e práticas pedagógicas e da formação de professores. Coloca-se como questão fundamental se a escola, entendida como espaço dinâmico de construção histórica do saber, em sua função social, deveria privilegiar as necessidades e os interesses do mercado, dando ênfase aos aspectos técnicos de formação profissional, ou deveria dedicar atenção à formação para a cidadania democrática ressaltando os aspectos de uma formação humana libertadora e autônoma.

A tradição educacional em que se estruturam as concepções e práticas pedagógicas em nosso país está calcada, em grande parte, em um modelo de escola que se construiu segundo os princípios ideológicos da burguesia, da lógica de mercado e da formação profissional. A educação nesta perspectiva, acaba por servir como mecanismo de ajuste e adequação das pessoas às demandas do processo de produção capitalista. Nesta visão, o ser humano passa a ser compreendido como um produto manipulável de acordo com as exigências da produção de capital, transformando-se num mero receptor de conhecimento fragmentado, necessário simplesmente para uma possível inserção no mercado, sem o devido conhecimento do mundo do trabalho e o papel do conhecimento filosófico, científico como foco primordial para transformação do mundo e promoção do desenvolvimento humano. Na perspectiva da lógica do mercado a educação torna-se uma forma de estímulo à competitividade, incutindo no educando expectativas e esperanças – falsas na maioria das vezes – de acesso às demandas do capital e assim, condicionando a construção de sua própria existência a um nível de alienação e subordinação humana que o impedem de "ser mais", limita a sua liberdade e nega-lhe a condição de sujeito de sua própria história.

Motivado por este cenário educacional problemático e tomando como referencial teórico o ideário da teoria crítica, que tem como um grande expoente Paulo Freire, é que proponho uma discussão sobre a possibilidade de uma educação emancipadora capaz de contribuir para a construção do ser autônomo. Refletir sobre as concepções e práticas educativas dos professores na perspectiva de uma educação que promova a emancipação e a autonomia dos educandos é o objetivo norteador desta discussão.

Avaliação dos professores sobre a política do Ideb: limites e desafios na prática pedagógica

Maria Anunciata Fernandes (Mestrado PPGE/UFMT) e Ademar de Lima Carvalho (Orientador PPGE/UFMT)

Essa pesquisa surgiu da inquietação em compreender a política da avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), consubstanciadas as metas fixadas pelo Ministério da Educação (MEC) para a quarta série do ensino fundamental. O Ideb é uma avaliação do desempenho dos estudantes do ensino fundamental e médio, obtido nas avaliações realizadas pelo MEC a cada dois anos. A avaliação é feita pela Prova Brasil e Saeb. O cálculo do Índice da Educação Básica combina o desempenho dos alunos dos sistemas estaduais e municipais na Prova Brasil com dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

De acordo com a política pública de governo a avaliação dos resultados do IDEB é muito importante para o país, sendo preciso

prestar contas desse investimento á sociedade. O objetivo desta pesquisa é compreender a concepção dos professores sobre a política de avaliação do IDEB e sua orientação na prática pedagógica. Apontar os limites e desafios do IDEB na prática pedagógica. A metodologia utilizada é de caráter qualitativa e interpretativo, tendo como foco a narrativa dos professores, por meio de entrevistas e relatos.

Os participantes da pesquisa de estudo serão os professores da 4ª série de uma escola da rede municipal de Juara-MT. Esta pesquisa contribuirá para uma política de formação do professor na escola, relevante para que o município tenha uma política de formação.

Palavras-chave:
Avaliação; prática pedagógica; políticas públicas.

Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE

Jocilene Barbosa dos Santos

Criado no ano de 2003 a partir de uma parceria entre os Ministérios da Saúde e Educação, reformulado e ampliado em 2005, tem como objetivo central a promoção da saúde sexual e reprodutiva, visando reduzir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), à infecção pelo HIV, à AIDS e à gravidez não-planejada, por meio de ações articuladas entre as escolas e as unidades básicas de saúde com a participação da comunidade no processo

A execução do projeto é de competência do Ministério da Saúde/Secretaria de Estado de Saúde e Ministério da Educação/Secretaria de Estado de Educação devendo abranger os municípios através da integração destas secretarias de estado com as suas respectivas em âmbito municipal.

No nível federal o gerenciamento do Projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas" se estrutura na atuação do Grupo Gestor Federal; no Estado, a coordenação, monitoramento e avaliação ficam a cargo do Grupo Gestor Estadual, que dentre outras, tem como responsabilidade apoiar a constituição dos Grupos Gestores Municipais que acompanharão o desenvolvimento do projeto nos municípios.

Participação do Sintep/MT no SPE

O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) aderiu ao Projeto através da iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) que firmou compromisso junto ao Programa "Educação para Todos – AIDS BRASIL" da Internacional da Educação para a América Latina, visando à formação de dirigentes sindicais que atuarão como multiplicadores na formação de educadores para que estes possam desenvolver ações sobre a prevenção das DSTs/AIDS nas escolas da rede pública.

Após o Seminário Nacional DST/AIDS ocorrido em Brasília-DF em outubro/2007, o SINTEP-MT realizou o encontro com os dirigentes sindicais e um (01) representante de escola pública por pólo sindical, o que resultou no desenvolvimento de uma programação especial no dia 30/11/2008, antecedendo o dia Mundial de Luta contra a AIDS, com o envolvimento de doze 12 municípios, 52 escolas, cerca de 1.300 trabalhadores em educação e 13.400 alunos, liderados pelas Subsedes do SINTEP-MT que contaram ainda com o apoio das Secretarias Municipais de Saúde e Educação.

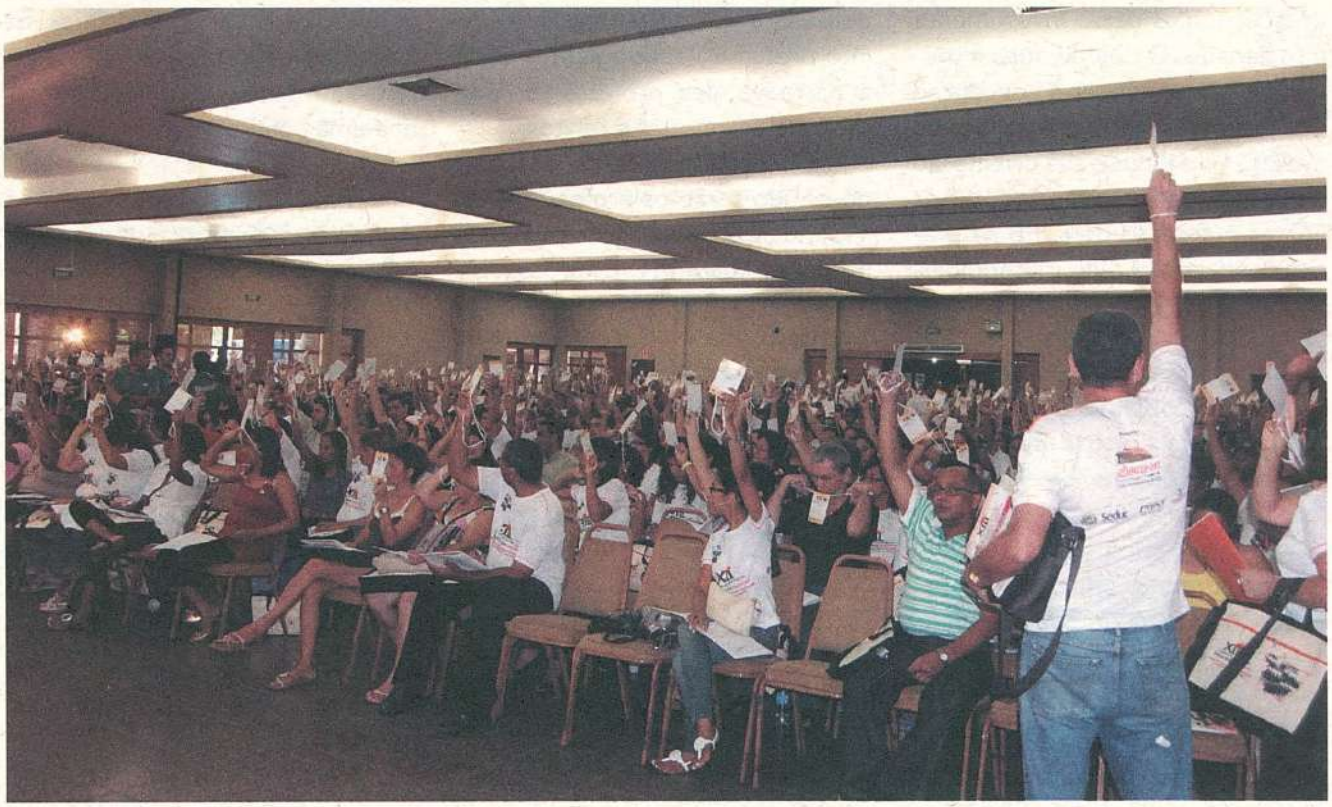
Em abril/2008 o SINTEP-MT participou do II Seminário Nacional do SPE promovido pela CNTE com o apoio dos Ministérios da Saúde e da Educação onde foi discutido o direito dos portadores do HIV.

O SINTEP-MT integra ainda o Grupo Gestor Estadual que atualmente está empenhado em obter sugestões da sociedade mato-grossense para a construção da Política Estadual do Projeto Saúde e prevenção nas Escolas.

Importância do engajamento das unidades escolares

Construir espaços de diálogo entre adolescentes, jovens, professores, profissionais da saúde e comunidade com vistas a superação das relações de vulnerabilidade às DSTs, à infecção pelo HIV e à AIDS, bem como à gravidez não-planejada.

Portanto, a condição essencial à implementação do Projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas" será a inclusão de suas diretrizes no Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares, na busca do desenvolvimento da cultura da prevenção e promoção à saúde na experiência cotidiana da escola.



Resoluções do XIII Congresso Estadual de Educação

1. CONJUNTURA

1.1-INTERNACIONAL

O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM O PLANETA TERRA?

Alterações climáticas com conseqüências desastrosas têm levado temor a todo o mundo habitado da Terra. Menos de duas décadas em que se afirmou o "fim da história", relatórios apontam para conseqüências desastrosas, caso mantenhamos o mesmo ritmo de relação depredatória para com a natureza.

O mundo vem se desenvolvendo economicamente. Países como China, Índia, Rússia, Brasil alçam vôos à condição de grandes potências emergentes na economia. Populações que antes excluídas anseiam por consumir. E a natureza dá sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento predatório adotado. Os países desenvolvidos, os que mais poluem, não assinam as convenções internacionais sobre diminuição da emissão de poluentes na natureza.

A inflação volta a ameaçar as grandes economias no mundo, afeta principalmente os preços dos alimentos.

No Haiti, a população protesta contra a alta da cesta básica. O saco de arroz dobrou de preço em uma semana. No país mais pobre da América 80% da população vive com menos de dois dólares por dia. A produção local foi destruída pela redução das taxas de importação sobre os produtos agrícolas, provocando fenômeno semelhante à guerra da tortilla no México, onde o milho subvencionado dos Estados Unidos arrasou a produção local e induziu centenas de milhares de trabalhadores rurais a migrarem para as cidades e para o país vizinho. Resultado: fome, miséria e violência afetam a maioria da população.

No mercado futuro os preços dos cereais estão subindo e são as populações pobres as mais vulneráveis à ameaça da fome. A recente Cúpula sobre Segurança Alimentar da FAO pouco avançou na solução do problema. Ao encarar o problema como uma crise conjuntural e não como um problema estrutural relacionado ao mercado auto-regulado, ela não mostrou firmeza de que será alcançado o objetivo de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas (860 milhões) que hoje sofrem fome.

Não pode ser esquecido o

impacto do aumento do preço do petróleo. Por um lado, seus derivados – os adubos químicos e defensivos hoje praticamente indispensáveis nas monoculturas – elevaram às alturas os custos de produção. Por outro lado, isso incentivou a procura por agrocombustíveis. Os Estados Unidos, que produzem 40% do milho mundial e representam praticamente 50% das exportações mundiais, dominam o mercado. Ora, o uso do milho para fabricar etanol afeta seu preço bem como o preço da soja como alternativa para alimentar o gado. No Brasil, as terras ocupadas por cereais ou pelo gado cedem espaço para a cana-de-açúcar destinada à indústria do etanol. Não é surpresa que o gado e a soja migrem para a Amazônia e o Cerrado, onde "árvore de pé vale menos que árvore no chão".

A questão do aumento dos preços dos alimentos em nível mundial e o conseqüente impacto no aumento da fome no mundo apontam para o esgotamento da vertente atual do capitalismo monopolista e especulativo capitaneado pelas multinacionais dos países ditos "desenvolvidos" do hemisfério norte.

Instituições como o Banco Mundial, o FMI, interventoras em nome do capitalismo especulativo em nível das sociedades ditas "em desenvolvimento" são obrigadas a reconhecer o fracasso do neoliberalismo.

A crise energética que leva o preço do barril de petróleo em nível mundial a bater recordes sucessivos por causa da conseqüente diminuição das reservas de petróleo, principalmente nos EUA, força as nações desenvolvidas a repensar sua política de desenvolvimento e suas relações comerciais entre os blocos.

Os países "pobres" quase sempre acusados pela destruição do meio ambiente são pressionados a adotar políticas recessivas e se vêem pressionados a adotar políticas de preservação do meio ambiente em função da manutenção do poderio econômico das nações mais desenvolvidas e das multinacionais.

A produção de etanol através dos produtos alimentícios (arroz e milho) nos EUA é apontada por contribuir consideravelmente com o aumento do preço dos alimentos, embora representantes dos organismos internacionais tentem colocar como causa direta do problema a produção do etanol da cana-de-açúcar, produzido no Brasil principalmente.

O conflito revela que temos outro patamar de concorrência no comércio global. A urgente busca a fontes de energia renováveis aponta para outra lógica de importância das nações, principalmente as que "estão em desenvolvimento".

A recessão americana, causada pela migração dos investimentos do mercado imobiliário para o de alimentos e a necessidade de aumentar o consumo interno poderá a médio prazo exercer fortes conseqüências na economia local (EUA) e nas economias dependentes do mercado exportador americano.

A política dos juros baixos nos EUA, como tentativa de conter a recessão favorecendo a retomada do crescimento, certamente virá acompanhada de busca de novos mercados para seus produtos, uma vez que a recessão americana, aos olhos dos consumidores locais, exige nova postura de um consumo cauteloso.

O governo conservador dos EUA já anuncia a necessidade de que se retomem as rodadas das negociações na OMC, com nova investida das multinacionais principalmente do hemisfério norte, sobre o setor de produtos e serviços dos países "em desenvolvimento".

Com a queda do dólar em nível internacional, o conseqüente acesso aos bens, produtos e serviços importados um paradoxo se instala nas economias periféricas: ao mesmo tempo que significa renovação de seu parque industrial e agregação de tecnologia significa diminuição das exportações, o que pode gerar desemprego e recessão.

A pressão pelo fim dos subsídios agrícolas nos países ricos neste novo cenário de dependências de matrizes energéticas renováveis com algum sucesso como no caso do Brasil, certamente virá acompanhada de propostas de abertura do nosso mercado aos produtos e serviços desses países.

As conseqüências são previsíveis, países como o Brasil, serão obrigados a redefinir suas políticas de estado (exemplo da saúde, educação) em função das empresas internacionais, oferecendo garantia para sua ânsia de lucro.

Na América Latina, em especial na América do Sul, as eleições de governos alinhados de centro-esquerda, com exceção da Colômbia e Peru, atuam no sentido de conter momentaneamente a onda neoliberal e estabelecer novos marcos na economia que apontam ainda que fragilmente para a soberania dos povos. A tentativa de fortalecer o MERCOSUL é a única saída para um desenvolvimento regional capaz de inserir nossos países no comércio Global com alguma condição de disputa de mercado.

Ainda na América Latina o curso dos acontecimentos políticos representados pela vitória de Lula no Brasil, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Michelle Bachele no Chile, Nestor Kichner na Argentina, levaram a uma virada e propuseram um freio nas discussões sobre a Alca

e nas privatizações, impuseram uma nova agenda na tentativa de fortalecer o MERCOSUL na busca de um desenvolvimento regional impondo uma derrota ao projeto norte americano

Entretanto, nossa dependência da economia americana e a submissão de países como a Colômbia aos EUA, apontam que o CONSERVADORISMO POLÍTICO E ECONÔMICO sempre está à espreita e tenta constantemente ditar as regras.

Caso os governos de centro-esquerda não logrem resultados satisfatórios nas suas políticas econômicas e sociais, estaremos à mercê dos governos de direita. Será então, a retomada das políticas neoliberais, agora com a privatização total do comércio e dos serviços. Podemos afirmar que a adoção das políticas neoliberais como, por exemplo, a adoção do "Estado Mínimo" desde os anos 70 começando pelo Chile e sendo aplicada de forma sorrateira pela elite conservadora no Brasil capitaneada pelo Aliança PSDB-PFL, atuou como a grande preparadora para a abertura no nosso mercado às empresas de comércios e serviços das nações desenvolvidas.

Os organismos multiliberais estão e sempre estiveram empenhados neste movimento de fortalecimento de mercado. Caberá aos governos locais, o enfrentamento da situação. Como? Somente a classe trabalhadora organizada saberá e poderá responder.

1.2-CONJUNTURA NACIONAL

1. O Brasil está no olho do furacão da crise dos preços dos alimentos. Por possuir extensas áreas de terras cultiváveis, por ter clima adequado à produção, por possuir tecnologia em energias renováveis (Biocombustíveis), tem participação paradoxal no processo.

2. Ao mesmo tempo em que é tido como um grande produtor de biocombustíveis com reais condições de exportação, capaz de oferecer uma alternativa diante da crise dos preços do petróleo em nível mundial, é acusado pelas nações desenvolvidas de destruição do meio ambiente e as mesmas nações desenvolvidas elevam as tarifas de importação como forma de impedir a produção e a importação desses produtos.

3. Este cenário tem que ser desvelado, porque o mesmo encobre realidades gritantes e urgentes.

No Brasil, a produção dos bioscombustíveis ainda não representa perigo maior à produção de alimentos, uma vez que os alimentos que chegam à mesa dos brasileiros não são produzidos pelos grandes fazendeiros. Principalmente as culturas que apresentam maior risco à produtividade em função das variáveis climáticas e outras, são produzidos por pequenos e médios produtores, o que poderá não representar grandes riscos à manutenção dos estoques de alimentos no País.

4. Entretanto, o risco existe, no sentido de que se não forem adotadas políticas de Estado para financiamento da agricultura familiar e uma reorientação na produção de forma a estabelecer produção e estoque regulador fora do eixo sul-sudeste, por exemplo, corremos o risco de que as terras que hoje produzem alimentos sejam voltadas para a produção de biocombustiveis e aí sim sofreremos com altos preços dos alimentos.

5 .Nesse caso é preocupante a lentidão do País na realização da Reforma Agrária, na adoção de políticas para manutenção no campo dos pequenos agricultores, dos assentados com condições para produzir alimentos. Chama a atenção o volume de recursos destinados em 2008 ao agronegócio: 75 bilhões contra 13 bilhões para a agricultura familiar.

6 .Temos que reconhecer que houve avanços na Agricultura Familiar. Se considerados os recursos aplicados durante o governo FHC, saímos de 2 bilhões em 2002 para 13 bilhões em 2008. Entretanto, considerando a necessidade de Políticas de Segurança Alimentar e sendo a Agricultura Familiar responsável por pelo menos 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa, em cinco anos, os recursos são poucos.

7. O cenário atual é de constantes tentativas da direita de criar as condições para desgastar o Governo Lula e impor um estado de confusão e de desconfiança nacional.

8. A mídia continua sendo fiel escudeira dos projetos da elite nacional. As mensagens são claras: combater as políticas de estado em favor da maioria e manter os privilégios da minoria que chamamos de elite que como bem definiu o Professor Júlio Cezar Martins Viana, contrariando o conceito de elite como aquilo de melhor se produz, e levando em conta que aquilo que se chama de elite no Brasil, jamais defendeu um projeto social para a maioria da população no Brasil, o que chamamos de elite é, na verdade, o que de pior esse sistema capitalista produziu no Brasil.

9. Assim, os arautos da comunicação estufam o peito para anunciar que o governo está gastando demais, que o governo Lula vive de aumentar impostos. Inventaram até o impostômetro para esconder a perversa realidade da sonegação de impostos no Brasil. Como afirma o Professor João Felício (Dirigente Nacional da CUT), essa "elite desavergonhada", que ao longo de 502 anos entregou nossas riquezas aos colonizadores, quando afetada nos seus interesses imediatos cobram

veementemente a ação do Estado. Entretanto, quando se trata de equipar o Estado com infra-estrutura e servidores públicos para atender à maioria da população, utilizam a mídia para propagar que o governo gasta demais e vive de aumentar impostos.

O Brasil possui, realmente, uma carga tributária muito elevada, principalmente se comparada ao com o piso salarial que oferece aos trabalhadores, superando países como a Inglaterra, mas oferecendo serviços precários em setores básicos como a infra-estrutura rodoviária, saúde e educação. Esses tributos são cobrados religiosamente de trabalhadores honestos e com salários baixos, enquanto alguns grandes empresários são isentos dessa responsabilidade, sem mencionar aqueles que fazem da sonegação uma prática constante e para quem a justiça veda literalmente os olhos. Ações da policia federal são realizadas e divulgadas, porém as leis atuais são injustas, sendo de extrema urgência a reelaboração do Código Penal, que já caduca há anos e encontra-se atualmente em estado mais critico, tendo como reflexo a banalização da corrupção

10.Reafirmamos que este cenário é o de disputa de projetos de nação que se instalou na Brasil desde a posse do Presidente Lula em 2003. Exemplo claro dessa disputa é a luta para aprovação do novo imposto para a saúde (uma versão mais amena da CPMF). Com uma irrisória alíquota de contribuição de 0,1% , que em termos de recursos é quase nada ante o valor anteriormente cobrado(0,38%), a direita reacionária e conservadora reage violentamente. Reage porque sabe que a nova contribuição (CSS) para além de ser mais 12 bilhões de recursos para a saúde, é um poderoso instrumento de impedimento de sonegação de tributos que o Governo Lula terá em suas mãos.

11. A direita teme a aprovação da CSS, porque sabe do que o governo será capaz de fazer com aqueles que sonegam impostos. Para essa "elite desavergonhada", que nunca aceitou pagar impostos, será um duro golpe, avançarmos, por exemplo, numa legislação que ampare as ações da Polícia Federal no combate à sonegação, que estamos assistindo e como jamais se viu na história. Com certeza não vai aceitar facilmente a aprovação dessa contribuição.

12. O anúncio do crescimento do PIB a 5,8%, aliado aos índices anteriores desde 2003, recoloca o Brasil numa condição estável de crescimento. Em cinco anos, já são mais de 6 milhões de empregos diretos com carteira assinada. Condições que geram conseqüências fundamentais para o crescimento da economia por estabelecer um círculo virtuoso de consumo – produção com geração de empregos e aumento do poder de compra – que gera distribuição de renda – que gera consumo...). Neste sentido, o anúncio do PAC foi fundamental para impor ao País uma agenda de desenvolvimento principalmente em infra-estrutura. Ação que a elite de direita foi incapaz de realizar quando estava no Governo, porque eram submissas às normas do Banco Mundial e do FMI.

13.É importante lembrar que dos 504 bilhões do PAC, 80% desses recursos são oriundos de quatro empresas estatais, que os trabalhadores, principalmente os organizados na CUT, não deixaram que FHC e seus asseclas organizados pelos partidos PFL (DEM), PSDB e aliados, entregassem de graça às multinacionais no programa de privatização dos serviços públicos. Essas empresas nacionais são: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES e PETROBRAS.

14.Com a retomada do crescimento, o combate à sonegação e ao crime do colarinho branco, nossas receitas voltaram a crescer. Mais recursos estão disponíveis para as políticas públicas.

15. É certo afirmar que ainda são tímidos os investimentos do governo federal em algumas áreas como: Saúde, Educação, Habitação e Reforma Agrária. A carência dessas áreas exige políticas sociais mais agressivas que em função de um Congresso eminentemente representante da elite reacionária e conservadora neste País, como também a burocracia, a corrupção e interesse de grupos impedem que o Governo Federal avance no financiamento dessas políticas em favor da maioria da população.

16. Não é demais trazer à memória de que o fim da CPMF patrocinada pelo Senado com dois votos de senadores matogrossenses(*Jaime Campos (DEM) e Gilberto Gowwner (DEM)*), numa manobra orquestrada pelo PSDB e o PFL(DEM) retiraram do Orçamento da União nada mais nada menos de que 140 bilhões que seriam aplicados, por exemplo, em programas de saúde que seriam implantados a partir das escolas para atender à maioria da população até 2010.

17. Os argumentos utilizados eram de que a CPMF influía diretamente nos preços de vários produtos e que com o fim da contribuição, os preços de muitos produtos iriam baixar. O que se viu foi o aumento de preço, principalmente dos alimentos com risco da inflação galopante voltar.

18.Na verdade , esta foi mais uma estratégia da "direita desavergonhada" no Brasil de desestabilizar o governo Lula . Pois sabem, que no atual cenário de crescimento, somente a volta da inflação poderá conter o crescimento dos salários acima da inflação e a conseqüente distribuição de renda.

19.O tema da inflação domina a mídia nacional. É mais uma tática da direita que, é bom repetir, tem a mídia em suas mãos e a seu serviço, para desestabilizar o Governo e confundir a maioria da população. O objetivo de enaltecer a volta à inflação é tático para que o Banco Central retome o aumento dos juros que sempre trouxe sérias conseqüências para o crescimento da economia do País. Sem crescimento da economia não há como redistribuir renda. Essa elite conseguiria assim, manter seu padrão de altos lucros no País.

20.O que interessa a essa elite é a manutenção do status quo da concentração de renda. Por isso a tentativa de confundir crescimento da receita com o aumento de impostos, colocando o aumento da inflação como problema principal do País.

21.Essa elite busca assim, ofuscar a escalada de crescimento do poder de compra do salário, como é comprovado pelo Dieese, que possibilitou juntamente com programas de renda mínima e o crescimento do emprego, a retirada de milhões de pessoas da situação de miséria no País a partir de 2003. A verdade é que a elite está desesperada ante as políticas governamentais de alcance social em algumas áreas.

22. Na educação, temos dado passos importantes, mesmo com alguns sinais contraditórios do governo no desenvolvimento das políticas educacionais, como por exemplo, quando do anúncio do PDE da Educação, o Ministério da Educação privilegiou o debate com a elite ligada ao Projeto Todos pela Educação que tem um projeto empresarial e privatizante da educação para a educação pública.

23. Entretanto a pressão do movimento sindical e popular tem garantido espaço na disputa das políticas. As marchas promovidas pela CNTE e as mobilizações em geral, têm garantido a continuidade de políticas como o Profuncionários, a aprovação do Fundeb, a aprovação da Lei do Piso Salarial, a retomada do ensino médio integrado ao ensino profissionalizante, políticas de formação inicial e continuada, abertura de vagas no ensino superior com abertura de novos campi e novas Universidades Federais.

24.Preocupa-nos a dificuldade com que passa o Programa Pró-funcionário, a lógica dos PAR's – Programa de Ações Articuladas, desenvolvidas entre o MEC, Governos Estaduais e Prefeituras. Preocupa porque os termos de ajustes de conduta entre os entes se encontram eivados de políticas educacionais com recorte no mérito e desempenho.

25.Preocupa também a questão do financiamento da educação e a restrição dos entes na aplicação apenas do FUNDEB como recursos da educação, deixando de observar os preceitos constitucionais de aplicar 25% como afirma a CF. As dificuldades de instalação e de funcionamento dos Conselhos de Controle Social do Fundeb é um grito da sociedade organizada, que não encontra nas instituições governamentais, seja no Executivo, Legislativo ou Judiciário, o devido respaldo para fazerem cumprir a lei.

26. Neste Cenário de disputa, cabe aos trabalhadores em educação a vigilância constante para que não aceitemos políticas que retirem ou minimizem os direitos sociais.

1.3-CONJUNTURA ESTADUAL

1. O Cenário político econômico estadual tem sido de muita efervescência neste início de milênio. A vocação agrícola voltada ao agronegócio transformou Mato Grosso num Estado em crescimento econômico, acima da média nacional.

2. Era de se pensar, que com crescimento econômico, distribuir-se-ia as riquezas; as populações teriam mais acesso ou acesso com qualidade social aos serviços básicos como: saúde, educação, habitação, emprego, segurança etc.

3. Há crescimento econômico sim em Mato Grosso. Porém crescem também as desigualdades , a violência, os presídios, a falta de profissionais efetivos na saúde e educação, falta de apoio à pequena propriedade, à agricultura familiar. Em reforma agrária, não há nem mesmo possibilidade de se falar.

4. O atual governo, desde o seu primeiro mandato, tem imprimido no Estado de Mato Grosso um modelo de desenvolvimento baseado na vertente empresarial, com aumento da concentração de renda, gerando pobreza e mantendo o desemprego;

5. No seu segundo mandato, o governo Maggi continua desenvolvendo em Mato Grosso uma política de incentivo fiscal que apenas favorece o agronegócio, a agroindústria e a agropecuária, prejudicando a grande maioria da população do Estado.

6. Os incentivos fiscais chegam às cifras de isenção de até 85% dos impostos para empresas que venham instalar seus parques em MT.

7. A prática dessas empresas é conhecida de todos nós: vem para determinada cidade, sob a alegação de gerar empregos, não pagam impostos e ao final de 10 anos, no momento de começarem a pagar impostos, migram para outra cidade que lhes oferece renúncia fiscal.

8. O atual governo trabalha fortemente e tem conseguido reduzir as responsabilidades do Estado para com as políticas públicas, principalmente na SAÚDE, SEGURANÇA E EDUCAÇAO. Pouco se ouve falar em concurso público nessas áreas. Os munici-

pios vêm paulatinamente assumindo uma parcela dessas políticas públicas no lugar do Estado. O menor orçamento da federação tem assumido responsabilidades que deveriam ser compartilhadas com a União e os Estados.

9. Entidades garantidas na lei como Organizações Sociais, recebem a transferência de diversas atividades que são de responsabilidade do Estado e que deveriam ser realizadas por servidores públicos. Setores do governo ameaçam constantemente com a possibilidade de terceirização de serviços como educação, saúde e segurança;

10. No seu segundo mandato, o Governo Maggi, sentindo as dificuldades de uma gestão empresarial com péssimos resultados na educação e na necessidade de reverter a sua imagem ante, principalmente a política educacional, se abre para alianças políticas como alternativa para reverter a imagem de uma educação sem resultado concreto na aprendizagem.

11. Há que se reconhecer, que a mudança dos atores principais na pasta da educação, tem apontado para outra dinâmica de compromisso e mais respeito para com a educação.

12. Entretanto, os resquícios de uma administração empresarial, voltada para a economia de recursos a qualquer custo, ainda se faz presente. As políticas compensatórias do acelera Ayrton e Senninha, a ausência do Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissionalizante, a manutenção de empresas contratadas para o serviço de vigilância em algumas escolas, o grande número de contratos temporários de professores e funcionários, mostram que este governo não mudou um milímetro de suas iniciais intenções: transformar o Estado numa de suas empresas.

13. De mãos dadas com o agronegócio, o governo do Estado continua pautando sua administração no incentivo ao latifúndio e à monocultura, que avança a cada dia sobre o Cerrado e a Floresta Amazônica, causando fortes impactos na fauna e na flora matogrossense, assim como nas culturas locais de monocultura que não apresenta valor agregado, destinado a produção a exportação e a especulação financeira, essa política adotada pelo governo Blairo Maggi documenta a riqueza dos grupos ligados ao agronegócio que passam ter a ter lucros exorbitantes com destruição do meio ambiente, que avança cada vez mais sobre a Amazônia e o Cerrado. Aumenta o abismo entre os pobres e ricos.

Nos grandes pólos o crescimento da violência é um extrato da falta de política pública e geração de empregos

14. O novo cenário de escassez mundial do petróleo e a conseqüente elevação de seus preços, tendo o Brasil avançado na tecnologia do BIODIESEL,colocam Mato Grosso como produtor dessas monoculturas. As previsões são de maior agressão ambiental.

15. À medida que avança em direção às terras indígenas, posseiros e retireiros, estabelece-se uma agressão mensurável ao meio ambiente, às populações e suas culturas, que têm preocupado muitos ambientalistas do Estado, do Brasil e do mundo (Conferir incidente de JUINA envolvendo ativistas ambientais e fazendeiros locais – in: Revista Novos Rumos. Sintep/MT – 2007);

16. Essa situação tem colocado Mato Grosso em destaque no que diz respeito ao não cumprimento das leis ambientais e trabalhistas o que incentiva o desmatamento e o trabalho escravo. Em 2007, assistimos mais uma vez a proliferação das queimadas

17..

18. Sobre as questões sociais, Mato Grosso continua repetindo a mesma prática de antes: o governo federal é que apresenta as maiores iniciativas de investimento para desenvolvimento local.

19. As eleições municipais de 2008 na conjuntura atual poderão determinar os campos em disputa para 2010 nas eleições estaduais.

20. Neste cenário, velhas oligarquias tentam voltar ao poder. Outros tentam manterem-se no poder, tendo grandes cidades como escudo de proteção partidária.

21. Chama a atenção para a crise do Poder Legislativo. Quase sem autonomia frente ao executivo, a grande maioria de seus deputados tem seus nomes envolvidos em processos no Ministério Público e são protegidos (as) pelo FORO PRIVILEGIADO.

22. No Cenário estadual, também vemos a Justiça mergulhada em denúncias. Com muitas dificuldades, pode se esperar que seja apurado e que alguém seja punido.

23. A pressão do agronegócio para garantir seus altos lucros, tem impedido que até mesmo o governo federal, avance nas questões sociais em MT.

2. POLÍTICA EDUCACIONAL

1.0 Uma aproximação do debate

As políticas educacionais brasileiras, na sua conjuntura, historicamente atenderam aos interesses particulares de um grupo hegemônico, e hoje no contexto neoliberal também não têm sido diferente. Pois sempre tem respondido por uma elite pensante para os interesses da classe dominante. Sejam estes interesses de cunho tanto formativo quanto político. Logicamente que as questões políticas têm prevalecido sobre os demais interesses, e como as classes subalternas geralmente não se apropriam das decisões políticas, logicamente seus interesses não são levados em conta quando de

definições de diretrizes políticas para a educação. São ínfimas as conquistas por parte das classes populares nesta direção, e quando isso acontece se dá geralmente quando tal grupo adquire alguma formação política, o que geralmente ocorre em organizações não governamentais, associações e sindicados, como o SINTEP/MT, que num contexto de vigilância constante tem se apoderado de certas discussões e se posicionado frente aos embates políticos envolvendo as políticas educacionais.

Vale lembrar que o controle social que as organizações não-governamentais têm encampado, vem se dando em todas as esferas da administração pública brasileira e, na educação especificamente, pela IE (Internacional da Educação), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), CUT (Central Única dos Trabalhadores) e sindicatos representativos nas unidades federativas.

A luta popular questionadora é constante; exige posicionamento estratégico e ação, uma vez que a concepção de Estado que se tem em geral é genericamente entendida como a organização política que a partir de um determinado momento histórico conquista, afirma e mantém a soberania sobre um determinado território, aí exercendo, entre outras, as funções de regulação, coerção e controle social. Funções essas também mutáveis e com configurações específicas. Assim, cabe às organizações populares buscar interferir nessa estrutura que está posta, procurando romper a estrutura rígida estabelecida por muitos governos que através dela se cercam de poder e tornam seus projetos políticos impenetráveis. Resulta daí os aspectos hegemônicos e seletivos das políticas educativas.

Para além da manutenção do atual ministro neste 2° mandato do presidente Lula, o próprio PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, recentemente anunciado, evidencia a consolidação de uma política de continuidade, tanto pelos aspectos positivos como pelos negativos.

O mais positivo é a ampliação das políticas públicas para a educação em todos os níveis e modalidades, enquanto, por outro lado, não se percebe nenhuma iniciativa mais efetiva de controle da iniciativa privada.

Além da educação superior, é de se destacar uma vigorosa expansão do ensino técnico e tecnológico através dos CEFET's – Centros Federais de Educação Tecnológica.

Por outro lado, é preocupante o fato da reforma da educação superior encontrar-se absolutamente parada no Congresso Nacional enquanto permanece a proliferação de instituições de educação superior e, especialmente, de cursos sem que o MEC, para além de algumas declarações na imprensa sobre restrições a cursos de Direito, tenha efetivado ou proposto alguma política de maiores exigências para a aprovação de novos cursos ou credenciamento de novas instituições.

Cabe destacar, ainda, no cenário da educação superior, o crescimento do número de Centros Universitários, igualmente dotados da autonomia para a criação de cursos. Trata-se de uma figura institucional alternativa às Universidades, voltadas apenas ao ensino, sem compromisso com a pesquisa e a extensão.

Outro fato marcante na educação superior tem sido a proliferação dos cursos tecnológicos, que, apesar da curta duração, são considerados de nível superior.

É também na educação superior que têm se multiplicado as ofertas de cursos de EaD por todo o País. A EaD é a principal novidade no cenário educacional do País no último período, potencializada pelas novas tecnologias da comunicação e da interatividade.

Segundo a ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância – houve um crescimento de 91% no número de alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação só em 2006.

É necessário que ocorram uma fiscalização e avaliação mais rigorosa da qualidade dos cursos a distância, garantindo assim, a formação de profissionais devidamente capacitados.

Com relação às políticas do PDE destinadas à educação superior, merece o reconhecimento a concessão de 1,5 mil bolsas de Pós-Doutorado que tem o objetivo de evitar a evasão de quadros intelectuais e profissionais altamente qualificados.

O setor privado continua sua expansão apesar do ritmo mais lento, pelas evidentes limitações da capacidade de pagamento da clientela potencial.

É de se preocupar, o fato de, as expectativas quanto à qualificação da edu cação brasileira estar depositadas nos processos de avaliação agora previstos também para as séries iniciais do ensino fundamental.

1.1 Direito à Educação

O direito à educação é parte dos chamados direitos sociais, referido em especial na CF de 88, no artigo 205, que afirma que a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família.

Compreendemos a educação como uma ação intencional que contribui para com o desenvolvimento individual e coletivo dos cidadãos, tanto em nível formal quanto informal. Formalmente a educação inicia com a criança a partir dos 6 meses nas instituições de creche e escolas de educação infantil, e que a partir daí já se propõe a prestar os serviços para o

infante no cuidar e no educar. Entendendo essa fase como determinante nos dois primeiros anos de vida é fundamental para todo o crescimento e transformação da criança em um adulto com todas suas potencialidades desenvolvidas. Não compete, logicamente, somente à escola essa responsabilidade, pois se faz necessário o desenvolvimento de políticas públicas também em outros setores, como saúde, justiça e bem-estar social que garantam a assistência integral à criança.

Somos cientes também de que o artigo constitucional acima citado, em nível de nação brasileira, não está sendo implementado na sua integralidade, e Mato Grosso também não foge a essa realidade, pois é na educação infantil que mais encontramos os maiores vácuos de atendimento. Em outros níveis a precarização do direito à educação também emperra.

Os municípios que possuem conselhos municipais normativas deverão acompanhar todas as modalidades do Ensino Fundamental conforme LDB.

No entanto, reconhecemos que na atualidade todo brasileiro, reconhecido mediante o registro civil, tem direito à educação. Não foi sempre assim; houve um longo caminho percorrido para que esse princípio fosse escrito na carta Magna de 1988, e só agora, a partir da Lei 11.494/07 (FUNDEB), é que podemos dizer que a sociedade brasileira atingiu um nível satisfatório de extensão legal dos direitos educacionais a todos. Para se ter uma idéia, com a nova regulamentação do direito ao acesso e permanência na escola pública a União, os estados e municípios deverá movimentar mais de 60 bilhões de reais com concessões que vão da creche em tempo integral ao ensino médio com livro didático extensivo às disciplinas com maior carga horária e peso na formação.

Não obstante, as instituições representantes da sociedade civil, em sua maioria, não possuem maturidade e compromisso suficientes para promoverem o devido acompanhamento das leis que garantem esse direito fundamental; há sempre que se buscar quem os acione. E é com base nessa assertiva que o SINTEP/MT, de tempos em tempos, propõe, promove e organiza eventos que pretendem conferir o que está projetado e o que realmente está sendo feito, ensejando novas propostas que certamente alcançarão algum patamar de influência na concretização dos direitos cidadãos.

O futuro chega sempre e com ele, a eterna constatação de que são insuficientes a formação para o trabalho, a ativação das habilidades que possibilitam o convívio com o desenvolvimento e o exercício pleno da cidadania, a politização etc. Apesar disso, se fizermos um balanço histórico dos últimos 10 anos (por exemplo), torna-se visível o avanço; isso já dentro de um período bem-adiantado de vigência da Constituição Cidadã. Mas muita luta foi necessária para que esse "pouco" fosse conseguido, e uma dessas conquistas, em meio a tantas outras, é a recente promulgação do FUNDEB que, readequado ao momento, veio substituir o fundo anterior, representando um avanço significativo na caminhada histórica. Ainda assim a marcha rumo às conquistas deve prosseguir, uma vez que muitos desses instrumentos conquistados a duras penas constituem, na maioria das vezes, apenas um mecanismo a mais no ajuste da "máquina cidadã". No presente, o Brasil possui boas leis que ordenam o direito à educação, considerando os princípios mais básicos até os mecanismos finais de como cada segmento e modalidade pode acessá-la e fruí-la plenamente. Entretanto, é pública e notória a tendência de muitos gestores em ofertar as modalidades que dão maior visibilidade e que, portanto, podem render mais dividendos políticos, ferindo escancaradamente os princípios legais constituídos.

O direito à educação é um tema sempre atual, pela sua natureza intrínseca ao ser humano. Na outra ponta da trajetória dos recursos públicos, que é onde se encontra o servidor e onde se deságuam os recursos, há que se manter sempre a vigilância e o controle social para que os direitos constitucionais sejam exercidos por aqueles que prestam o serviço final ao cidadão e que também clamam pela cidadania. É nessa direção que o SINTEP/MT tem procurado marchar ao longo de seu histórico de 43 anos, Através de ações organizadoras que recuperem a participação efetiva do sindicato em todas as esferas e ações educacionais no município e no estado

1.2 Organização Escolar e Curricular

A história é uma das principais ferramentas para compreensão dos fenômenos sociais, haja vista que é ela que nos dá referência para o delineamento dos projetos de sociedade. E logicamente, a escola por estar imbuída no meio social, se vê no compromisso de ser marca permanente nesse meio, enquanto instituição responsável pela instrução formal. Isso significa que a escola planeja o modelo social que quer construir, seja de forma consciente, para a emancipação social, ou determinada pela hegemonia em que não prioriza a emancipação social das classes subordinadas na cadeia social.

A escola está organizada de

forma a dar o status de cidadão escolarizado a quem por ela passa, pois no contexto de mundo em que vivemos, é essa a característica das pessoas que a sociedade tem buscado. Logicamente que a escola tem sido regida por interesses, seja eles da classe dominante ou da massa popular, pois o que ela projeta e os resultados que serão colhidos vão depender muito do meio em que ela estiver inserida. As pressões e os interesses presentes no contexto social serão expressos de forma direta na administração escolar e nos seus conteúdos curriculares, que, por sua vez, orientam e determinam em grande parte a formação das crianças e jovens que por ela passam.

Ultimamente temos percebido como as mudanças ocorridas no mundo, através do processo de globalização e internacionalização das economias, têm influenciado as práticas sociais, não apenas nos grandes centros urbanos, mas também nas pequenas comunidades. Essa influência pode ser atribuída, dentre outros fatores, à disponibilidade de informação, às trocas culturais e às pressões dos centros produtores na geração de novos mercados para o consumo. Esse fenômeno, ao mesmo tempo em que tem provocado uma homogeneização cultural, tem despertado a consciência para a preservação da cultura local, como forma de diferenciação e afirmação dos valores significativos em cada localidade.

Nesse contexto, o currículo apresenta-se como o principal elemento norteador do processo de redirecionamento das funções escolares. Isso se considerarmos que a diversidade cultural do povo brasileiro precisa ser atendida e exercitada na sua completude. Um caminho é a construção, pela escola, de um currículo flexível que parta dos valores culturais locais e que promova a ressignificação da sua formação cidadã, atendendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 – que prevê uma flexibilidade curricular em relação à organização curricular como reflexo da cultura local, sem perder de vista os objetivos e as finalidades da educação nacional.

Considerando que o currículo é marcado pela visão de mundo de uma determinada sociedade, e que a prática escolar reflete essa visão, o Sintep/MT, por meio de vigília constante disseminada nos municípios e em seus planos de lutas reivindicatórias, nunca tem se furtado à reivindicação por qualidade na educação e, certamente, apontada uma escola que seja significativa para o aluno, com currículos que lhes representem muito mais que conhecimento, que lhes tragam o sonho de emancipação social, de uma sociedade justa em que ele enquanto indivíduo conquiste a sua dignidade social.

Na concepção de escola unitária, o ser humano é concebido como ser ativo, crítico, construtor de sua própria cultura, da história e da sociedade em que vive. Pra tanto, é imprescindível seu acesso a uma escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atributos inerentes à cidadania. Uma escola que estimule e organize a luta contra toda discriminação e opressão de gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual.

A escola deve ser o ambiente adequado para discutir e construir coletivamente um projeto de educação que pense o seu papel estratégico para o desenvolvimento sustentável do País, que garanta uma ampla participação social e plenas condições para execução do projeto, definindo as responsabilidades do Estado como o condutor das políticas públicas, articulando as três esferas de governos e da sociedade no envolvimento pleno das ações, exercendo um forte controle social.

Recriar a escola, extinguindo os pilares que sustentam a exclusão e se materializam na organização curricular tradicional, é nosso desafio. Hoje sabemos o significado do currículo na reprodução do status quo, por isso é imprescindível fazer algumas rupturas. Não há como educar para a autonomia, criatividade, autoconfiança, numa escola moldada no autoritarismo, na disciplina, na memorização e no conteudismo. É preciso superar na escola as formas tradicionais de relação com o conhecimento, superar a absorção passiva de conteúdos que não interagem com a realidade dos estudantes, para que possa emergir uma escola que garanta a aprendizagem e seja uma instituição multicultural, produtora e reprodutora do conhecimento científico e que seja alavanca de um projeto de desenvolvimento social e soberano para o País.

Através de ações que fortaleçam as bases sindicais garantindo a participação em todo o processo de construção curricular ,devemos exigir dos governos que se comprometam com a construção e a defesa das pautas educacionais, tais como: financiamento; derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação; gestão democrática dos sistemas e das escolas; garantia da qualidade do ensino; condições de acesso e permanência dos/as estudantes; valorização dos/as profissionais da educação, através do Piso Salarial Profissional Nacional;carreira formação/profissionalização inicial e continuada e condições de trabalho digno e, sistemas mais flexíveis e desburocratizados.

A ausência de um efetivo Sistema Único de Educação Básica configura a forma fragmentada e desarticulada do projeto educa-

cional vigente. Um sistema nacional deverá articular um projeto educacional que envolva as esferas de governos no atendimento a população em todas as etapas e modalidades de ensino, em regime de co-responsabilidade, utilizando mecanismos democráticos que possibilite fluir com facilidade a garantia do direito à educação das crianças, jovens e adultos e Definir, ainda, política de atendimento para as modalidades de ensino e criar um regime de Co-responsabilidade entre estado e municípios

1.3 Avaliação Educacional:

Educação de qualidade é condição fundamental para o desenvolvimento humano sócio - econômico e cultural de gerações presentes e futuras e condição para uma sociedade justa e igualitária.

O processo de avaliação é importante para mensurar e diagnosticar os problemas que impedem a melhoria da qualidade do ensino; serve como uma bússola para o gestor e a comunidade escolar. Porém, ao restringir elementos que integram ou interagem com os conceitos de qualidade na educação, qualquer processo avaliativo ou indicador econométrico mostrar-se-ão limitados e fornecerão resultados duvidosos. Um exemplo clássico refere-se às avaliações de alunos, predominantemente quantitativas, que não consideram o conjunto de saberes, habilidades e valores construídos no ambiente escolar.

O IDEB, que avalia o baixo rendimento e elevados índices de evasão e repetência, embora seja de fácil compreensão e contemple elementos significativos que têm se mostrado perversos à educação, não aborda outras questões cruciais capazes de aferir com maior eficácia os níveis de qualidade no ensino, como políticas pedagógicas, currículo, formação, salário, saúde e carreira dos profissionais, infra-estrutura e violência nas escolas, relação profissional/aluno, e, a gestão democrática.

Mesmo não abordando as questões cruciais acima citadas (o que é muito preocupante), os resultados do IDEB em Mato Grosso, tem chamado atenção para os resultados do estado e de muitos municípios, apontando índices baixos de aproveitamento.

Infelizmente, a população de Mato Grosso tem pagado um preço altíssimo (o da não-aprendizagem) pela ausência do Estado na garantia da aplicação dos recursos constitucionais que o atual governo continua sonegando na educação. Recursos como o IRRF (Imposto de renda retido na fonte) com valor de mais de 40 milhões de reais ano deixam de ser aplicados na educação anualmente. O Sintep/MT denuncia essa omissão do Estado no Governo Maggi, da Assembléia Legislativa e de órgãos de fiscalização como o TCE/MT.

O SINTEP/MT tem chamado a atenção do governo e de toda a Sociedade para a situação da negação do direito à educação pública de qualidade e apresentou uma proposta de agenda com o tema: QUALIDADE NA APRENDIZAGEM COM PROMOÇÃO PROFISSIONAL.

A proposta do sindicato é de que a SEDUC desenvolva ações no sentido de fazer com que cada escola possa refletir seus resultados na busca da superação do baixo índice de aprendizagem, do abandono e repetência.

Dentro do conjunto de ações que o Sintep/MT aponta para a superação dos problemas estão o desenvolvimento de políticas de valorização profissional que começa com a implantação do maior piso possível, passando pela formação continuada, pelo fortalecimento do PPP Projeto Político Pedagógico das escolas, avançando para a escola de tempo integral para os alunos com jornada única para os profissionais da educação e um regime de colaboração entre Estado e municípios para o justo e total atendimento da demanda educacional.

1.4 Formação e Valorização Profissional

Historicamente a categoria dos profissionais da educação foi composta basicamente por pessoas do sexo feminino e no Brasil especificamente, desde o período colonial, não foi diferente. Essa classe, historicamente, principalmente os da educação básica, vem passando por um processo gradativo de descredenciamento social, fruto da falta de políticas sérias voltadas para a formação e valorização desses profissionais tão importantes na teia social.

A LDB trouxeram novos princípios de organização da educação brasileira o que alterou o desenho da formação docente no País. A recuperação da concepção de "formação em serviço" e de "aproveitamento de estudos" traz para a legislação a ênfase na experiência e nas práticas como elemento definidor da qualidade da formação, restringindo a importância da sólida formação teórica e epistemológica no campo da educação e imprimindo a visão dicotômica da relação teoria e prática.

A formação de profissionais da educação tem sido pauta constante quando discutimos a qualidade na educação, por entender que só um profissional qualificado comprometido e valorizado é capaz de desempenhar bem a sua função e atribuição, seja ela qual for.

A formação do professor hoje se dá inicialmente em cursos superiores, no entanto não podemos esquecer que, em função do au-

mento incessante dos institutos de formação de professores, também muitos deles não têm contribuído para que seus futuros professores estejam aptos qualitativamente para a prática docente de forma a responder às expectativas que o contexto nos apresenta. Já os demais profissionais da educação, aqueles que atuam no interior da escola, muito pouco ainda tem sido feito em nível macro, para o aprimoramento de sua formação.

Ao falarmos de formação inicial e dos espaços de formação, é preciso que avaliemos a formação superior de professores em exercício, e em particular a política do aligeiramento que foi ainda mais perversa impulsionada pela interpretação enviesada dos órgãos públicos e dúbia redação do art. 87 da LDB 9394/96, que estabelece que até o fim da Década da Educação somente seriam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço, vários professores das séries iniciais e da educação infantil submeteram a cursos rápidos, aligeirados, de qualidade duvidosa em busca do diploma.

Ao privilegiar a expansão, ao invés de investimento no aprimoramento das atuais licenciaturas nas Universidades Públicas, as políticas do MEC colocaram nas mãos da iniciativa privada a grande demanda oriunda da dívida histórica do Estado para com a formação em nível superior dos quadros do magistério. A formação superior desses trabalhadores passou a ser lucrativo negócio nas mãos do setor privado, e não política pública de responsabilidade do Estado.

A formação continuada articulada à formação inicial, as condições de salário e carreira é uma das dimensões importantes para a consolidação de uma política global de formação e valorização do profissional da educação.

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE estima-se que mais da metade dos professores em exercício na educação básica não possui formação compatível com a função e menos de 15% são formados em universidades públicas, o que confirma a privatização do ensino superior ocorrida com maior intensidade na década de 90.

Com o intuito de retomar a responsabilidade com a formação profissional dos trabalhadores em educação, o Executivo Federal propôs em 2007 que a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior – CAPES, assumisse a responsabilização pela formação dos educadores da escola básica. A CNTE apoiou esta iniciativa que pretende em curto prazo constituir a Rede Nacional de Formação dos profissionais da Educação, de caráter público e universal, que é extremamente urgente e necessária para atender pelo menos a dois passivos: oferecer habilitação mínima aos professores em exercício no magistério e capacitar um enorme contingente de profissionais desprovidos de formação continuada, desde a formação acadêmica.

Nesta nova concepção a CAPES e particularmente a coordenação da Rede Nacional de Formação proposta, deverão absorver outras demandas estratégicas relacionadas à formação docente, tais como: orientação dos novos currículos acadêmicos para a formação; avaliação da qualidade dos cursos normais de nível médio, da pedagogia e das licenciaturas ofertadas nas redes públicas e privadas; orientação para ingresso dos profissionais do magistério nas redes públicas.

Quanto aos trabalhadores em educação não-docente (funcionários de escola), o Ministério da Educação partindo do princípio que o processo educativo não se restringe à sala de aula, começou a preocupar-se com este segmento, promovendo em 2004 o Seminário Nacional que colocou em pauta a discussão da política de valorização dos/as funcionários/as de escola, prevendo recursos específicos para este fim. Em 2005 o Estado Brasileiro instituiu as bases legais para a formação profissional dos funcionários/as de escola e implantou o Profuncionário - curso de formação técnica em educação que tem sido absorvido lentamente pelos sistemas de ensino, é insuficiente frente às demandas, precisa ser massificado, porém nacionaliza a formação de funcionários/as na mesma direção do Pró-formação e da Universidade Aberta do Brasil.

O Sintep/MT também vem debatendo constantemente essa problemática que envolve a formação inicial dos profissionais da educação, mas, muito mais que isso, procurando suprir as lacunas escombrosas da formação inicial. O Sintep tem proposto e cobrado das instituições públicas a formação continuada, tanto para os professores quanto para os técnicos da educação, como, por exemplo, o projeto Arara Azul e o recente Profuncionário. Convenhamos neste momento, também, pautar a efetivação da UAB (Universidade Aberta do Brasil) como mais uma possibilidade de formação inicial para profissionais da educação. Essa nova instituição vem contribuir para que a médio e longo prazos sejam supridas, por meio de uma metodologia à distância, a demanda, hoje reprimida, de profissionais de formação superior. Contribui também para a democratização do acesso ao ensino superior. Essa prática já está encampada pela Universidade Federal de Mato Grosso e no Estado com os cursos de pedagogia - habilitação no ensino fundamental e educação infantil, por meio do NEAD (Núcleo de

Educação Aberta à Distância).

O Sintep-MT, manifesta a sua preocupação com as crescentes ofertas de cursos de formação de professores à distância, principalmente as ofertadas pelos "pontos com" (.com). É certo, que não podemos parar no tempo, principalmente na era das tecnologias da informação e comunicação (TICs) uma vez que elas pertencem ao conjunto da sociedade e devem ser entendidas como um instrumento fundamental para consolidação da vivência democrática. Há que se ter o cuidado, porém, de que as mesmas sendo utilizadas de forma desordenadas, principalmente na formação de professores sob a lógica mercadológica (sem a preocupação com a qualidade), se tornem mais um instrumento que contribua para o processo de exclusão e o aprofundamento da péssima qualidade da educação.

Neste sentido entendemos, que a UAB pode ser um instrumento estratégico para contribuir na formação continuada de nossos profissionais, muito hoje já com curso superior, porém atuando fora de sua habilitação. Reafirmamos, porém, que a modalidade de educação à distância não pode e nem deve concorrer com o esvaziamento dos cursos presenciais e tão pouco ser adotados pelos governos como tábua de salvação para todo o processo de formação dos profissionais da educação. Por isso, consideramos essencial o fortalecimento dos cursos presenciais, e de licenciaturas nas instituições públicas de ensino superior e maior acompanhamento dos cursos ofertados por instituições privadas.

Logicamente que o resgate da dignidade profissional não se dará somente pela formação inicial e continuada, sem vir também acompanhada por uma política de valorização profissional, como a definição das bases legais da profissão e o piso salarial profissional nacional, atualmente em debate, mas já um fruto histórico de muitas lutas, mobilizações e caravanas à Capital Nacional. Está claro que o piso recentemente aprovado ainda não é o ideal, entretanto está configurado como um marco legal e histórico para o Brasil, pois pela primeira vez os educadores possuem um piso salarial mínimo de R$ 950,00. Isso vem ao encontro dos princípios orientadores da valorização dos Profissionais da Educação descritos no artigo 67 da LDB e sob a responsabilidade dos sistemas de ensino são o Piso Salarial Profissional, a progressão funcional e as condições adequadas de trabalho e aperfeiçoamento profissional continuado.

A formação continuada, articulada à formação inicial e às condições de trabalho, salário e carreira, é uma das dimensões importantes para a concretização de uma política global para a formação e valorização profissional, e são entendidas pelos educadores como um direito e dever dos professores e obrigação do Estado. No entanto, defendida pelos educadores como dever do Estado e das instituições contratantes – públicas e privadas – e direito dos profissionais, a formação continuada nas políticas educacionais dos últimos anos foi inserida no quadro de responsabilização individual dos profissionais da educação pelo fracasso da escola e da educação públicas; deixou de fazer parte de uma política de valorização do magistério, como estabelecido na LDB, predominando a concepção invertida de formação como direito do estado e dever dos profissionais da educação, pois não há garantia de liberação do profissional da educação para cursos de formação continuada, sem ônus ao mesmo.

Uma nova política de valorização e profissionalização dos educadores deverá constituir-se, fundada em referenciais, como estímulo à qualificação profissional, bem como à recuperação da dignidade profissional, pela atribuição de salários justos e jornada única em uma única escola. Convém destacar também outro fator preponderante para a valorização dos funcionários, além da profissionalização, que é o reconhecimento infraconstitucional desses profissionais proposto pelo P.L 6.206/2005.

Necessário se faz também enfatizar, na formação continuada, a articulação com a construção coletiva do projeto político-pedagógico, permitindo ao educador tempo para o estudo, para o trabalho coletivo e para a criação de novos projetos pedagógicos que envolvam os sujeitos da ação educativa na escola e na comunidade em que está inserida. Para isso, os Profissionais da Educação necessitam de exclusividade em sua dedicação para haja realmente melhoria da qualidade de ensino. Formação continuada, compreensão das leis básicas da educação, organização sindical e formação continuada como forma de progressão e estímulo aos educadores.

1.5 Princípios da Carreira

O profissional da educação é aquele que tem no sistema educacional o seu empregador. Seja atuando como a principal função de trabalho, para aqueles que dedicam a maioria do seu tempo diário para o sistema, ou aqueles que possuem outras funções e vê na educação a possibilidade de um segundo emprego complementar. Logicamente que quando primamos por qualidade de educação, defendemos o profissional com jornada única assim como já apontado anteriormente. Mas, o que define especificamente o

profissional da educação é a sua especificidade da função, ou seja, o ato de educar, e para tal carece de uma formação inicial e ter passado por um processo seletivo ou concurso público onde lhe é delegado o seu posto de trabalho. A partir daí constitui-se o profissional em efetivo exercício, que se baseará em três componentes essenciais em que sua carreira se compõe: o salário, a formação, e a jornada de trabalho.

Esses são os componentes essenciais quando nos propomos discutir os princípios de carreira, pois há que se considerar o contexto da modernidade em que se devem garantir os meios essenciais à sobrevivência do profissional da educação.

Somos cientes de quais são as lacunas a serem preenchidas ainda enquanto "carreira" para que os trabalhadores em educação não sejam levados paulatinamente à duplicação de jornadas, à exaustão emocional, limitação do lazer, baixa estima difícil acesso aos meios didáticos pedagógicos, não acesso aos bens essenciais para sua atualização (computador, internet, livros). São questões que se mostram implicadas quando nos propomos a discutir a inserção de uma categoria profissional numa base legal.

1.6 O Direito do profissional e o dever do poder público

Após a primeira guerra mundial, é que surge a conceituação de direitos sociais em que a idéia de sociedade civil sugere a idéia de cidadania de uma sociedade criada dentro do capitalismo, de uma sociedade vista como um conjunto de pessoas iguais em seus direitos, e igual perante a lei que estabelece também os seus deveres.

O trabalhador da educação logicamente que tem responsabilidades sobre a função que lhe é atribuída, mas como estamos tratando de um serviço público, compete ao Estado zelar pela qualidade destes serviços. Assim se faz jus o profissional ter um local de trabalho com condições dignas, sejam em nível estrutural quanto políticas, e este, é um dever único e exclusivo do poder público. No entanto, como em outras temáticas já abordadas, compete ao Sintep/MT enquanto controle social, em manter-se vigilante quanto aos deveres que o poder público de Mato Grosso tem de prestar aos seus cidadãos e especificamente aos profissionais da educação.

Vale salientar que quando se trata de direitos públicos, convém pensar na perspectiva da intersetorialização das políticas em se tratando da educação, pois para que esta tenha uma boa desenvoltura o governo tem também que garantir a eficiência dos setores da saúde, justiça e assistência social. São instâncias que influem diretamente na educação. Só assim a escola poderá cumprir juntamente com seus profissionais, sua primordial tarefa, a de educar.

1.7 Organização de Carreira: ingresso, jornada, piso salarial, progressão na carreira, aposentadoria, financiamento da educação

Segundo a LC-050 de 1° de outubro de 1998, *o ingresso na carreira dos profissionais da educação básica do Estado de Mato Grosso, terá que obedecer aos critérios da escolaridade e habilitação devidamente reconhecidos pelo órgão formador e se dará exclusivamente por concurso público*. Há uma série de outras prerrogativas inerentes à carreira e que, longe de burocratizar, organiza de forma isonômica o exercício de uma atividade estratégica para a sociedade mato-grossense. Não foi sempre assim e, mais uma vez, ressaltamos que a organização coletiva é que possibilitou tal avanço. Como carreira podemos entender o ingresso e todos os passos inerentes e extensivos a ele, como a nomeação/posse, estágio probatório, estabilidade, progressão funcional e outros direitos postos na carreira com vistas a garantirem o livre exercício profissional, do ingresso à aposentadoria.

A jornada atual dos servidores da educação de Mato Grosso, Jornada Única de 30h: 00 semanal com 1/3 destinado a hora de trabalho pedagógico (HTP) é resultado de uma luta histórica, iniciada antes mesmo da Constituição Federal. No ano de 1987, com a eleição do 2° governador pós-64, os trabalhadores conquistaram o direito de elegerem o diretor da unidade escolar já com a estrutura do Conselho Deliberativo e, juntamente com a jornada, que à época era de 22/44 horas, 50% de hora-atividade. Esse avanço sofreu um revés nos anos 1990 por estar configurado apenas como uma marca de governo, e o mandatário de 1989 a 1993 que era - e é - historicamente avesso e antagônico à luta dos trabalhadores, retirou brutalmente a gestão democrática. Mas as lutas continuaram sempre, muito embora os avanços só foram retomados no ano de 1994. Desta data histórica em diante foram mais quatro longos anos de conquistas e pequenas estagnações que configuraram como momentos de reflexão e debate, até que em 1998 foram promulgadas a EC-12, de 16 de setembro de 1998, a LC N°49/98,a LC-050/98 e a Lei de 7.040/98, que regulamentou as disposições do art. 14 da LDB e o inciso VI do art. 206 da CF que estabelecem Gestão Democrática do ensino público estadual. São constantes os ataques do governo à carreira constituída dos profissionais da educação, mas o SINTEP/MT tem se mostrado efetivo ao apontar onde estão as falhas e pressionado para que se retomas-

sem os caminhos viáveis e que garantem os princípios da carreira.

1.6. POLÍTICA SALARIAL

Como vemos Mato Grosso encontra-se historicamente cerca de 10 anos à frente da maioria dos Estados da Federação, uma vez que somente agora o Legislativo Federal discute a regulamentação desse direito, relegando ainda aos Estados e municípios a sua efetivação.

Nessa linha, os profissionais da educação do Estado de Mato Grosso, representados pelo SINTEP/MT contam já com um piso salarial de R$ 912,00, muito próximo ao piso nacional de R$ 950,00 – recentemente aprovado pelo Congresso - e que avança célere para a implantação imediata do maior piso possível os R$ 1.050,00, pois é esse o fruto de nossas negociações coletivas com o governo. Nessa caminhada, a campanha orquestrada pela CNTE e SINTEP/MT, conjuntamente com as entidades/base de outras unidades da Federação, tem sido uma constante desde 2006, demonstrando mais uma vez que só a luta produz resultados. Assim, o SINTEP/MT vislumbra desde já a superação do maior piso salarial possível, uma vez que os gastos ora efetivados pelo Estado não lançam mão de todos os recursos de que o Estado dispõe, entre eles está o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), claramente excluído do arco de impostos que compõem as Receitas para a Educação, só contando com os 25% constitucionais arrecadados através dos impostos: FPE – Fundo de Participação dos Estados; IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às exportações; IOF – Imposto sobre Operações financeiras sobre o ouro; ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços; IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa *Mortis* e Doações. É preciso ficar claro que essas fontes são as mesmas que abastecem o FUNDEB por intermédio de um Fundo Contábil vinculado, além de outros impostos, que não entram na cesta do Fundeb.

Convenhamos apontar que no Estado de Mato Grosso, graças à pressão exercida pelos trabalhadores da educação por meio do Sintep/MT tanto pelo governo como também pela organização de classe que os profissionais da educação pertencem, "muito tem sido feito, mas ainda há muito que fazer" (Gilmar Soares/SINTEP-MT). Mas podemos estar convictos de que estamos no caminho certo para a constituição de uma arquitetura social mais justa, em que, tanto os trabalhadores em educação quanto os que fazem uso do serviço público, entre eles o educacional, possam usufruir de fato a verdadeira justiça social.

Vamos ser utópicos, porque a utopia representa um impulso para se colocar a caminho para além do dado histórico. Ela se torna desafio e estímulo de Luta!

3. BALANÇO SINDICAL

Na maturidade dos seus 43 anos, o Sintep-MT tem mantido o seu protagonismo como precursor de políticas educacionais voltadas a melhoria da qualidade social da educação pública básica e da valorização dos profissionais da educação. A *gestão Resistência, Trabalho e Dignidade* iniciou a sua atuação estimulada pela inauguração da nova sede com a grandiosidade estrutural à altura do que representa este sindicato no cenário das políticas educacionais no Estado de Mato Grosso e por que não dizer no Brasil, considerando a imensa contribuição que tem dado através de seus projetos educacionais que ultrapassaram as fronteiras matogrossenses e da intervenção qualificada de companheiros que tiveram como base para sua formação o dinamismo da lida sindical.

Objetivando fortalecer-se ainda mais, o Sintep-MT lançou nesta gestão a Campanha de Recadastramento e Filiação "O Sindicato é seu! Não fique Só. Fique Sócio, que somada às crescentes demandas relacionadas às questões salariais e melhoria das condições de carreira principalmente das redes municipais, resultou em considerável ampliação do número de filiados. Houve também avanços quanto ao recadastramento sindical, mas ainda não foi possível concluir todo o trabalho, pela não-devolução de muitos formulários e em outros casos formulários devolvidos com dados incompletos, principalmente o número de conta corrente e agência, impossibilitando que os descontos dos filiados deixem de ser efetuados via Cepromat passando a ser processados via Banco do Brasil, diminuindo assim a vulnerabilidade financeira do Sindicato perante os Governos que nos momentos de tensionamento tentam minar a capacidade de luta da categoria através da tentativa de confisco dos nossos recursos financeiros.O Sintep-MT retomou em 2007 o Programa de Formação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE que assumiu o projeto de formação deste sindicato. Cerca de 2.000 companheiros inscreveram-se para a formação sindical nos eixos 1 e 2 nos pólos regionais.

A profissionalização dos trabalhadores da educação não-docentes nos municípios tem-se caracterizado grande desafio pela insuficiência de vagas disponibilizadas pela Secretaria Estadual de

Educação, pela falta de vontade política de grande parte dos gestores municipais que não concebem o papel educativo destes trabalhadores negando-se muitas vezes em aderir ao Programa que precede a valorização profissional, inclusive do ponto de vista da equiparação salarial, e pela própria dinâmica do Profuncionário que inova com 85% da carga horária à distância. Maior desafio ainda tem-se mostrado a inclusão desses funcionários em plano de carreira unificado.

Reconhecemos por outro lado que os cerca de 1.015 cursistas do Profuncionário em Mato Grosso que vivenciam a expectativa de se tornarem de fato profissionais da educação, farão a diferença no cotidiano da escola e da educação como um todo em seus municípios, mas precisamos ainda avançar na ampliação do número de vagas, na adoção do projeto pelas Secretarias Municipais de Educação, ampliação das habilitações oferecidas, de forma a atender às especificidades dos/as trabalhadores/as da educação infantil, na oferta de cursos superiores nas habilitações, entre outras.

A atuação dos companheiros nos municípios sob a liderança das subsedes do Sintep-MT tem sido firme e decisiva na busca da melhoria dos salários, das condições de trabalho, da realização de concurso público, entre outras pautas de interesse da categoria, frente a uma lógica perversa de distribuição dos recursos da educação desproporcional ao número de alunos atendidos pelas redes, desfavorecendo os municípios e reduzindo ainda mais as possibilidades de avanços.

Com o advento do Fundef e a partir de uma visão distorcida e unilateral da realidade, os municípios foram tentados a aumentarem o número de alunos para receberem maior quantidade de recursos, ocasionando o fenômeno da municipalização, quando o Estado se desobrigou do atendimento dos alunos do Ensino Fundamental deixando-os sob a responsabilidade dos municípios que passaram a ter dificuldades no gerenciamento do processo educacional, pois o recurso recebido era desproporcional ao número de alunos atendidos, aquém das necessidades de investimento em recursos humanos e materiais demandados pelo acréscimo do quadro discente, gerando assim más condições de trabalho para os profissionais da educação, provocando o achatamento dos salários e aprofundando ainda mais o abismo entre as carreiras da rede estadual e das praticadas nos municípios.

Este cenário, desencadeou uma série de manifestações com diversas mobilizações, passeatas, acampamentos e paralisações nos municípios dos diferentes pólos sindicais: tivemos a luta dos trabalhadores em educação pela recomposição salarial em Carlinda, no Nortão do Estado; o município de Barra do Garças que travou uma luta árdua juntamente com os servidores municipais, concomitantemente à greve de março/abril da rede estadual quando fizeram várias manifestações com passeatas, participação de sessões na Câmara de Vereadores, inserções nas rádios e TVs, cartazes nas ruas etc., culminando com 3 (três) dias de paralisação em protesto pela concessão atrasada da data-base de 2007 ; o município de Confresa que consolidou Plano de Carreira com a inclusão dos funcionários/as, Juína que além da pauta local respondeu a contento ao chamamento da pauta nacional, a persistência dos companheiros várzea-grandenses em uma greve contundente, a garra dos companheiros de Primavera do Leste, Barra do Bugres e Nova Olímpia na greve para melhoria salarial e inclusão dos funcionários/as no plano de carreira; mobilizações dos companheiros de Colíder e Cláudia para a consolidação de plano de carreira unificado; município de Juara cuja truculência exprimiu-se em ameaças contra a integridade física dos companheiros etc.

Na questão educacional em Mato Grosso, o Sintep-MT propôs à Secretaria de Estado de Educação sob o foco "Qualidade da Educação com Promoção Profissional" que tem norteado suas ações nos últimos dois anos, a discussão da qualidade na educação a partir dos indicadores ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso, permanência e sucesso na escola, valorização salarial dos trabalhadores em educação, entre outros Impulsionada pela mobilização dos trabalhadores da educação.

Algumas iniciativas, embora insuficientes, têm sido tomadas por parte da Seduc-MT necessitando, sobretudo, de maior apoio aos Projetos Político-pedagógicos para a autonomia pedagógica das escolas, as quais ainda estão submetidas a programas de Governo que não exprimem, na maioria das vezes, o desejo da comunidade escolar e não a ações e projetos de Estado.

O Sintep-MT participou em âmbito estadual da Conferência para elaboração do Plano Estadual de Educação que ainda não foi implementado, discutido pela Assembléia Legislativa tardiamente e aprovado após intensas manifestações do Sintep/MT, Fórum Estadual de Educação, entre outros, porém com problemas, principalmente no que diz respeito à educação profissional, ponto no qual

os senhores deputados não mantiveram as proposições dos participantes da Conferência, retirando esta modalidade da Secretaria Estadual de Educação, mesmo com manifestação contrária deste sindicato junto à Assembléia.

Outra importante participação do Sintep-MT foi na Conferência Estadual de Educação, uma conquista da sociedade organizada, que trouxe como temática "A construção do Sistema Nacional de Educação".

O Sintep-MT também fez-se presente nas discussões da Conferência da Igualdade Etno-racial.

Como resultado da insistência na luta dos trabalhadores da educação pública, tivemos a aprovação de dois instrumentos legais extremamente significativos para a carreira dos profissionais da educação em Mato Grosso, sendo a L.C 294/2007 aprovada com o objetivo de pôr fim ao impasse criado com a L.C 206/2004 que impedia a promoção de Classe dos Técnicos Administrativos Educacionais de acordo com as interpretações sugeridas por seus artigos, e da L.C 314/2008 que veio para acabar com a discórdia do Governo Estadual quanto à aposentadoria especial de professores que atuaram na função de diretor, coordenador pedagógico ou assessor pedagógico.

Ainda no contexto estadual, dentre as principais reivindicações da nossa entidade sindical está a realização de concurso público para todos os cargos com o número real de vagas, lamentando a não-disponibilização de vagas para o cargo de apoio administrativo educacional no concurso de 2007, o que prejudicou intensamente esses companheiros, contratados com remuneração fixa de um salário mínimo, ficando à parte das recomposições salariais desta campanha.

Outra questão apontada pelo Sintep é a discussão da elevação da escolaridade mínima exigida para ingresso nos cargos de Apoio Administrativo Educacional e Técnico Administrativo Educacional, além da ampliação da ascensão horizontal na carreira para o cargo de Apoio Administrativo Educacional.

Em nível nacional o Sintep-MT integrou diversas Marchas no cumprimento da agenda da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE em favor do Piso Salarial Profissional Nacional, da inclusão dos funcionários/as de escola na categoria de profissionais da educação mediante alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (P.L 6.206/2005) e aprovação do P.L 1592/2003 que estabelece as diretrizes nacionais de carreira aos profissionais na educação básica pública.

No âmbito de sua atuação junto à central sindical o Sintep-MT integrou as caravanas organizadas pela CUT contra a aprovação do PLP 01, emenda 03, pela redução da carga horária sem redução de salários, pela erradicação do trabalho escravo ou degradante, em favor da reforma agrária e da agricultura familiar, entre outras pautas.

Além das participações do Sintep-MT nessas atividades mobilizatórias é possível detectar sua atuação regular nos diversos conselhos municipais e estaduais como Conselho do Fundef/ Fundeb, Conselho Estadual de Educação, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho Estadual do Trabalho, Conselho Estadual da Igualdade Racial, Fórum Sindical, Fórum Estadual de Educação, Formad, Funprev, Grupo de Trabalho Estadual do Programa Saúde e Prevenção na Escola – SPE, entre outros. O Programa Saúde e Prevenção nas Escolas são de iniciativa dos Ministérios da Saúde e Educação, desenvolvido nos municípios e contam com a Parceria Internacional da Educação entre outros organismos internacionais, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação-CNTE e suas afiliadas. A contribuição das entidades sindicais da educação no programa, inclusive do Sintep/MT é a formação de dirigentes sindicais para fomentarem o desenvolvimento de ações nas escolas para a prevenção da infecção por HIV e outras DSTs bem como a prevenção da gravidez indesejada na adolescência.

Estas crescentes demandas têm sido responsáveis pela expressividade e respeito dispensados ao Sintep-MT e ao mesmo tempo nos coloca diante da necessidade de investir na qualificação e ampliação dos nossos dirigentes para correspondermos às expectativas da população mato-grossense e principalmente a confiança que os trabalhadores da educação tem depositado sobre este sindicato.

O Sintep-MT tem demonstrado ainda sensibilidade quanto à importância de diversificar a sua contribuição na formação para a cidadania, mediante a disponibilização para a categoria e sociedade em geral dos seus documentos digitalizados resgatando a história de luta! Esse material sem dúvida será imprescindível para enriquecer e inspirar corações e mentes, assim como no investimento do espaço de leitura cujas obras muito acrescentarão, em particular na formação dos dirigentes sindicais e dos demais trabalhadores em educação que queiram se apropriar dos conhecimentos nelas existentes.

Além de um quadro de dirigentes sindicais capacitados e liberados para a luta, o Sintep-MT considera de extrema importância para avançar nas conquistas, a existência de aparato tecnológico

para, em tempo real, estabelecer contato da sede central com as direções regionais e subsedes, mas devido às inúmeras demandas não foi possível avançar nesta questão a partir do Congresso anterior, porém tem aprimorado gradativamente sua dinâmica na comunicação com os filiados através de meio eletrônico, mala direta, além da boa qualidade dos materiais impressos.

Após alguns anos de disponibilidade reduzida da diretoria do Sintep-MT teve um acréscimo no número de diretores liberados, enfatizando a necessidade de maiores liberações com especialidade nos municípios, através das redes municipais para melhor acompanhamento das atividades sindicais locais.

4. REGIME DE COLABORAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SISTEMA ÚNICO DE ENSINO

Desde a promulgação da Constituição Estadual em 1989, já se vão 19 anos na busca pela implantação de um *Sistema Único de Ensino* em Mato Grosso.

O Sintep-MT foi protagonista no capítulo que trata da educação através do dispositivo constitucional de 1989 que determina a integração progressiva das redes estadual e municipais num Sistema Único de Ensino a saber:

"Artigo 244: Os Sistemas Estadual e Municipais de Ensino passam a integrar o Sistema Único de Ensino.

Parágrafo Único: Ao Estado caberá organizar e financiar o sistema de ensino e prestar assistência técnica e financeira aos municípios para gradual integração em um Sistema Único de Ensino na forma da Lei"

O Sintep/MT, sempre exigiu do Poder Público a criação de mecanismos para incorporar a população usuária da escola pública (pais, mães e estudantes) nas tomadas de decisões sobre as Políticas Educacionais, visando a auxiliar na construção e na ampliação do espaço público de direitos, como condição *sine qua non (sem a qual não)* da efetiva gestão democrática.

ossa luta e persistência foram capazes de interferir na agenda governamental, quando, após uma greve seguida de 32 horas de ocupação da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), arrancamos do então governador Dante de Oliveira, assinatura de um acordo *Escola Pública: Compromisso por Mato Grosso*. No mesmo ano, 1996, iniciou-se efetivamente o debate para a criação e a implantação do *Sistema Único de Ensino*, a partir de uma agenda comum entre (SINTEP-MT) e o Governo Estadual.

A proposta do governo, sob coordenação da SEDUC, foi denominada de *Sistema Único Descentralizado de Educação Básica* (SUDEB) que serviu de *referência* para os debates. O SINTEP-MT propôs modificações estruturais ao documento do governo quanto aos eixos constitutivos, o processo de criação e a forma de implantação do novo sistema. As modificações almejaram um *Sistema Único de Educação Pública Básica para Mato Grosso* (SUEPB) e combatendo principalmente a *descentralização* pretendida pelo governo cuja intenção era que a adesão ao sistema partiria da escola a qual receberia diretamente os recursos através de suas unidades executoras para gerenciar a oferta educacional. As propostas foram debatidas nas *Conferências Deliberativas* convocadas pelo governo, onde as emendas modificativas (na sua maioria, propostas pelo Sintep) foram aprovadas pelo voto dos *conferencistas*, superando as proposições do *termo de referência do governo*.

A bandeira do Sistema Único que levantamos partiu dos seguintes princípios básicos:

1- A educação como um direito de todo cidadão e cidadã, visando sua formação integral;

2- O dever do Estado na garantia da escola pública, participativa, laica, unitária e de qualidade social;

3- A igualdade de oportunidades e condições para o acesso e permanência na escola.

Nota 01

QUAL FOI A PROPOSTA DE SISTEMA ÚNICO DEFENDIDA PELO SINTEP E VENCEDORA NA CONFERÊNCIA ESTADUAL?

O Sistema Único de Ensino proposto pelo SINTEP-MT foi baseado na idéia de garantir a constituição do espaço público de direitos na escola pública como parte indissociável do processo de democratização da sociedade mato-grossense.

a)Financiamento;

- automatização do repasse dos recursos constitucionalmente vinculados à educação.

-criação de Um Fundo Único para o Sistema Único- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Pública Básica dos 35% constitucionais no Estado e de no mínimo 25% dos municípios ou que dispuser a legislação municipal.

-fixação do custo-aluno-qualidade, utilizando-se da seguinte metodologia: Custo-aluno-realizado - resultado da divisão constituída das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino pelo número de alunos diretamente beneficiados no sistema. Obtém-se pela análise dos balanços anuais (despesas) do Estado e dos municípios e pelas estatísticas de matrículas na rede pública. Custo-aluno-potencial-atual - resultado da divisão das receitas vinculadas dos impostos,

transferências, salário-educação e contribuição social pelo número de alunos matriculados descontadas as verbas destinadas ao ensino superior no último exercício financeiro. Custo-aluno-potencial-futuro - resultado da divisão da previsão de receitas, embutindo um porcentual de recuperação fiscal pelo número de matrículas previstas para o período em questão, definidos nos Planos Municipais e no Plano Estadual de Educação pelos Fóruns de Política Educacional. Custo-aluno-qualidade - definidos os componentes da qualidade do ensino necessário (salário, jornada e carreira dos profissionais da educação, profissionalização e formação continuada, material didático, equipamentos, áreas e imóveis para diversas atividades, incorporação de novas tecnologias, mobiliário etc.) e os parâmetros de organização de ensino (número médio de alunos por classe, relação do número de alunos por professor, número de alunos por funcionário, extensão e atribuições das equipes técnicas, horário de funcionamento das escolas, calendário, sistemas de apoio etc.), pesquisar-se-iam os preços médios anuais na proporção dos alunos previstos no sistema.

b) Gestão;

Os recursos do Fundo Único constituirão a Fundação do Sistema Único de Ensino Público Básico (instituição criada para abarcar e administrar simultaneamente recursos e patrimônios das atuais Redes Estadual e Municipais) e serão administrados por um Conselho Gestor de composição paritária tripartite: 1/3 composto pelo Poder Público (Estado + prefeituras aderentes); 1/3 composto pelos serventuários (professores e funcionários da educação pública básica/Sintep); 1/3 composto por usuários (pais, mães, alunos e alunas das escolas públicas integradas no Sistema Único). Todos eleitos por seus respectivos segmentos e nomeados pelo secretário de Estado da Educação. Em cada município se cria um Conselho Municipal similar para acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Único, indicar as prioridades de atendimento para expansão do sistema, manutenção e ampliação das estruturas físicas e dos equipamentos, formação continuada e profissionalização, a partir dos Planos Escolares e que fiscalizará seu cumprimento pelos Conselhos Deliberativos.

c)Adesão:

O Estado de Mato Grosso, o proponente do Sistema Único, deve integrá-lo com todos os recursos vinculados e com toda a sua atual rede. Os municípios integram ao sistema, por opção. Aos que aderirem, do mesmo modo, ingressam com todos os seus recursos vinculados e com toda a sua respectiva rede.

d)-A aplicação dos recursos

Os recursos destinados ao pagamento e contratação de pessoal das escolas públicas serão geridos pela Fundação do Sistema Único, instituição pública organizadora dos sistemas e empregadora de todos os trabalhadores envolvidos nas atividades docentes, nutricionais, de limpeza, de administração, inovações tecnológicas e multimeios didáticos, e segurança das escolas do sistema. Os recursos para manutenção, expansão da rede, ampliação, compra de equipamentos e materiais de uso permanente vão diretamente para as escolas, de acordo com as prioridades de atendimento fixadas pelos Conselhos Municipais a partir dos planos escolares elaborados e administrados pelos Conselhos Deliberativos.

(Sintep-MT 1996)

Nota 02

O PERÍODO PÓS-CONFERÊNCIA NA GESTÃO DANTE DE OLIVEIRA

Dante de Oliveira que se reelege em 1998. Ocasião em que a disputa eleitoral privilegiou a pauta da educação, principalmente porque o então presidente licenciado do Sintep, Carlos Abicalil, era candidato a governador pelo PT, com reconhecida competência para o debate técnico e filosófico das questões educacionais. Reconhecida e publicizada até pelos adversários. O candidato Júlio Campos, do PFL, em debate na televisão, valendo-se da dinâmica em que os candidatos fazem perguntas entre si, fez tal reconhecimento e em seguida perguntou a Carlos Abicalil se este aceitaria o convite para ser o secretário de Educação de seu governo. Dante de Oliveira não fez diferente, em 1º de outubro, dois dias antes das eleições: em ato solene, sancionou as Diretrizes Educacionais para Mato Grosso (a Lei do Sistema Estadual de Ensino-LC Nº 49/98,a Lei da Carreira dos Profissionais da Educação Básica LC Nº50/98 e Lei de Gestão Democrática LEI 7040), descongelando os salários dos professores para discursar em palanque que havia atendido às reivindicações do Sintep e de Carlos Abicalil. No entanto essas diretrizes passam longe da reformulação requerida e debatida para a constituição do Sistema Único, e não tocam nas desigualdades entre os Sistemas Estadual e Municipais, por exemplo, nos pisos salariais desiguais, na desigualdade e na falta de uma política de carreira, de formação continuada e de gestão democrática.

(LECLERC,G.E)

Acabamos por viver mais um período da limitação do acesso e da permanência do educando na escola traduzida pela redução dos recursos financeiros no sistema educacional com vistas ao atendimento das necessidades, da política neoliberal, tal atitude governamental ficou explicitada na Emenda Constitucional 14, regulamentada pela Lei 9424/96 que criou o Fundef.

O contexto, as Reformas Educacionais foram elaboradas para fazer crer que existia uma estratégia política que buscava melhorar a oferta e financiamento do setor educacional, mas na verdade o que se pode perceber foi a desresponsabilização da União com o financiamento da Educação pública, transferindo assim tal responsabilidade para os já penalizados municípios. No Estado de Mato Grosso tivemos a oportunidade de mudanças quando em 1996 buscou-se por meio da 1ª Conferência Estadual de Educação regulamentar o dispositivo constitucional que trata do Sistema Único, porém mais uma vez, a agenda neoliberal impediu tal avanço porque a sociedade matogrossense deu resposta à altura ao então governo de plantão que por não ter conseguido estabelecer sua agenda, acabou por engavetar os resultados da conferência, resultados esses que continuam engavetados até hoje mesmo depois da mudança de governo. Tivemos então uma década que pode ser denominada década da prefeiturização da educação, onde a união descentralizava responsabilidades, mas não descentralizava recursos e o Estado acompanhando o mesmo receituário, chegando a alguns casos a implementar modelos de gestão, (Compartilhada e Única) desrespeitando inclusive o que preceitua a legislação estadual (LC nº 49/98) que regulamenta a instituição do Sistema Estadual de Ensino.

Na primeira gestão do governo Maggi e nesta segunda gestão, não houve e nem há propostas concretas para a instituição do Sistema Único no Estado, apesar de tal assunto ter feito parte da proposta do então governo em sua plataforma de campanha em 2002 por meio de sua agenda Mato Grosso Mais Forte. Já foram praticamente seis anos de governo e não tivemos sequer a 2ª Conferência estadual para rediscutir o tema. Continuamos dispersos e fragmentados, com sistemas de ensino (Estadual e Municipal), várias carreiras, diferentes salários etc... Até a conferência para discutir o plano estadual de educação só aconteceu após muita pressão social, e com muito atraso. Esperamos (e há condições para isso) que a atual gestão educacional da Seduc, restabeleça o processo de discussão e busque cumprir os dispositivos constitucionais sobre o sistema único de ensino, na ótica de um projeto de Estado, superando a lógica dos projetos de governo.

Hoje, com o PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação, o Governo Federal tem a possibilidade de colocar a temática do Sistema Único na ordem de dia, uma vez que várias ações do PDE instigam o debate, como as ações do PAR (Plano de Ação Articulada), o FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), o PSPN (Piso Salarial Nacional Profissional).

Frente a todas estas questões, e com o debate atual instituído nacionalmente sobre os Desafios e as Possibilidades da Implantação do Regime de Colaboração, os profissionais da educação pública de Mato Grosso, através de muita luta, já tem construído um caminho coerente e preciso para a Educação Pública Básica no Estado, começando pelo *Capítulo da Educação na Constituição Estadual(não-cumprido), a Lei de Carreira (muitas vezes desrespeitada), a Lei de Gestão Democrática (não-efetivada na prática) a Lei do Sistema Estadual de Ensino e as resoluções das Conferências Estadual sobre Sistema Único (ainda engavetada) e da Conferência do Plano Estadual de Educação (não- implementada)*.

Se hoje, o Regime de Colaboração traz de volta a perspectiva do Sistema Único de Ensino, entendemos que as ações dos entes federados devem estar em sincronia, objetivando:

I - A universalização do atendimento da Educação Básica;

II - A melhoria da qualidade de ensino voltada para a construção da cidadania;

III - A valorização e remuneração condigna para os Profissionais da Educação;

IV – A - gestão democrática em todas as instâncias político-administrativas e pedagógicas.

Para se alcançar tais objetivos, algumas ações conjuntas rumo a essa caminhada precisam acontecer na prática, como:

I - cadastro, microplanejamento, transporte, chamada e matrícula da população escolar, visando a alcançar a universalização do atendimento da Educação Básica;

II - formação inicial e continuada dos Profissionais da Educação;

III - unificação de piso salarial, carreira, concursos de ingresso, remoção e progressão para os profissionais da Educação Básica através de lei complementar;

IV - implantação e aprofundamento da Gestão Democrática em todas as instâncias pedagógicas, políticas e administrativas com ênfase a eleição de assessores pedagógicos pelos profissionais de educação.

V - avaliação permanente do rendimento escolar e da gestão democrática.

VI – materiais paradidáticos para aprofundamento e leitura dos professores".

VII – Ampliação das bibliotecas escolares, aumentando o acervo literário e de pesquisa com vistas a melhoria da qualidade de ensino

Rediscutir Sistema Único de Ensino na atual conjuntura significa resgatar nossas bandeiras históricas pela implementação de um projeto de estado que seja capaz

de consolidar em Mato Grosso um projeto de educação de qualidade social para todos calcada na *Gestão Democrática no Financiamento, na Formação e Valorização Profissional*. É lutar acima de tudo pela constituição da escola como espaço privilegiado de direito público, de forma unificada, é dar mais um passo necessário e inadiável na direção de uma modernidade ética, não-excludente e formuladora de compromisso mais sólido comprometido com a eqüidade, a democracia e a qualidade.

O SINTEP, enquanto entidade representativa dos Trabalhadores do Ensino Público quer, a partir do XIII Congresso Estadual de Educação, reafirmar sua luta intransigente pela construção de um projeto de sociedade onde todos possam usufruir de uma escola Pública, Laica, Democrática e de Qualidade Social para Todos e Todas.

5. PLANO DE LUTAS

01-A gestão do SINTEP/MT-2006/2009 tem como lema RESISTÊNCIA TRABALHO E DIGNIDADE e como perspectiva de luta pela manutenção da educação como direito de toda a sociedade e dever do Estado e a valorização dos/das profissionais da educação, aspecto essencial para uma educação de qualidade.

02-Nossas ações terão relação direta com as deliberações e encaminhamentos da CNTE E da CUT na defesa dos direitos e na construção de uma sociedade justa, inclusiva e solidária.

LUTAS GERAIS:

a) Participar dos fóruns de governo, em especial dos da educação, com vistas a propor e disputar e colocar em prática,projetos de interesse da categoria e da classe trabalhadora;

b) Atuar no processo de reformas propostas pelo governo, mobilizando a categoria em parceria com outros/as trabalhadores/as, a fim de impedir perdas de direitos.

c) Lutar contra a corrupção e a impunidade, Cobrando transparência, ética e participação social dos gestores em relação às políticas públicas e aos recursos financeiros.

d) Mobilizar a sociedade com vistas à ampliação do direito à educação pública, de qualidade social, inclusive, democrática, laica, de tempo integral, especialmente através de financiamento público;

e) Aprofundar o debate e as discussões sobre o Regime de Colaboração a fim de avançar na construção do Sistema Único de Educação;

f) Lutar pela ampliação de coordenadores pedagógicos nas unidades, rede municipal e estadual, onde há diferentes modalidades e turnos, para garantir a melhoria de qualidade do ensino-aprendizagem.

g) Continuar a luta pelo aumento contínuo do salário mínimo e contra as desigualdades salariais, constantes na vida das mulheres (aplicação 100 da OIT – salário igual para trabalho de igual valor);

h) lutar pela ratificação das convenções da OIT pertinentes aos direitos educacionais;

i) - Apoiar a luta dos movimentos sociais por uma reforma agrária emancipadora,justa, que democratize o acesso à terra e ao crédito para a agricultura familiar;

j) - Apoiar as lutas dos povos indígenas; afro descendentes; dos quilombolas; dos atingidos por barragens por melhores condições de vida, e, outras tragédias onde compete tal necessidade

l) –Apoiar o combate a violência no campo, ao trabalho escravo contemporâneo e exigir a punição daqueles que fazem uso dessa modalidade da mão-de-obra;

m) Apoiar a lutar pela reforma urbana para garantir o direito à moradia digna para as pessoas (***com saneamento básico, infra-estrutura com adequação dos espaços geográficos, água e esgoto tratados e arborização)***;

n) lutar pelo reconhecimento da igualdade de gênero, de raça e contra a homofobia, o assédio sexual e moral no trabalho;

o) - combater a exploração do trabalho infantil; a prostituição infantil, juvenil; e qualquer forma de exploração de crianças e adolescentes e/ou qualquer outra forma de exploração da pessoa humana;

p) Lutar por reforma tributária com redução de imposta e lutar contra as renúncias fiscais indiscriminadas sonegação.

q) Apoiar as mobilizações pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário;

r) Defender os princípios de gratuidade, universalidade humanização e qualidade do SUS e lutar pela ampliação dos núcleos de atendimento das perícias médicas acompanhando o zoneamento dos CEFAPROS.

s) Apoiar a luta pela aprovação no Congresso Nacional do Estatuto da Igualdade Racial e o PL 73/99 que reserva 50% do acesso nas universidades públicas para alunos das escolas públicas com cotas para negros e indígenas;

t) - Defender as riquezas naturais nacionais como patrimônio nacional estratégico, lutar contra todas as tentativas de fragmentação ou privatização deste patrimônio e exigir o cumprimento das lei

u) - organizar e participar de campanhas de valorização da educação pública e dos/das trabalhadores/as da educação, envolvendo sindicato, movimentos populares,entidades da sociedade civil e a população em geral;

v)- fortalecer a agricultura familiar no contexto educativo, trabalhando a consciência das famílias da necessidade de criação e per-

manência em associações que as defendam e valorizem.

x)- exigir o cumprimento e respeito aos idosos direitos já adquiridos no Estatuto dos idosos e cobrar punição aqueles que não os cumprem

LUTAS ESPECÍFICAS

04 No âmbito das Políticas Educacionais e Sindicais, o SINTEP/MT se pautará nas seguintes proposições, visando à garantia do Direito a Educação e da Carreira na construção de uma escola pública democrática e de qualidade para todos:

1) Exigir a implantação e implementação de uma sólida política estadual de formação inicial e continuada de educadores (professores e funcionários de escola), sob a responsabilidade do poder público e com oferta pela UNEMAT, CEFAPROS E UFMT E demais instituições públicas;

2) Lutar pela implantação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional (Profissionalizado) no Estado no âmbito da Secretaria de Estado de Educação;

3) Defender a autonomia política e financeira dos Conselhos Estadual e municipais de Educação;

- Lutar pela garantia de um calendário de reformas que não comprometa as condições de funcionamento das unidades escolares;

- Lutar pela disponibilidade de Profissionais da Educação para participar dos Conselhos municipais de Educação;

4) Defender a aplicação de recursos públicos em saúde e educação na proporção da arrecadação do Estado;

5) Promover o engajamento dos/as trabalhadores/as em educação em todos os espaços de formulação de políticas públicas;

6) Lutar em defesa da segurança e promoção da saúde geral dos trabalhadores/as (especificamente a psico-emocional), com a constituição de comissões nos municípios exigindo a criação de políticas públicas para a garantia de saúde preventiva e corretiva das doenças ocupacionais dos trabalhadores da educação;

7) Fortalecer os Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares e Conselhos Municipais de Educação; Lutar pata que os municípios que possuem conselhos municipais normativos acompanhem todas as modalidades do Ensino Fundamental conforme a LDB.

8) Participar nos Conselhos de Saúde, Educação ,Alimentação Escolar, Trabalho, Fundeb, Promoção e Igualdade Racial e nos outros conselhos municipais, representando os trabalhadores em educação;

9) Lutar para que as escolas tenham asseguradas as condições de funcionamento, garantindo-se as mesmas todo o apoio financeiro indispensável ao atendimento digno da comunidade escolar;

10) Lutar pelo aparelhamento das escolas com computadores, acesso à internet, salas de leitura e vídeo,biblioteca, laboratório para as diversas áreas do conhecimento, áreas de convivência coletiva, auditório, espaço recreativo e todas as condições necessárias para que a escola seja verdadeiramente um espaço privilegiado para a socialização do saber;

11) Exigir da Seduc e Secretarias Municipais de Educação a realização de Concursos (com número real de vagas) de 2 em 2 anos, para todas as vagas livres, para professores e Funcionários de apoio e técnicos administrativos;

12) Buscar a definição de uma relação de alunos por turma, diminuindo-se a atual definição legal do número máximo de alunos em sala de aula;

13) Organizar os trabalhadores das redes municipais tendo em vista a defesa dos seus direitos como profissionais da educação;

14) Lutar pela igualdade de direitos dos trabalhadores/as especificamente no tocante a salário e a jornada de trabalho (estender a Hora Atividade nas redes estadual e municipal) aos Professores/as Contratados/as;

15) Buscar medidas para viabilização da auto-sustentação financeira do sindicato;

16) Realizar, semestralmente, Encontro de Dirigentes de Sub-sedes para articulação das atividades da Sede Central, Delegacias Sindicais e Sub-sedes;

17) Organizar Campanha Salarial para assegurarmos o cumprimento do Art. 44 da LOPEB e denunciar irregularidades na aplicação dos recursos da Educação;

18) Articular o movimento estudantil na defesa à valorização do Ensino Público;

19) Investir na área de comunicação atendendo às necessidades das sub-sedes, pólos regionais e de uma maior interlocução com a sociedade;

20) Investir na constituição dos fóruns estadual e municipal de educação, com vistas à implantação do sistema único;

21) Estimular as Sub-sedes para a implantação do Curso de Formação do Programa de Formação da CNTE/SINTEP/MT;

22) Fazer a defesa da Previdência Pública, isonomia entre ativos e aposentados e contra os fundos privados de aposentadoria;

23) Organizar, juntamente com Fórum Sindical, debates a respeito da questão dos fundos de aposentadoria, prevendo reuniões com os gestores governamentais;

24) Exigir do governo do Estado a implementação das resoluções da 1ª Conferência Estadual de Educação;

25) Cobrar do governo do Estado a realização da 2ª Conferência Estadual de Educação para

a implantação do Sistema Único de Ensino em Mato Grosso;

26) Exigir dos governos estadual e municipais a implementação do maior Piso possível ainda em 2008 bem como, corrigir seu valor de acordo com as perdas inflacionárias;

27) Avançar na unificação dos planos de carreira abrangendo funcionários/as administrativos/as (Técnicos e Apoios), professores/as e especialistas em educação(redes municipais);

28) Lutar pela implementação do maior Piso possível com jornada de 30 horas nas Redes Municipais;

29) Reafirmar a luta pela campanha de valorização dos/as funcionários/as de escola, principalmente na Rede Municipal;

30) Lutar contra a terceirização e a precarização do trabalho;

Cobrar dos municípios a aprovação do PME

32) Fortalecer os programas de formação continuada, a exemplo do PROFUNCIONÁRIO;.

- Lutar pela disponibilidade de Profissionais da Educação Municipal para atuarem junto às Subsedes;

- Expandir o recolhimento da contribuição sindical para outras instituições financeiras além do Banco do Brasil;

- Fortalecer a formação de profissionais na área da educação infantil (apoio e/ou técnico de desenvolvimento educacional infantil) no pró-funcionário.

- Expandir o recolhimento da contribuição sindical para outras instituições financeiras além do Banco do Brasil

- Fortalecer a formação de profissionais na área da educação infantil no profuncionário

Implementar luta nos municípios cuja rede esteja filiada no SINTEP-MT para que os/as funcionários/as de escola saiam das secretarias centralizadas e dos planos de carreira gerais e sejam lotados nas escolas da Secretaria Municipal de Educação, no Plano de Carreira Único dos Profissionais da Educação.

Cobrar a valorização do profissional do campo garantindo condições diganas de trabalho, infra-estrutura e implementação da ajuda de custo para o deslocamento do profissional para o seu trabalho, bem como, para participarem de cursos e formação continuada

Lutar para que O município que não tem a capacidade de atender a demanda de educandos que possa dispor desta demanda para o estado.

Exigir o cumprimento da lei para que a escola e o Conselho escolar tenham amplo poder sobre a decisão sobre quando poderá repor as aulas no período que ficou em greve.

defender que na Formação continuada para os profissionais da educação tenha elevação salarial

-lutar para alterar a lei que determina o número de servidores: numero de servidores de acordo com o tamanho da área construída (proporcionalidade servidores x m²)

Lutar pela implantação do Piso salarial proporcional a arrecadação de cada estado e ou município.

- Rever a questão sobre perícias médicas que estas sejam feitas no próprio município e

-Exigir que se faça um levantamento do número de profissionais da educação em desvio de função com os diagnósticos das causas que ocasionaram o referido desvio.

- Assegurar aos portadores de necessidades especiais condições necessárias acesso e permanência (na), á escola pública de qualidade e qualificação profissional aos docentes para que estejam aptos a trabalharem com alunos/as.

- Lutar pela ampliação e divulgação dos trabalhos do departamento Qualidade de Vida (SEDUC) torná-lo presente nas unidades escolares.

Lutar pela garantia da merenda escolar de qualidade, implementando alimentos saudáveis, criando hortas orgânicas, usando os resíduos (folhas, cascas de frutas, verduras, etc.) na produção de composto, bem como espaço pedagógico.

Intervir junto aos gestores municipais visando assegurar uma vaga no Conselho Curador e Conselho Fiscal, para o SINTEP com o objetivo de acompanhar as movimentações das previdências dos municípios.

Buscar a articulação entre gestores da educação e da saúde equipes multiprofissional para atuar junto às escolas, encaminhando pais, alunos e profissionais da educação ás entidades e ações próprias.

Lutar para que seja dado o suporte para acompanhamento dos recursos financeiros conveniados da educação na reforma e construção.

6. ESTATUTO

ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO - SINTEP/MT

TÍTULO I - DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO E FINS

Art. 1° - O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP/MT - sucede a AMPE (Associação Matogrossense de Profissionais da Educação) fundada originalmente, como Associação Matogrossense dos Professores Primários em 29 de junho de 1965, e declarada de utilidade pública estadual pela Lei 2.646 de 04 de agosto de 1966 e constitui-se em pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos, sede móvel e

foro na capital do Estado de Mato Grosso, filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação e à Central Única dos Trabalhadores, segue-se pelo presente Estatuto.

Art. 2° - O SINTEP/MT, constituído por todos os trabalhadores do Ensino Público das redes municipais e estadual de ensino de Mato Grosso, com prazo de duração indeterminado, primará pelo princípio de liberdade, de adesão e de expressão sindical, sem quaisquer discriminações, dentro das normas do presente Estatuto.

Art. 3° - O SINTEP/MT tem por finalidade:

promover a união e integração de todos os trabalhadores do Ensino Público Matogrossense, garantindo sua independência de classe com relação aos governos, aos partidos políticos e aos credos religiosos;

garantir orientação técnica e defesa jurídica aos sindicalizados nas questões profissionais;

defender intransigentemente os interesses dos sindicalizados, desde que não contrários ao pensar coletivo, expresso nas deliberações das instâncias superiores;

representar coletiva e individualmente seus sindicalizados perante qualquer autoridade administrativa e jurídica;

reivindicar dos poderes políticos a valorização e aperfeiçoamento dos seus sindicalizados;

fortalecer o intercâmbio com as demais organizações sindicais e populares representativas dos trabalhadores;

encaminhar os planos de luta, as campanhas reivindicatórias de seus sindicalizados nos níveis educacionais, econômicos, sociais, culturais e político;

lutar em defesa e fortalecimento da Escola Pública, democrática gratuita e de boa qualidade;

concorrer subsidiariamente para o desenvolvimento profissional, cultural e social de seus sindicalizados;

encaminhar em Mato Grosso os planos de luta educacional das entidades a que o SINTEP/MT estiver filiado.

TÍTULO II - DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 4° - Poderão ser admitidos como sócios do SINTEP/MT:

a) Os Trabalhadores do Ensino Público em atividade nos sistemas Estadual e Municipal de Ensino de Mato Grosso;

b) Os Profissionais habilitados para funções educativas nos mesmos sistemas, ainda que desempregados, desde que residentes no Estado de Mato Grosso;

c) Os Trabalhadores do Ensino Público aposentados.

Parágrafo Único - Não poderão permanecer filiados ao Sindicato, os profissionais que, mesmo habilitados, não atuarem na Educação Pública por um período superior a dois anos, exceto quando em mandato eleitoral ou cargo comissionado.

Art. 5° - Os sindicalizados passam a gozar de seus direitos e deveres no SINTEP/MT, a partir do momento em que, solicitada sua filiação em ficha-requerimento, tiveram seu nome registrado em livro competente, a juízo da Diretoria Central.

Art. 6° - São considerados sócios fundadores do SINTEP/MT os participantes da Assembléia de Fundação da AMPE, assim como os sindicalizados ao SINTEP/MT na data de realização de sua Assembléia Estatutária.

Art. 7° - São direitos dos sindicalizados regulamentados pelo presente Estatuto e Regimento das Sub-Sedes:

utilizar a Sede e Sub-Sedes do Sindicato para atividades;

participar com direito a voz e voto nas instâncias do Sindicato;

gozar dos benefícios e assistência do Sindicato;

votar e ser votado em eleições para órgãos deliberativos, representativos e executivos de tarefas temporárias e permanentes;

requerer à Diretoria a convocação de Assembléia Geral, Regional e Setorial, junto com 1/5 dos sindicalizados;

requerer a convocação do Conselho de Representantes junto com 1/3 dos sindicalizados;

solicitar exclusão do quadro social do sindicato, mediante requerimento individual à Diretoria Central.

Art. 8° - São deveres dos sindicalizados:

pagar pontualmente a mensalidade estipulada pelo Estatuto mesmo que não haja desconto em folha, pagando assim, a devida contribuição à Sub-Sede a que pertence;

exigir dos diretores da Diretoria Central e das Sub-Sedes o cumprimento dos objetivos e determinações deste Estatuto e o respeito às decisões das instâncias deliberativas;

zelar pelo patrimônio e serviços do Sindicato, cuidando de sua correta aplicação;

comparecer às reuniões, assembléias e outros eventos quando convocados pelas instâncias deliberativas do Sindicato;

não tomar deliberação concernente à Categoria sem ouvir pronunciamento das instâncias deliberativas competentes do Sindicato;

respeitar e acatar as decisões tomadas nas instâncias deliberativas do Sindicato;

conhecer, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto.

TÍTULO III - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO SINDICATO.

Art. 9º - O SINTEP/MT se estrutura numa Sede Central, gerida pela Diretoria Central e de quantas Sub-Sedes forem formadas nos Municípios que constituírem uma Diretoria Local.

Parágrafo Único: Um determinado grupo de Sub-sedes constitui um Pólo Sindical Regional com a função de articular as Diretorias das Sub-sedes à Diretoria Central.

Art.10 - A administração da Sede Central está disciplinada neste Estatuto, ratificado pela Assembléia Geral dentro dos seguintes princípios:

a) do total arrecado através das contribuições mensais será descontado o valor de 10% (dez por cento) para a contribuição do SINTEP/MT com a CUT - Central Única dos Trabalhadores - e com a CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação e mais 10% (dez por cento) para o Fundo Unificado de Formação e Comunicação do SINTEP/MT, o restante será repartido conforme os seguintes critérios e fins:

I - 40% (quarenta por cento) para a Sede Central, que deverá destinar parte deste recurso às despesas fixas (pessoal, telefone, luz, xerox, encargos sociais, assessoria jurídica e jornalística e correspondência) e a outra parte ao desenvolvimento das atividades inerentes a organização e lutas da Categoria no Estado;

II - 40% (quarenta por cento) para as Sub-Sedes do SINTEP/MT;

III - 02% (dois por cento) para o Fundo de Greve que deverá ser gasto exclusivamente em período de mobilização com prestação de contas em separado;

IV - 03% (três por cento) destinado exclusivamente às despesas de Congressos Nacionais e Estaduais, Conselhos Nacionais de Entidades, Seminários e Encontros;

V -10% (dez por cento) repasse aos Pólos Regionais, mediante Plano de Ação trimestral com previsão de gastos, sendo que os recursos não utilizados deverão ser redistribuídos pelo Conselho de Representantes aos Pólos atuantes;

VI- 05% (cinco por cento) de reserva de contingência para custeio das despesas das lutas da categoria pelas Sub-Sedes, priorizando aquelas com dificuldades financeiras e as que estão mais distantes da Sede Central;

b) as outras dotações recebidas centralmente pelo SINTEP/MT e pelas Sub-sedes, exceto as não oriundas de recursos extraordinários, como previstas neste Estatuto, serão incorporadas ao Plano Financeiro Central e, as recebidas pelas Sub-Sedes serão de seu uso próprio e autônomo, cabendo prestação de contas às suas instâncias;

c) O patrimônio do SINTEP/MT abarca todos os bens da AMPE, a qual sucede, tendo as Sub-Sedes autonomia para adquirir e usar os seus bens móveis e imóveis depende da decisão da Assembléia Local, com maioria de 2/3 (dois terço) de seus sindicalizados, no caso de alienação de bens imóveis;

d) Toda Sub-Sede contará com uma Diretoria Local executiva, garantindo-se as funções de Coordenação, Secretaria e Tesouraria, subordinando-se esta Diretoria à Assembléia Local e a um Conselho de Representante de todas as Unidades Escolares Estaduais e Municipais.

Parágrafo Primeiro - - Os recursos distribuídos de acordo com os Incisos I, II, III, IV, V e VI da letra "a" deste artigo deverão ter conta-corrente bancária própria para um efetivo controle de sua aplicação.

Parágrafo Segundo - O Fundo de Formação e Comunicação Unificado do SINTEP/MT terá conta-corrente bancária própria e o recurso a ele destinado, será aplicado com exclusividade em ações de formação sindical, política e educacional da Categoria no estado, priorizando os Diretores Regionais, os Dirigentes das Sub-Sedes e os RUE - Representantes de Unidades Escolares, a Assessoria de Comunicação e nas publicações e inserções na mídia, através da Secretaria de Comunicação.

Art 11 – As subsedes são unidades administrativas organizadas por município, com competência para atuar politicamente nas questões de interesse local.

Art 12 - São instancias deliberativas das subsedes:

I – Assembléia Geral;

II – Conselho de Representantes das Unidades Escolares e;

III – Direção da Subsede.

Art 13 – As Subsedes são administradas por uma Diretoria composta de, no mínimo, 04 (quatro) diretores, eleitos de forma direta, para mandato de 03 (três) anos, para os cargos de:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretario de finanças;

IV - Secretario Geral

Parágrafo Único – As subsedes poderão, em Regimento interno, ampliar o numero de diretores.

Art 14 – As subsedes compete:

a) Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Congressos, das Assembléias Gerais, da Diretoria / central, da Diretoria Executiva, do Pólo Sindical a que estiver subordinada e do Conselho Fiscal;

b) Desenvolver diretrizes, metas e linhas de ação que se harmonizem e ponham em pratica as supra ditas deliberações das Instancias Superiores do Sindicato;

c) Organizar a subsede;

d) Apresentar à Direção Central, plano de metas e previsão de despesas para adequação ao orçamento geral da entidade;

e) Filiar os Trabalhadores em Educação;

f) Reunir-se periodicamente, conforme definido em Regimento Interno;

g) Dar conhecimento aos associados das deliberações dos órgãos do Sindicato e de seus planos de luta;

h) Visitar as escolas de sua atribuição e reunir-se com os Trabalhadores em Educação;

i) Representar, de forma imediata, os trabalhadores da base de sua jurisdição e defender seus interesses perante os poderes locais.

Art 15 – Ao Presidente da subsede compete:

a) Presidir as reuniões e as Assembléias locais dos trabalhadores;

b) Representar os sindicalizados municipais, perante as instancias administrativas e judiciais locais;

c) Assinar, junto com o Secretario de Finanças, ou seu substituto legal, cheques e outros títulos, no interesse da entidade e da categoria.

Art 16 – Ao Vice-Presidente compete substituir o presidente na falta ou ausência deste.

Art 17 - Ao Secretario de Finanças compete:

I - Manter os controles das receitas e despesas da subsedes;

II - Organizar a vida contábil e financeira da subsede, manter sob sua guarda e responsabilidade os respectivos documentos;

III - Assinar junto ao presidente, ou seu substituto legal, cheques e outros títulos, no interesse da entidade e a categoria.

Art 18 – Ao Secretario Geral compete:

I - Secretariar as reuniões e redigir as atas, manter sob sua responsabilidade livros atas e outros documentos no caso em que a subsede não tem prédio próprio;

II - substituir o Presidente na audiência ou impedimento do Vice-Presidente;

III - Organizar as correspondências da subsede.

Art 19 – Havendo vacância da Diretoria da Subsede, a assembléia geral local nomeara uma Comissão Provisória que terá prazo para promover nova eleição de diretoria para completar o atual mandato.

Parágrafo Único – Os componentes da Comissão Provisória poderão concorrer normalmente aos cargos da Diretoria da subsede.

Art. 20 – O Pólo Sindical é uma CIRCUNSCRIÇÃO que compreende mais de uma Sub-Sede, a cujo serviço os sindicalizados da região elegem por voto direto e secreto, um/a Diretor/a Sindical Regional com mandato concomitante aos membros da Diretoria Central.

compete a este/a Diretor/a:

I - convocar e presidir Assembléias Regionais;

fortalecer a comunicação Sede/Sub-Sedes e vice-versa;

estimular as mobilizações sindicais no Pólo Regional através de Seminários e campanhas de filiação;

assessorar as Diretorias das Sub-Sedes de sua região, realizando trabalho articulado com as Secretarias de Formação e Articulação Sindical;

entregar bimestralmente relatório de atividades à Secretaria Geral;

prestar contas à Tesouraria da Sede Central e sindicalizados de sua região.

Parágrafo Único - É parte integrante do Pólo Sindical Regional o Conselho Diretivo. Órgão de natureza colegiada e deliberativa, com regimento próprio, aprovado no Conselho de Representantes e tem por finalidade a formulação da política sindical regional e exercer atuação normativa quanto à organização, funcionamento, expansão e aperfeiçoamento da categoria.

Art. 21- São 15 (quinze) os Pólos Sindicais, divididos entre as 5(cinco) grandes regiões do Estado, assim constituídas:

I – **Pólo Sindical Oeste I *Regional Baixada Cuiabana:*** Várzea Grande, Acorizal, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Santo Antônio do Leverger, Jangada, Chapada dos Guimarães, Barão de Melgaço, Cuiabá.

II **– Pólo Sindical Oeste II *Regional Paraguai – Cabaçal:*** Cáceres, Mirassol do Oeste, São José dos Quatro Marcos, Rio Branco, Reserva do Cabaçal, Salto do Céu, Lambari do Oeste, Glória do Oeste, Figueirópolis do Oeste, Indiavaí, Araputanga, Curvelândia.

III – **Pólo Sindical Oeste III *Regional Vale do Guaporé:*** Campos de Júlio, Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Jauru, Porto Esperidião, Nova Lacerda, Conquista D'Oeste, Vale do São Domingos.

IV - **Pólo Sindical Nortão I *Regional Alto Teles Pires:*** Guarantã do Norte, Nova Guarita, Peixoto de Azevedo, Matupá, Terra Nova do Norte, Colíder, Itaúba, Nova Canaã do Norte, Marcelândia, Novo Mundo, Nova Santa Helena.

V - **Pólo Sindical Notão II *Regional Médio Teles Pires:*** Alta Floresta, Carlinda, Paranaíta, Apiacás, Nova Monte Verde, Nova Bandeirante.

VI - **Pólo Sindical Nortão III *Regional Vale do Teles Pires:*** Cláudia, Sinop, Santa Carmem, Vera, Sorriso, Feliz Natal, Lucas do Rio Verde, União do Sul, Nova

Ubiratam.

VII - **Pólo Sindical Nortão IV *Regional Vale do Arinos:*** Juara, Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte, Tabaporã, Tapurah.

VIII - **Pólo Sindical Noroeste *Regional Vale do Juruena:*** Juína, Aripuanã, Brasnorte, Cotriguaçu, Juruena, Castanheira, Rondolândia, Colniza.

IX - **Pólo Sindical Médio Norte I *Regional Vale do Paraguai:*** Arenápolis, Nortelândia , Barra do Bugres, Nova Olímpia, Denise, Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Santo Afonso, Nova Marilândia, Porto Estrela, Sapezal;

X - **Pólo Sindical Médio Norte II *Regional Alto Paraguai:*** Diamantino, Alto Paraguai, São José do Rio Claro, Nova Mutum, Nobres, Rosário Oeste, Nova Maringá, Santa Helena do Trivelato.

XI - **Pólo Sindical Leste I *Regional Vale do Araguaia:*** Barra do Garças, General Carneiro, Torixoréu, Araguaiana, Novo São Joaquim, Pontal do Araguaia, Ribeirãozinho, Ponte Branca, Araguainha, Santo Antonio do Leste.

XII - **Pólo Sindical Leste II *Regional Médio Araguaia:*** Nova Xavantina, Campinápolis, Cocalinho, Canarana, Querência, Água Boa, Novo Santo Antonio, Ribeirão Cascalheira, Nova Nazaré, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia e Gaúcha do Norte.

XIII - **Pólo Sindical Leste III *Regional Baixo Araguaia/Xingu:*** São Félix do Araguaia, Luciara, Vila Rica, Santa Teresinha, Porto Alegre do Norte, Canabrava do Norte, Alto Boa Vista, Confresa, São José do Xingu e Santa Cruz do Xingu.

XIV - Pólo Sindical Sul I *Regional Serra da Petrovina:* Rondonópolis, Pedra Preta, Itiquira, Guiratinga, São José do Povo, Tesouro, Alto Garças, Alto Araguaia, Alto Taquari.

XV - **Pólo Sindical Sul II *Regional Vale do São Lourenço:*** Campo Verde, Dom Aquino, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Primavera do Leste, Poxoreo, Paranatinga, Nova Brasilândia, Planalto da Serra.

Parágrafo Único – Cada Pólo Sindical Regional terá um município sede, independente do município de residência do Diretor Regional e será equipado de forma a atender as demandas regionais, sendo os seguintes municípios indicados:

I – **Pólo Sindical Oeste I *Regional Baixada Cuiabana:*** Várzea Grande;

II – **Pólo Sindical Oeste II *Regional Paraguai – Cabaçal:*** Cáceres;

III – **Pólo Sindical Oeste III *Regional Vale do Guaporé:*** Pontes e Lacerda;

IV - **Pólo Sindical Nortão I *Regional Alto Teles Pires:*** Colíder;

V - **Pólo Sindical Nortão II *Regional Médio Teles Pires:*** Alta Floresta;

VI - **Pólo Sindical Nortão III *Regional Vale do Teles Pires:*** Sinop;

VII - **Pólo Sindical Nortão IV *Regional Vale do Arinos:*** Juara;

VIII - **Pólo Sindical Noroeste *Regional Vale do Juruena:*** Juína;

IX - **Pólo Sindical Médio Norte I *Regional Vale do Paraguai:*** Tangará da Serra;

X - **Pólo Sindical Médio Norte II *Regional Alto Paraguai:*** Diamantino;

XI - **Pólo Sindical Leste I *Regional Vale do Araguaia:*** Barra do Garças;

XII - **Pólo Sindical Leste II *Regional Médio Araguaia:*** Água Boa;

XIII - **Pólo Sindical Leste III *Regional Baixo Araguaia/Xingu:*** Porto Alegre do Norte;

XIV - Pólo Sindical Sul I *Regional Serra da Petrovina:* Rondonópolis;

XV - **Pólo Sindical Sul II *Regional Vale do São Lourenço:*** Campo Verde.

Art. 22 - A Diretoria Central e as Diretorias Locais poderão criar Departamentos que serão organismos administrativos para incrementar determinadas atividades setoriais de importância para vida do Sindicato e que são insusceptíveis de serem comandadas pelos próprios membros das respectivas Diretorias;

Parágrafo Único - Os Departamentos com relação à Diretoria Central terão que ser aprovados em Conselho de Representantes, a nível Estadual, e das Sub-Sedes pelos Conselhos de Representantes das Unidades Escolares Locais e farão jus às dotações financeiras específicas, integradas ao Plano Financeiro Central ou Orçamento das Sub-Sedes.

Art. 23 - Fica criado por este Estatuto o Departamento Jurídico da Sede do SINTEP/MT que deverá contratar um advogado que dará expediente de atendimento semanal de 30 horas.

Art. 24 - A Diretoria Central pode se estruturar por meio de órgãos administrativos com dotação orçamentária específica no Plano Financeiro Central, embora subordinados ao coletivo da Diretoria e as instâncias do SINTEP/MT.

TÍTULO IV - DA ESTRUTURA DELIBERATIVA

Art. 25 - O SINTEP/MT terá as seguintes instâncias deliberativas:

a) Congresso Estadual;
b) Assembléia Geral;
c) Conselho de Representantes;
d) Diretoria Central;
e) Conselho Diretivo.

Art. 26 - O Congresso Estadual é a instância máxima para deliberar sobre Questões Estruturais: Política Educacional, Sindical e Reforma Estatutária.

Parágrafo 1° - O Congresso Estadual Ordinário será realizado bienalmente, nos anos pares e o Congresso Extraordinário será convocado pelo Conselho de Representantes.

Parágrafo 2° - São Delegados Natos ao Congresso do SINTEP/MT os membros da Diretoria Central.

Parágrafo 3° - A composição do Congresso Estadual será definida no Conselho de Representantes, mediante regulamento próprio.

Art. 27 - A Assembléia Geral é a instância máxima de deliberações exceto para questões de competência do Congresso Estadual.

Parágrafo 1° - A Assembléia Geral pode ser:

Geral, de todos os sindicalizados;

Regional, de todos os sindicalizados de um Pólo Regional;

Municipal, de todos os sindicalizados de uma determinada subsede;

Setorial, de fração setorizada de sindicalizadas e serão autônomas dentro do limite de suas instâncias.

Parágrafo 2° - A Assembléia Geral será convocada pela diretoria competente para encaminhar as questões que serão tratadas (Central, Regional ou Municipal) ou por 1/5 dos sindicalizados da área de abrangência da Assembléia e nela terão direito à voz e voto todos os sindicalizados quites com a Tesouraria.

Parágrafo 3° - A Assembléia Geral deverá ser convocada com o mínimo de antecedência de 120 horas, a não ser quando declarada Assembléia Geral Permanente.

Parágrafo 4° – O Edital de Convocação deve ser publicado oficialmente pela Diretoria do Sindicato competente para encaminhar as questões que serão tratadas (Central, Regional ou Municipal).

Parágrafo 5° – Partindo a convocação da Sede Central, deve ser dada ciência a todas as sub-sedes.

Parágrafo 6° – A Assembléia Geral será iniciada, em primeira convocação, com maioria simples dos sindicalizados ou, trinta minutos depois, em segunda convocação, com qualquer número de sindicalizados.

Art. 28 - O Conselho de Representantes do SINTEP-MT é composto pelos membros da Diretoria Central, pelos Diretores Regionais, por um membro eleito da Diretoria da cada Sub-Sede e os eleitos em Assembléias Locais na proporção de um para cada cinqüenta sindicalizados.

Parágrafo 1° - O Conselho de Representantes reúne-se ordinariamente quatro vezes ao ano por convocação da Diretoria e extraordinariamente por convocação do Conselho Fiscal ou 1/3 dos sindicalizados.

Parágrafo 2° - Tem por competências:

a) aprovar contas da Diretoria Central e dos Pólos Regionais;

b) implementar as resoluções do Congresso e os Planos de Luta;

c) planejar os Congressos;

d) aprovar o Plano Financeiro Central;

e) elaborar normas das eleições sindicais e eleger a Comissão Eleitoral;

f) eleger Delegados e Conselheiros do Sindicato para instâncias da entidade a que o SINTEP/MT estiver filiado, de acordo com os Estatutos respectivos;

g) decidir encaminhamentos das lutas da Categoria, remetendo questões às Assembléias Gerais, Regionais e Setoriais, ou até convocando Congresso Extraordinário;

h) convocar e planejar Encontros e Conferências Educacionais Estaduais.

Parágrafo 3° - As despesas de alojamento e alimentação dos Conselheiros serão cobertas pela Sede Central do Sindicato.

Parágrafo 4° - O Conselho de Representantes só poderá deliberar com a presença mínima da maioria simples das Sub-Sedes constituídas conforme este Estatuto.

Parágrafo 5° - Empossada a Diretoria Central, esta se obriga a convocar o Conselho de Representantes no prazo de 60 (sessenta) dias incluindo necessariamente na pauta a apreciação do Plano de Trabalho e do Plano Financeiro.

Art. 29 - O Conselho Diretivo convocado pelo Diretor Regional constituir-se-á por representantes das Sub-sedes do respectivo Pólo Sindical, eleitos em Assembléia local, deliberando por assuntos da região.

Art. 30 - A Diretoria Central do SINTEP/MT é o órgão de direção do sindicato, composto no mínimo por dezenove membros nos respectivos cargos executivos eleitos por voto direto e universal de todos os sindicalizados no gozo de seus direitos, mais os Diretores Sindicais Regionais.

Parágrafo 1° - Integram a Diretoria Central: Presidência, Vice-Presidência, Secretaria Geral, Primeira Secretaria, Secretaria de Finanças, Primeira Secretaria de Finanças, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Cultura, Se-

cretaria de Políticas Educacionais, Secretaria de Formação Sindical, Secretaria de Articulação Sindical, Secretaria das Redes Municipais, Secretaria dos Funcionários da Educação, Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos, Secretaria de Infra-Estrutura Sindical, Secretaria de Organização Sindical, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Administração Sindical, Secretaria de Seguridade Social.

Parágrafo 2º - A Diretoria Central terá reuniões bimestrais com a obrigação da presença de todos os seus membros e mensais com a obrigação da presença de apenas os dezenove membros executivos da Diretoria, citado no caput do referido artigo.

Parágrafo 3º - Em caso de necessidade e observada as normas deste Estatuto, tanto a Direção Central quanto a Direção Executiva reunir-se-á extraordinariamente quantas vezes for necessário.

Art. 31 - Os atos de competência da Diretoria são coletivos e seus membros não poderão deliberar isoladamente, cabendo-lhes executar as decisões tomadas por maioria simples e as atribuições estatutárias.

Art. 32 - É de competência do coletivo da Diretoria Central:

a) Dirigir os destinos do Sindicato, administrar seu patrimônio, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, Regimento e outros Regulamentos;

b) Cumprir e fazer cumprir as decisões do Congresso Estadual, Assembléia Geral, Conselho de Representantes e da própria Diretoria Central;

c) Organizar o Plano Financeiro Central, submetendo-se à aprovação do Conselho de Representantes;

d) Apreciar o Plano Anual e submetê-lo ao Conselho de Representantes;

e) Aplicar penalidades previstas neste Estatuto;

f) Autorizar despesas extraordinárias de emergência;

g) Admitir novos sindicalizados e controlar o fichário dos mesmos;

h) Garantir o funcionamento da Sede do Sindicato e de seus órgãos administrativos;

i) Pautar em suas reuniões todas as solicitações das instâncias deliberativas do Sindicato, das Sub-Sedes e dos Sindicalizados individualmente;

j) Nomear representantes do Sindicato junto a Entidades congêneres ou para eventos de interesse da classe, salvo os casos de Delegados de Base a Congressos ou outras reuniões;

k) Resolver as questões omissas ou de urgências no campo administrativo do Sindicato, ad referendum do Conselho de Representantes;

l) Fazer publicar a convocação das Eleições Gerais no mínimo de quarenta e cinco dias antes do término do seu mandato;

m) Acionar judicialmente qualquer indivíduo ou entidade que infringir este Estatuto e/ou atentar contra o patrimônio do SINTEP/MT e/ou direitos dos sindicalizados assegurados em Lei.

Art. 33 - Ao Presidente, ou em seu afastamento ou impedimento, ao Vice-Presidente compete:

a) Representar o SINTEP/MT perante as autoridades públicas em juízo ou fora dele;

b) Presidir reuniões da Diretoria, Conselho de Representantes, Congresso Estadual, Assembléias Gerais e Setoriais, a critério do respectivo coletivo;

c) Assinar os balancetes e balanços, juntamente com o Secretário de Finanças em exercício, assim como responsabilizar-se pela movimentação das contas bancárias ou de investimentos financeiros.

Art. 34 - Ao Secretário Geral e ao 1º Secretário compete:

a) Dirigir os serviços da Secretaria do Sindicato e superintender os demais serviços, zelando pelo seu bom funcionamento e pelos arquivos da entidade;

b) Redigir e assinar as atas das reuniões da Diretoria Central, do Conselho de Representantes e das Assembléias Gerais.

Parágrafo Único - Ao 1º Secretário competem os procedimentos de arquivo ativo e arquivo histórico do SINTEP.

Art. 35 - Ao Secretário de Finanças, ou em seu afastamento ou impedimento, ao 1º Secretário compete:

a) Dirigir e superintender os trabalhos da Secretaria de Finanças, zelando pelas receitas e despesas, dentro do plano Financeiro Central;

b) Assinar conjuntamente com o Presidente os balancetes e balanços, bem como responsabilizar-se pela movimentação das contas bancárias ou de investimentos financeiros.

Art. 36 - Os demais membros da Diretoria Central, terão suas atividades detalhadas em regimento interno aprovado pelo coletivo da Diretoria.

Parágrafo Único - O Regimento a que se refere o caput deste artigo será apresentado no Conselho de Representantes, previsto no Parágrafo 5º do Art. 28.

Art. 37 - O Conselho Fiscal do SINTEP/MT é composto de

três titulares e três suplentes, eleitos em Assembléia Geral, com dotação financeira própria que garanta seu funcionamento e acesso a todos os documentos do Sindicato.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral a que se refere o caput do Artigo, é a Assembléia Geral de Posse da Diretoria.

Art. 38 - As Diretorias de Sub-Sedes e os Conselhos de Representantes Locais devem ser normatizados no regimento de cada Sub-Sede, sendo as primeiras subordinadas as segundas e ambas à Assembléia Local.

TÍTULO V - PROCESSOS ELEITORAIS DO SINTEP/MT

Art. 39 - O mandato da Diretoria Central e das Sub-Sedes do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso -SINTEP-MT é de três anos.

Art. 40 - A eleição da Diretoria Central do SINTEP/MT, das Diretorias Regionais e das Diretorias de Subsede acontecerão simultaneamente no mês de junho, a cada três anos.

Art. 41 - Para a eleição da Diretoria Central haverá uma Comissão Eleitoral composta por três membros eleitos pelo Conselho de Representantes e um representante de cada chapa indicado no momento do registro da chapa, auxiliados pela Diretoria Central, mediante solicitação da referida Comissão.

Art. 42 - Haverá um único Regimento Eleitoral elaborado pela Comissão formada no âmbito estadual, de acordo com o presente Estatuto.

Art. 43 - Poderão votar somente os sindicalizados que se filiarem no prazo mínimo 90 (noventa) dias antes da data de eleição.

Art. 44 - Somente poderão ser registradas chapas completas, com nomes de sindicalizados até seis meses antes das eleições e devem ser apresentadas por subscrição dos membros da chapa, até 30 dias antes da eleição.

Parágrafo Único - Qualquer trabalhador/a em educação poderá candidatar-se à Diretoria do Sintep/MT, desde que tenha pelo menos seis (06) meses de sindicalizados, que esteja rigorosamente em dias com a secretaria de finanças do Sintep/MT, e não exerça cargo de confiança em qualquer esfera de governo.

Art. 45 - Será considerada vencedora a chapa que obtiver o maior número de votos.

Art. 46 - A Comissão Eleitoral só se dissolve na Assembléia Geral de Posse da Nova Diretoria, a realizar-se aos 29 de junho dos anos em que ocorrer às eleições, cabendo-lhe dirimir as dúvidas técnicas de todo o processo, sem interferência da Diretoria cessante ou eleita.

Art. 47 - Declarados os resultados, cabe aos interessados recursos à Comissão Eleitoral e/ou à Assembléia Geral de Posse.

Parágrafo Único - Se a Assembléia de Posse acatar o recurso de impugnação a própria deve eleger uma Diretoria Transitória composta de no mínimo 03 pessoas para responder pela Direção do SINTEP/MT, cabendo a esta Diretoria provisória convocar nova eleição num prazo mínimo de 20 dias.

Art. 48 – A apuração dos votos, a proclamação dos eleitos, o processamento e julgamento dos recursos relativos a cada uma das fases das eleições serão de competência das Comissões Eleitorais.

Parágrafo 1° – As Comissões Eleitorais constituídas nas Sub-sedes somente apreciarão os recursos relativos as eleições das Diretorias das Sub-sedes, encaminhando à Comissão Eleitoral do âmbito estadual os demais recursos.

Parágrafo 2° – Cabe a Comissão Eleitoral de âmbito estadual dirimir as questões de recursos das Sub-sedes caso haja recurso contra decisões nesta instância.

Art. 49 - A eleição dos Diretores Sindicais Regionais se dará na mesma data da eleição da Diretoria Central, podendo-se apresentar candidatos alinhados ou não às chapas concorrentes.

Parágrafo Único - Será proclamado eleito o candidato que obtiver o maior número de votos entre sindicalizados de sua região e que tiver inscrito junto à Comissão Eleitoral no prazo previsto no Edital e que prove ser sindicalizado, até 180 dias antes da data das eleições.

TÍTULO VI - DAS FINANÇAS DO SINDICATO

Art. 50 - Cada sindicalizado contribuirá ordinariamente, todos os meses, na Sub-Sede ou terá descontado do seu salário uma mensalidade no valor de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do seu vencimento bruto.

Parágrafo Único – A mensalidade citada no caput deste artigo, como também descontos extraordinários aprovados pela categoria em Assembléia Geral são considerados recursos ordinários do sindicato.

Art. 51 - As mensalidades dos sindicalizados constituem a receita ordinária do SINTEP/MT, que será dividida conforme o disposto nos incisos I, II, III, IV,V e VI da letra "A" do Art. 10 deste Estatuto.

Art. 52 - A Diretoria Central elaborará, anualmente, de junho a julho, um plano Financeiro que dê conta da execução do Programa Anual do SINTEP dos compromissos com as entidades a que estiver filiado, da manutenção do Departamento Jurídico e da Imprensa própria, das atividades das Secretarias da Sede Central, cabendo a feitura do balancete mensal publicado para os sindicalizados, de balanço anual submetido ao Conselho de Representantes e ao Conselho Fiscal.

Parágrafo Primeiro - No uso das finanças ordinárias e extraordinárias terá absoluta prioridade o encaminhamento das lutas da categoria.

Art. 53 - Constituem receita extraordinária do SINTEP/MT as doações, rendas e produtos de campanhas financeiras. Esta receita, quando obtida por esforço da Diretoria Central, será administrada por ela; quando for fruto de trabalho de alguma Sub-Sede, será incorporada à receita ordinária da Sub-Sede.

Art. 54 - Será aberta uma conta bancária para cada verba prevista na letra "a" do Artigo 10.

Art. 55 - As receitas ordinárias das Sub-Sedes serão recebidas mediante repasse da Diretoria Central, e administradas pelas instâncias competentes da respectiva Sub-Sede.

Parágrafo 1° - Cada Sub-Sede terá um Plano Financeiro elaborado por sua Diretoria prevista em seu Regimento e suas contas serão aprovadas em Assembléia Local, cabendo a seus sindicalizados lutarem para que as receitas sejam empregadas o mais rápido possível nos encaminhamentos locais dos planos de luta do SINTEP/MT oportunizando a participação dos sindicalizados em Congressos, Plenárias, Assembléias e Mobilizações da Categoria.

Parágrafo 2° - As Sub-Sedes deverão apresentar à Diretoria Central trimestralmente sua prestação de contas devidamente aprovada pela Assembléia Local sob pena de interrupção dos repasses seguintes.

Art. 56 - Constitui parte obrigatória do Conselho de Representantes analisar a situação funcional das Sub-Sedes podendo deliberar sobre a aplicação dos recursos das que não estiverem funcionando de acordo com este Estatuto.

Art. 57 - O patrimônio do SINTEP só poderá ser alienado por decisão da Assembléia Geral quando se tratar de bem comum ou oriundo da AMPE e por deliberação de 2/3 dos sindicalizados de um Município quando o patrimônio for de responsabilidade de Sub-Sedes.

Parágrafo 1° - Em caso de extinção do SINTEP/MT, o que só ocorrerá por deliberação expressa do Congresso Estadual do SINTEP/MT, seu patrimônio deve ser revertido aos poderes públicos para uso de Escolas Públicas de Mato Grosso.

Parágrafo 2° - Todos os bens do SINTEP/MT devem receber identificação expressa como sendo patrimônio do mesmo.

TÍTULO VII - DA PERDA E SUCESSÃO DO MANDATO

Art. 58 - Perderão o mandato os membros da Diretoria Central do Sindicato e das Diretorias das Sub-Sedes:

a) Quando deixarem de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas, sem justificativas.

b) Quando deixarem de cumprir atribuições estatutárias de Instâncias deliberativas, em matéria grave a juízo da Assembléia Geral.

c) Quando assumirem cargos de confiança do Governo.

Art. 59 - O mandato será declarado perdido pela Diretoria Central ou pela Diretoria da Sub-Sede e a vaga preenchida por eleições na Assembléia Geral ou Assembléia Local respectivamente.

Parágrafo Único - Quando se tratar da destituição total da Diretoria Central ou de Sub-Sedes será realizado um novo processo eleitoral de acordo com este Estatuto.

Art. 60 - Este Estatuto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cuiabá MT, Outubro de 2008

Siglas

ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CF - Constituição Federal
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação
CPMF - Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira
CSS - Contribuição Social para a Saúde
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Ecônomicos
EAD - Educação Aberta a Distância
EUA - Estados Unidos da América
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação
HTP - Hora de Trabalho Pedagógica
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IE - Internacional da Educação
IRRF - Imposto de Renda Retido Na Fonte
LC - Lei Complementar
LDB - Lei de diretrizes e Bases
LOPEB - Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica
MEC - Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MT - Mato Grosso
NEAD - Núcleo de Educação à Distância
OMC - Organização Mundial do Comércio
PAC - Plano de Aceleração do Crescimento
PAR - Plano de Ações Articulada
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Projeto de Lei
PFL/DEM - Partido da Frente Liberal/Democratas
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
SEDUC - Secretaria Estadual de Educação
SINTEP-MT - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso
SUDEB - Sistema Único Descentralizado de Educação Básica
SUEPB - Sistema Único de Educação Pública Básica
TICs - Tecnologia de Informação e Comunicação
UAB - Universidade Aberta do Brasil

Realização:
Sintep/MT / CNTE / CUT

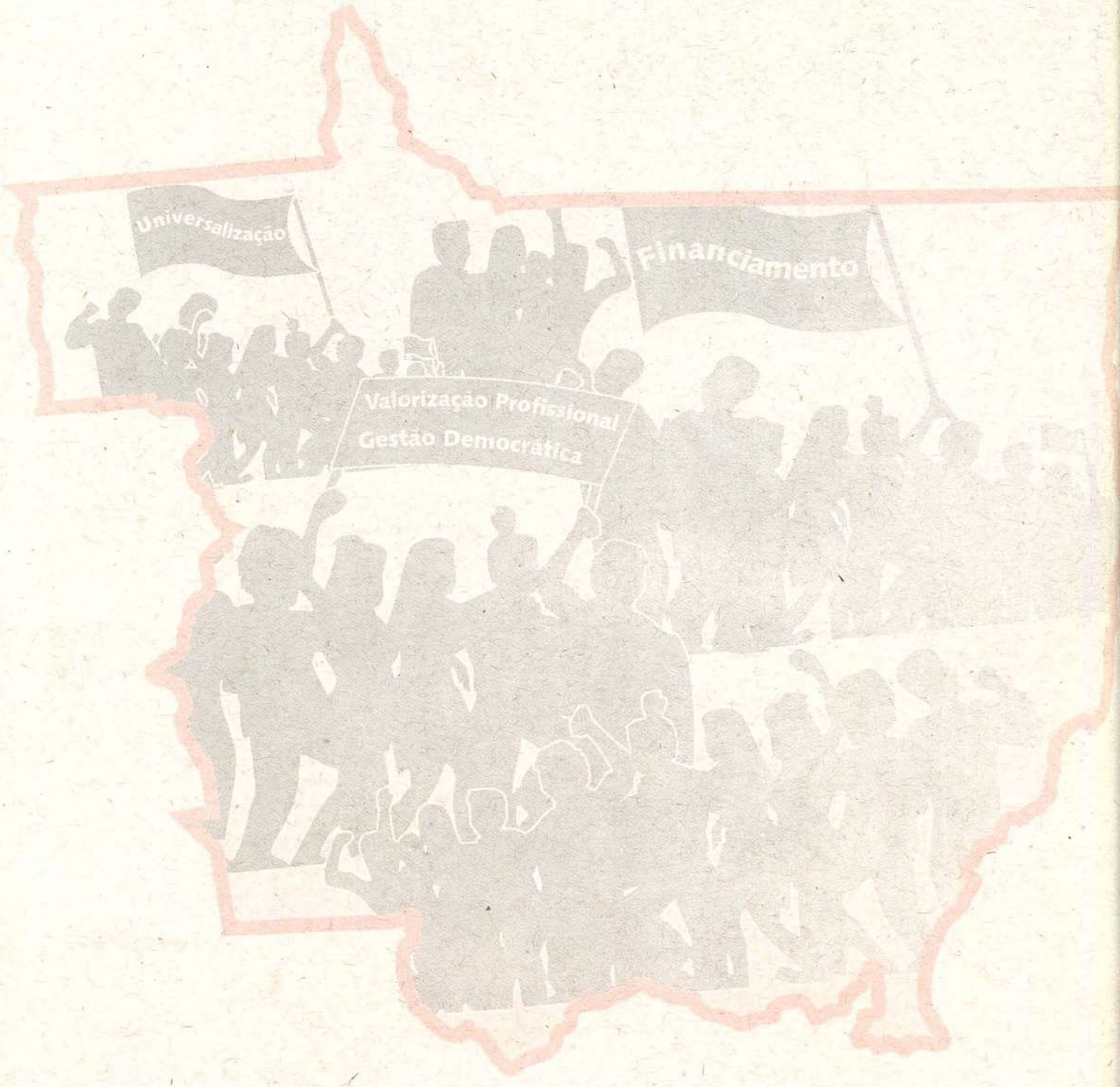
Apoio:
Seduc – Secretaria de Estado de Educação
Patrocínios:
Gráfica Print
Millenium Papelaria e Informática

Expediente:
XIII Congresso Estadual do Sintep/MT
16 a 18 de outubro de 2008
Hotel Fazenda Mato Grosso
Cuiabá-MT

SINTEP-MT - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso
Rua Mestre João Monge Guimarães 102 - Bairro Bandeirantes - Cuiabá/MT
CEP 78010-170 Fones: 65-3317-4300 / 0800 65 4343 Fax: 65-3317.4327
sintep@terra.com.br comunicacao@sintep.org.br www.sintep.org.br

Edição: Pau e Prosa Comunicação
65-3664-3300 contato@paueprosa.com.br
www.paueprosa.com.br

Valorização Profissio
Gestão Democrátic



SINTEP-MT
FILIADO A CUT E A CNTE
Livre, democrático e de luta!

SINTEP-MT
FILIADO A CUT E A CNTE
Livre, democrático e de luta!
Gente DE LuTa
Se muito vale o que já foi feito, mais vale o que será!